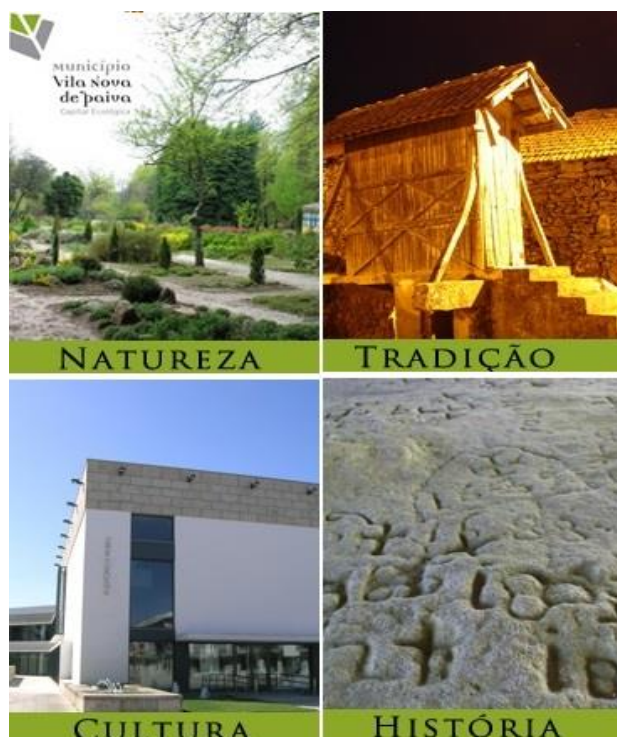


VOLUME II

REVISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE PAIVA

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DO PLANO

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA



Ficha Técnica do Documento

Título:	Relatório de Fundamentação do Plano
Descrição:	Documento de fundamentação das opções técnicas e estratégicas da revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva
Data de produção:	24 de abril de 2020
Data da última atualização:	06 de março de 2026
Versão:	16
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo – C.I.P.O.T., Lda
Coordenador de projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo – Desenvolvimento e Ambiente
Equipa técnica:	Célia Mendes Geógrafa – Planeamento e Ordenamento do Território Márcia Aroma Arquiteta Urbanista Beatriz Konstantinovas Arquiteta Urbanista Helena Corrêa Eng.ª Agrónoma
Código de documento:	248
Estado do documento:	Versão para discussão pública.
Código do projeto:	011182201
Nome do ficheiro digital:	1822_rel_fund_v16

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

APA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCDR-C	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CIM VDL	Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões
CMVNP	Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva
DL	Decreto Lei
DR	Decreto Regulamentar
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção Geral do Território
EN	Estradas Nacionais
ER	Estradas Regionais
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IC	Itinerários Complementares
IP	Itinerários Principais
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
LBGPPSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos e Ordenamento do Território e de Urbanismo
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
PDM	Plano Diretor Municipal
PC	Património Cultura, I.P.
PGRH	Plano de Gestão de Região Hidrográfica
PMAC	Plano Municipal de Ação Climática
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território

PROT-C	Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PSRN2000	Plano Setorial Rede Natura 2000
PMOT	Planos municipais de ordenamento do território
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RN2000	Rede Natura 2000
REOT	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território
SWOT	Strenghts, Weakness, Opportunities e Threats
ZEC	Zona Especial de Conservação

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DA REVISÃO	15
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	18
CAPÍTULO III – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	20
CAPÍTULO IV – PRINCÍPIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	26
1 Eixos de desenvolvimento da revisão do PDM	29
2 Opções territoriais.....	30
2.1 Hierarquia urbana	31
CAPÍTULO V – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO	33
1 Princípios Genéricos da Classificação do Solo	34
2 Situação Urbanística.....	35
3 Proposta de Classificação.....	40
4 Dados Quantitativos e comparativos do Solo Urbano	43
5 Qualificação do Solo Rústico.....	45
5.1 Espaços Naturais e Paisagísticos	47
5.2 Espaços Florestais	48
5.3 Espaços Agrícolas	51
5.4 Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos.....	53
5.5 Espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras ocupações.....	54
5.6 Áreas de Edificação Dispersa	55
5.7 Aglomerados Rurais	56
6 Qualificação do Solo Urbano	58
6.1 Espaços Centrais.....	59
6.2 Espaços Habitacionais	60
6.3 Espaços Urbanos de Baixa Densidade.....	61
6.4 Espaços de Atividades Económicas	62

6.5	Espaços Verdes.....	63
6.6	Espaços de Uso Especial - Espaços destinados a Equipamentos.....	64
CAPÍTULO VI - ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL		66
1	Enquadramento Legal e Objetivos	66
2	Composição da Estrutura Ecológica Municipal.....	68
2.1	Estrutura Ecológica Fundamental	68
2.2	Estrutura Ecológica Complementar	68
3	Diretivas Regulamentares	70
CAPÍTULO VII - PATRIMÓNIO CULTURAL		71
1	Património Classificado.....	74
2	Sítios ou Conjuntos Arqueológicos.....	76
3	Património Arquitetónico	77
CAPÍTULO VIII – INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS.....		78
1	Redes de abastecimento de água	78
2	Rede de saneamento	80
3	Drenagem de águas pluviais	81
4	Resíduos Urbanos.....	82
5	Programa de Ações	84
CAPÍTULO IX – ACESSIBILIDADES		86
1	Estrutura Viária.....	86
2	Programa de Ações	88
CAPÍTULO X – CLASSIFICAÇÃO ACÚSTICA		90
1	Enquadramento.....	90
2	Zonamento Acústico	93
3	Conflito Acústico	95
4	Técnicas de prevenção e controlo de ruído.....	96
CAPÍTULO XI – AVALIAÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS NO USO DO SOLO		98
1	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil	98

1.1	Áreas com procedimentos de evacuação	102
1.2	Equipamentos e infraestruturas que asseguram as atividades de proteção civil	103
2	Identificação dos Riscos	105
2.1	Riscos Naturais	105
2.2	Riscos Mistos	107
2.3	Riscos Tecnológicos.....	110
CAPÍTULO XII - ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....		112
1	Enquadramento.....	112
1.1	Estratégias Nacionais de Atuação	113
2	Diretrizes ao Planeamento e Ordenamento	116
3	Diretrizes para o concelho de Vila Nova de Paiva	119
CAPÍTULO XIII – CONDICIONANTES		128
1	Servidões e Restrições de Utilidade Pública	128
2	Recursos Naturais.....	131
2.1	Recursos Hidricos	131
2.2	Recursos Geológicos	134
2.3	Recursos Agrícolas	135
2.4	Recursos Florestais.....	137
2.5	Recursos Ecológicos	144
3	Património	148
3.1	Património Cultural	148
4	Infraestruturas.....	149
4.1	Infraestruturas.....	149
CAPÍTULO XIV - CONFORMIDADE DA PROPOSTA DO PLANO: IGT DE ÂMBITO SUPERIOR.....		154
1	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	155
2	Programa Regional Ordenamento Florestal Centro Litoral	158
3	Plano de Gestão de Região Hidrográfica.....	163
4	Programa Regional de Ordenamento do Território Do Centro	166

5	Plano Rodoviário Nacional	175
6	Plano Sectorial da Rede Natura 2000.....	177
CAPÍTULO XV - INDICADORES QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS		178
CAPÍTULO XVI – ARTICULAÇÃO COM A AAE		185
BIBLIOGRAFIA		188

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 Cartograma do Enquadramento regional do concelho de Vila Nova de Paiva	18
Mapa 2 Cartograma da Hierarquia urbana do concelho de Vila Nova de Paiva	32
Mapa 3 Cartograma da Situação urbanística – Áreas consolidadas, em vias de consolidação e Áreas de edificação dispersa	37
Mapa 4 Cartograma de Situação urbanística – Áreas infraestruturadas e parcialmente infraestruturadas	38
Mapa 5 Cartograma da Proposta de Áreas edificáveis	39
Mapa 6 Cartograma da Proposta de Classificação do solo – Visão geral do concelho	41
Mapa 7 Pormenor do Cartograma da Proposta de Classificação do solo	41
Mapa 8 Hierarquização da rede viária do concelho de Vila Nova de Paiva.....	87
Mapa 9: Localização das intervenções previstas na rede viária.....	89
Mapa 10 Localização das ZCR no concelho de Vila Nova de Paiva	103
Mapa 11 Instalações dos agentes de proteção civil do concelho de Vila Nova de Paiva	104
Mapa 12 Cartograma da Perigosidade de Incêndio Rural no Concelho de Vila Nova de Paiva	107
Mapa 13 Cartograma da incidência do PROF-CL e sub-regiões homogêneas no concelho de Vila Nova de Paiva	161
Mapa 14 Cartograma da incidência dos corredores ecológicos do PROF-CL no concelho de Vila Nova de Paiva	162

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Conteúdo documental da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva	16
Quadro 2 Metadados da Cartografia de base à escala 1:10 000	17
Quadro 3 Metadados da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2021).....	17
Quadro 4 Distância e Tempo entre a sede de concelho e os principais centros urbanos, equipamentos e infraestruturas, estimado a partir do traslado feito de automóvel.....	19
Quadro 5 Síntese do diagnóstico – Análise <i>SWOT</i>	21
Quadro 6 Planos, Programas e Estratégias de âmbito nacional e regional, com incidência no concelho de Vila Nova de Paiva	27

Quadro 7 Quadro-chave da eixos estrategicos de desenvolvimento no contexto do RPDM de Vila Nova de Paiva	29
Quadro 8 Opções territoriais de concretização dos Eixos estratégicos de desenvolvimento.....	30
Quadro 9 Critérios cumulativos para delimitação das áreas consolidadas	36
Quadro 10 Critérios cumulativos para delimitação das áreas de edificação dispersa.....	36
Quadro 11 Áreas edificáveis – Delimitação dos aglomerados	39
Quadro 12 Áreas relativas aos espaços destinados a edificação da proposta	43
Quadro 13 Total das áreas edificáveis a partir da situação urbanística existente e respetiva proposta de revisão da classificação do solo	43
Quadro 14 Proposta de qualificação do solo rústico no concelho de Vila Nova de Paiva	46
Quadro 15 Quantificação da área afeta aos espaços naturais e paisagísticos	47
Quadro 16 Usos compatíveis com os espaços naturais e paisagísticos.....	48
Quadro 17 Quantificação da área afeta aos espaços florestais	48
Quadro 18 Usos complementares e compatíveis nas subcategorias dos espaços florestais	49
Quadro 19 Quantificação da área afeta aos espaços agrícolas.....	52
Quadro 20 Usos complementares e compatíveis com os espaços agrícolas	52
Quadro 21 Quantificação da área afeta aos espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos	53
Quadro 22 Usos complementares e compatíveis com os espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos	53
Quadro 23 Quantificação da área afeta aos espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras ocupações	54
Quadro 24 Usos complementares e compatíveis com os espaços destinados a equipamentos e infraestruturas	54
Quadro 25 Quantificação da área afeta às áreas de edificação dispersa	55
Quadro 26 Usos complementares e compatíveis com as áreas de edificação dispersa.....	55
Quadro 27 Quantificação da área afeta aos aglomerados rurais	56
Quadro 28 Usos complementares e compatíveis com os aglomerados rurais	56
Quadro 29 Proposta de qualificação do solo urbano no concelho de Vila Nova de Paiva	58

Quadro 30 Quantificação da área afeta aos espaços centrais	59
Quadro 31 Usos complementares e compatíveis com os espaços centrais.....	59
Quadro 32 Quantificação da área afeta aos espaços habitacionais	60
Quadro 33 Usos complementares e compatíveis com os espaços habitacionais.....	60
Quadro 34 Quantificação da área afeta aos espaços urbanos de baixa densidade.....	61
Quadro 35 Usos complementares e compatíveis com os espaços urbanos de baixa densidade	61
Quadro 36 Quantificação da área afeta aos espaços de atividades económicas	62
Quadro 37 Usos complementares e compatíveis com os espaços de atividades económicas.....	62
Quadro 38 Quantificação da área afeta aos espaços verdes	63
Quadro 39 Usos complementares e compatíveis com os espaços verdes.....	63
Quadro 40 Quantificação da área afeta aos espaços destinados a equipamentos	64
Quadro 41: Quadro síntese de áreas qualificação do solo proposta.....	65
Quadro 42 Património Classificado e em Vias de Classificação concelho de Vila Nova de Paiva	74
Quadro 43 Capacidade das ETAR.....	80
Quadro 44 Valores estimados a ser investido para programação das infraestruturas urbanísticas no concelho de Vila Nova de Paiva	85
Quadro 45: Programa de ações relativas a intervenções na rede viária	88
Quadro 46 Valores limites à exposição ao ruído.....	91
Quadro 47 Riscos naturais, mistos e tecnológicos considerados no PMEPCVNP	99
Quadro 48 Composição da Comissão Municipal de Proteção Civil.....	99
Quadro 49 ZCR do concelho de Vila Nova de Paiva	102
Quadro 50 Impactos e fatores críticos face às alterações climáticas futuras	121
Quadro 51 Áreas temáticas das alterações climáticas e as respostas destas na inserção do planeamento do PDM de Vila Nova de Paiva	122
Quadro 52 Servidões e restrições de utilidade pública com incidência no concelho de Vila Nova de Paiva	129
Quadro 53 Vértices Geodésicos presentes no concelho de Vila Nova de Paiva:	153
Quadro 54 Diretrizes do PNPOT para os PDM	156
Quadro 55 Funções das sub-regiões homogéneas incidentes no concelho de Vila Nova de Paiva	159

Quadro 56 Espécies a privilegiar nas sub-regiões homogéneas incidentes no concelho de Vila Nova de Paiva	159
Quadro 57 Diretrizes do PROT-C para o PDM à escala local	171
Quadro 58 Indicadores para efeitos de monitorização da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva ...	180

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Medidas, incentivos e estímulos para a eficiência hídrica previstos no PENSAARP 2030.....	79
Figura 2 Processo de ativação e desativação do PMEPC de Vila Nova de Paiva	101
Figura 3 Hidrografia da cartografia de base homologada ajustada aos cursos de água da REN.....	132
Figura 4 Hidrografia (linha) da cartografia de base homologada ajustada aos cursos de água (polígono) da REN	132
Figura 5 Hidrografia da cartografia de base homologada aferida quando sem continuidade	133
Figura 6 Hidrografia da cartografia de base homologada estendida para além dos limites administrativos	133
Figura 7 Modelo Territorial	170

INTRODUÇÃO

De acordo com o que dispõe o quadro jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), do conteúdo documental do Plano Diretor Municipal (PDM) faz parte um *“relatório, que explicita a estratégia e modelo de desenvolvimento local, nomeadamente os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais e culturais para a sua execução”* (alínea a) do n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

O presente documento respeita esta linha de exposição estruturando-se da seguinte forma:

- ❖ O Capítulo I descreve o enquadramento em que decorre a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, compilamos nesta parte do documento, o histórico legal das alterações incidentes no PDM em vigor, elencamos as componentes que definem o seu conteúdo material e o seu conteúdo, assim como são indicadas as características da cartografia utilizada neste processo, considerando a legislação em vigor para a utilização de cartografia oficial ou homologada.
- ❖ O Capítulo II estabelece o enquadramento territorial no âmbito nacional, regional e municipal em vigor relativamente aos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), tendo em consideração planos e programas estratégicos de maior relevância, com os quais a atual revisão do PDM de Vila Nova de Paiva se deve compatibilizar.
- ❖ O Capítulo III organiza as conclusões obtidas através dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico que compõem o processo de revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, clarificando os principais problemas e potencialidades deste território, permitindo-nos ao mesmo tempo compreender as dinâmicas subjacentes aos princípios e prioridades estratégicas do Plano.
- ❖ O Capítulo IV expõe estes princípios e prioridades estratégicas para o desenvolvimento territorial do município, ancorando-os por eixos de desenvolvimento definidos para a presente revisão do PDM. Assim, os eixos de desenvolvimento articulam o modelo territorial pretendido à realidade concelhia e consoante às opções territoriais para o período de vigência do plano.
- ❖ O Capítulo V pormenoriza a classificação e a qualificação do solo do município de Vila Nova de Paiva, considerando as mudanças legislativas e do próprio território desde o período da sua elaboração à presente revisão. Dividimos a análise neste contexto em três partes complementares: os princípios genéricos da classificação do solo, a situação urbanística existente e por fim, uma proposta de classificação e os dados comparativos e quantitativos do solo urbano apresentado.

- ❖ O Capítulo VI demonstra o enquadramento legal em que é definida a estrutura ecológica municipal e apresenta os componentes que a constituem, bem como, demonstra quais as restrições ao uso e transformação do solo nestas áreas.
- ❖ O Capítulo VII procede a identificação do património cultural existente no concelho.
- ❖ O Capítulo VIII em uma avaliação das infraestruturas urbanísticas que abrangem Vila Nova de Paiva, observando num cenário prospetivo, as debilidades e possíveis programação e investimento por parte do município para a sua melhoria e eficiência.
- ❖ O Capítulo IX pormenoriza as acessibilidades que abrangem o concelho.
- ❖ O Capítulo X procede ao enquadramento da classificação acústica e a sua caracterização.
- ❖ O Capítulo XI pondera a avaliação e gestão dos riscos no uso do solo presentes no concelho.
- ❖ O Capítulo XII pondera a avaliação do impacto das alterações climáticas no uso do solo presentes no concelho
- ❖ O Capítulo XIII apresenta as servidões e restrições de utilidade pública que condicionam a utilização do concelho.
- ❖ O Capítulo XIV apresenta a conformidade da proposta do plano com os IGT de âmbito superior.
- ❖ O Capítulo XV que apresenta os indicadores qualitativos e quantitativos que suportam a avaliação da adequação e concretização do plano.
- ❖ O relatório encerra com o Capítulo XVI que apresenta a articulação do PDM com Avaliação Ambiental Estratégica.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DA REVISÃO

O PDM de Vila Nova de Paiva vigora desde 08 de julho de 1993 quando foi aprovado em Assembleia Municipal e publicado no Diário da República, I Série – B – n.º 62 – 15 de março de 1994, conforme a Resolução do Concelho de Ministros n.º 13/94, tendo sofrido três alterações até ao presente momento:

- ❖ 1.ª Alteração ao Regulamento do PDM, conforme a Resolução do Concelho de Ministros n.º 2/2005 com republicação no Diário da República, I Série – B – n.º 3 – 5 de janeiro de 2005.
- ❖ 2.ª Alteração, por adaptação, ao Regulamento do PDM conforme o Aviso n.º 276/2009 publicado no Diário da República, 2.ª série – n.º 3 – 6 de janeiro de 2009.
- ❖ 3.ª Alteração, por adaptação, ao Regulamento do PDM conforme o Aviso n.º 11.595/2011 publicado no Diário da República, 2.ª série – n.º 101 – 25 de maio de 2011.

No decurso dos mais de 25 anos desde a sua aprovação, sucederam diversas alterações legislativas, assim como a entrada em vigor de novos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT). Destaca-se a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos e Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU – Lei n.º 34/2014, de 30 de maio, na sua redação atual) e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT – Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual) que permeiam novas exigências ao conteúdo do plano diretor municipal exigindo a necessidade de revisão deste instrumento. É neste contexto que o Município de Vila Nova de Paiva entendeu ser o momento para iniciar o processo da primeira revisão do seu PDM.

A presente proposta de revisão do PDM de Vila Nova de Paiva enquadra-se no novo quadro legislativo introduzido pelo RJIGT. Este diploma legal estabelece as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos IGT.

Conforme o previsto no n.º 3 do artigo 76.º do RJIGT, compete à Câmara Municipal definir a oportunidade e os termos de referência do processo de revisão do PDM. Com base nisto, para a 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva foram estabelecidos como objetivos segundo o diploma legal, *"a adequação do modelo territorial, dos regimes de salvaguarda e de valorização dos recursos territoriais e do regime de uso do solo à legislação referida (...), garantindo a sua compatibilização com os planos ou programas de hierarquia superior em vigor e a adequação das normativas e opções territoriais à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais ocorridas"*, definindo-se como *"âmbito material da revisão (...), o que se revelar necessário para cumprir"* estes objetivos em pauta.

O processo de revisão do PDM de Vila Nova de Paiva é constituído pelo conteúdo material e pelo conteúdo documental, previstos nos artigos 96.º e 97.º do RJIGT, respetivamente. O conteúdo material corresponde aos elementos que definem o modelo de organização territorial do município. O conteúdo documental integra os elementos (peças desenhadas e peças escritas) que constituem o plano e os elementos que acompanham o plano, acrescidos dos elementos complementares, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 | Conteúdo documental da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva

DESIGNAÇÃO	PEÇAS ESCRITAS	PEÇAS DESENHADAS
Volume I Elementos que Constituem o Plano	❖ Regulamento	Planta de Ordenamento, desdobrada em: <ul style="list-style-type: none"> ❖ Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do solo ❖ Planta de Ordenamento II – Salvaguardas ❖ Planta de Ordenamento III – Programação e Execução Planta de Condicionantes, desdobrada em: <ul style="list-style-type: none"> ❖ Planta de Condicionantes I – Condicionantes Gerais ❖ Planta de Condicionantes II – Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança e Servidões Administrativas do SGIFR ❖ Planta de Condicionantes III – Reserva Ecológica Nacional
Volume II Elementos que Acompanham o Plano	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Relatório de Fundamentação do Plano ❖ Relatório Ambiental, e respetivo Resumo Não Técnico ❖ Programa de Execução ❖ Plano de Financiamento 	
Volume III Elementos Complementares do Plano	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Relatório dos Compromissos Urbanísticos ❖ Relatório de Ponderação da Auscultação Pública ❖ Ficha de Dados Estatísticos 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Planta de Enquadramento Regional ❖ Planta da Situação Existente ❖ Planta da Situação Urbanística ❖ Planta de Compromissos Urbanísticos ❖ Planta de Infraestruturas e Equipamentos Coletivos ❖ Mapa de Ruído
Volume IV Documentos Autónomos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Estudos de Caracterização e Diagnóstico ❖ Propostas de Exclusão da Reserva Ecológica Nacional ❖ Propostas de Exclusão da Reserva Agrícola Nacional ❖ Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios ❖ Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil ❖ Carta Educativa 	

O presente documento constitui o Relatório de Fundamentação do Plano da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, no quadro dos elementos que o acompanham previsto segundo alínea a) do n.º 2 do artigo 97.º do RJIGT, a elaboração da peça escrita deve evidenciar "*a estratégia e modelo de desenvolvimento*"

local, nomeadamente os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais e culturais para a sua execução".

Os elementos produzidos no âmbito da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva têm como base elementos cartográficos oficiais, estabelecidos num sistema de referência comum, dando-se cumprimento à obrigatoriedade de utilização de cartografia oficial ou homologada, de acordo com a legislação em vigor. Neste sentido, a cartografia utilizada nas peças desenhadas no contexto de revisão do presente PDM, apresentam as características dispostas logo a seguir.

Quadro 2 | Metadados da Cartografia de base à escala 1:10 000

Entidade proprietária da cartografia	Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões
Entidade produtora	Geoglobal, Sistemas de Informação Geográfica, Lda.
Entidade Homologadora:	Direção Geral do Território
Data e número de homologação	2018-03-21, n.º 449
Série Cartográfica Nacional	10 000
Sistema de Referência e Datum	PT-TM06/ETRS89
Projeção cartográfica	Transversa de Mercator
Exatidão Posicional Planimétrica	150 cm
Exatidão Posicional Altimétrica:	170 cm
Exatidão Temática	95%
Precisão Posicional Nominal da Saída Gráfica:	2,57 m

Quadro 3 | Metadados da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2021)

Entidade proprietária da cartografia	Direção Geral do Território
Entidade Produtora	Direção Geral do Território
Data de referência	25-03-2022 (Publicação)
Sistema de Referência e Datum	PT-TM06/ETRS89
Projeção Cartográfica	Transversa de Mercator

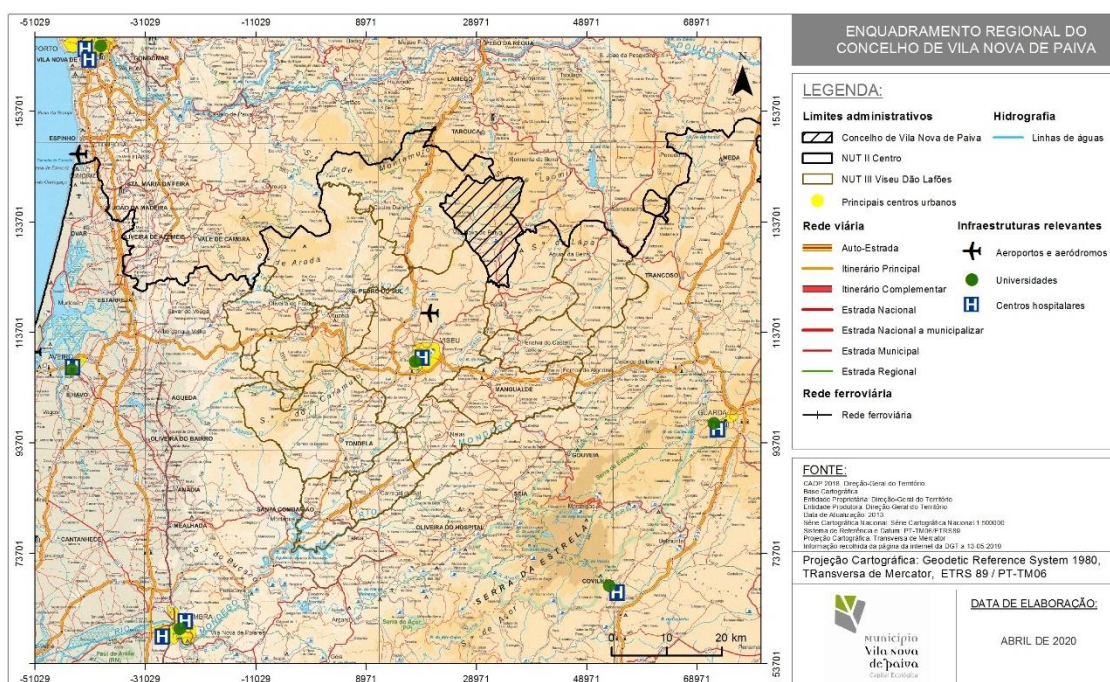
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Peças desenhadas de referência para o capítulo

Planta de Enquadramento Regional

Inserido na região Centro de Portugal, o concelho de Vila Nova de Paiva pertence à NUT III na sub-região Dão Lafões e está integrado na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM VDL), assim como os concelhos de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, São Pedro do Sul, Santa Comba Dão, Sátão, Tondela, Viseu e Vouzela. Com uma extensão de 175,5km², em termos geográficos, o concelho de Vila Nova de Paiva localiza-se a norte da Beira Alta e integra a Região do Alto Paiva, correspondente à bacia hidrográfica superior do rio Paiva.

Mapa 1 | Cartograma do Enquadramento regional do concelho de Vila Nova de Paiva



A sua proximidade ao principal centro urbano da sub-região, a cidade de Viseu, posiciona-o junto da rede de acessibilidades regional e de ligação ao litoral e à fronteira de Vilar Formoso, principal “porta” de acesso a Espanha e ao resto da Europa. A rede rodoviária de estradas nacionais e municipais conecta Vila Nova de Paiva aos concelhos vizinhos, sendo que a proximidade à A24 e à A25 permite uma rápida deslocação para diversos concelhos e centros urbanos de relevância como Lamego, Vila Real, Guarda e Aveiro, bem como a uma importante infraestrutura de transporte, o Porto de Aveiro, localizado a menos de uma hora e meia do concelho.

Quadro 4 | Distância e Tempo entre a sede de concelho e os principais centros urbanos, equipamentos e infraestruturas, estimado a partir do traslado feito de automóvel

CENTRO URBANO	DISTÂNCIA; TEMPO	VIAS RODOVIÁRIAS DE LIGAÇÃO	INFRAESTRUTURAS RELEVANTES
Viseu	32km; 31min.	EN 323, EN 329, EN229	Aeródromo Municipal de Viseu (29min.) Centro Hospitalar Tondela – Viseu (33min.) Instituto Politécnico de Viseu (34min.) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (58min.) Estação Ferroviária Mangualde – Intercidades, Regional/Urbano (43min.) Estação Ferroviária Régua (Linha do Douro) – Regional/Urbano, Inter-regional (44 min.)
Espinho (litoral)	141km; 1h 37min.	EN 323, EN329, EN229, A25, A1	-
Aveiro	114km; 1h 20min.	EN 323, EN329, EN229, A25	Porto de Aveiro (1h 23min.)
Vilar Formoso (fronteira)	129km; 1h 33min.	EN 323, EN329, EN229, A25	-
Porto	155km; 1h 46min.	EN 323, EN329, EN229, A25, A1	Aeroporto Francisco Sá Carneiro (1h 49min.) Porto de Leixões (1h 50min.)

Fonte: Google Maps; IP,S:A.

CAPÍTULO III – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Peças escritas de referência para o capítulo
Estudos de Caracterização e Diagnóstico

Neste capítulo apresenta-se a sistematização das conclusões derivadas da análise dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico¹, e do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território², a partir dos quais são identificados os problemas e as potencialidades mais notáveis deste território, constituindo um dos aspetos fundamentais para compreender as dinâmicas subjacentes aos princípios e prioridades estratégicas do Plano proposto.

Deste modo, procuramos explanar uma visão global do território, seus pontos fortes e pontos fracos, assim como as oportunidades e ameaças, através da metodologia de análise *SWOT*, relacionando pontos basilares compreendidos quanto aos:

- ❖ Recursos naturais e Ocupação do solo;
- ❖ Turismo e Patrimônio;
- ❖ Sociodemografia;
- ❖ Dinâmica urbana;
- ❖ Infraestruturas e Equipamentos.

Os pontos fortes referem-se aos valores positivos do território concelhio, que contribuem para a sua distinção e que deverão nesse sentido ser potenciados. Os pontos fracos revelam os valores negativos, que contribuem para a degradação do território e que deverão ser minimizados. As oportunidades dizem respeito aos fatores externos capazes de potenciar as características próprias do território concelhio. As ameaças, em contrapartida, estão relacionadas com aqueles fatores que podem contribuir para a desagregação e/ou degradação da integridade e valores presentes do território concelhio.

¹ Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva. (2019). *Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva (documento em validação pelo município)*. Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, dezembro de 2019, Vila Nova de Paiva, Portugal.

² Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva. (2020). *Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território (documento em validação pelo município)*. Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, março de 2020, Vila Nova de Paiva, Portugal.

Quadro 5 | Síntese do diagnóstico – Análise SWOT

RECURSOS NATURAIS E OCUPAÇÃO DO SOLO			
Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Maior parte do território concelhio ocupado por espaço florestal (80%); ❖ Predomínio de culturas temporárias nas áreas com ocupação agrícola de (72%); ❖ Forte representatividade e desenvolvimento de atividades agroflorestais com perspectiva de autossustentância; ❖ Exposição solar muito favorável, voltado a sul e oeste (50%), sendo as encostas voltadas a norte minoritárias dentro do panorama geral; ❖ O clima é caracterizado por um período de inverno com temperaturas relativamente baixas e um período de verão com temperaturas elevadas, típicas da região planáltica onde se insere o concelho. ❖ O território concelhio é atravessado pelo Rio Paiva, Rio Covo e Rio Vouga, aos quais estão associados corredores ecológicos que devem ser preservados e valorizados; ❖ É abrangido pelo ZEC PTCON0059 – Rio Paiva (11% da área do território concelhio). 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Na aptidão agrícola dos solos, o concelho é classificado como marginal (47%), sendo que a maioria o território concelhio não apresenta aptidão florestal e/ou agroflorestal, sendo ocupado por unidades pedológicas compostas por afloramentos rochosos (70%); ❖ A vegetação que ocorre na maior parte do território diferencia-se do coberto vegetal espontâneo característico da região; ❖ Apesar de o território ser abundante em área de regadio, verifica-se uma baixa taxa de produtividade e um elevado grau de desaproveitamento dos solos; ❖ Diminuição do número de explorações agrícolas em todas as freguesias; ❖ Elevada frequência de ocorrência de seca e a perigosidade elevada a muito elevada de incêndio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Adoção de iniciativas de preservação, proteção e valorização dos valores naturais, tirando partido das potencialidades locais, numa perspectiva da sua afirmação como ancoras para o desenvolvimento sustentado do território; ❖ Incentivo a manutenção e valorização de sistemas agrícolas e pecuários; ❖ Ordenar e gerir os espaços florestais, tendo por base o conceito de plurifuncionalidade e sustentabilidade da floresta; ❖ Garantir a proteção e valorização dos solos de elevada fertilidade; manter a diversidade, equilíbrio e complementaridade dos sistemas agrícolas tradicionais; ❖ Reforçar a importância da rede de proteção e valorização ambiental, através desta valia ecológica do concelho, potencializar o interior e minimizar o perigo de incêndio. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A natureza geológica e topográfica dos solos, montanhosa e acidentada, dificulta o surgimento de uma agricultura do tipo intensivo. ❖ Os habitats naturais e seminaturais são ameaçados pela invasão de espécies como as acácias, e da instalação recorrente de povoamentos de monocultura de eucaliptos e de pinheiros-bravos; ❖ Vulnerabilidade elevada quanto à frequência de ocorrência de seca e à perigosidade elevada e muito elevada de incêndio rural; ❖ Suscetibilidade em todo território concelhio dos riscos relacionados às cheias e inundações, movimento de massa, e ondas de calor; ❖ Suscetibilidade de degradação e contaminação dos solos a partir da conjugação da poluição difusa decorrente da prática agrícola, e da poluição tóxica originária nos parques industriais, nos postos de combustível e nas estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

TURISMO E PATRIMÓNIO			
Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Existência de consideráveis elementos valores patrimoniais, arquitetónicos e arqueológicos, a serem preservados e valorizados. ❖ Valores ambientais, culturais e paisagísticos de grande relevo à escala regional, que reforçam a necessidade de promover estratégias, ações e mecanismos ligados com a integridade, proteção e salvaguarda; ❖ Produtos regionais de qualidade reconhecida: Carne Arouquesa, Maçã Bravo de Esmolfe, Cabrito da Gralheira, Maçã da Beira Alta; ❖ Produtos típicos: Gastronomia e vinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Reduzido número de empreendimentos turísticos assim como agências de animação turística. ❖ As atividades de alojamento, restauração e similares, ligada ao sector do turismo, representam 3% do volume total de negócios do concelho, contudo, em termos monetários, dispõe o valor mais baixo da sub-região em que se insere. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Tomar partido do património natural para o desenvolvimento das atividades de recreio e do turismo; ❖ Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico; ❖ Grande oferta nas áreas do turismo de aventura e do turismo de natureza, bem como rotas turísticas centradas em especificidades históricas e patrimoniais. ❖ Consolidar a relação com à Região de Turismo Dão-Lafões. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Maior Competitividade de outros destinos/regiões concorrenciais, com a mesma tipologia de oferta; ❖ Contexto económico desfavorável que promove a ausência de empreendedorismo resultando num fraco dinamismo e incipiente inovação; ❖ Efeito “túnel” por parte das grandes vias de transporte, atravessando o território, sem, no entanto, lhe aceder convenientemente.

SOCIODEMOGRAFIA			
Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Estabilização da taxa de mortalidade e de natalidade em comparação as unidades territoriais em que se insere; ❖ Decréscimo expressivo do número de desempregados entre 2011 e 2019; ❖ Melhoria dos níveis de qualificação da população residente; ❖ Maior parte da população residente em Vila Nova de Paiva, trabalha e/ou estuda no concelho (69%); ❖ Maior parte da população se encontra empregada no sector terciário (68%); ❖ Os níveis de acessibilidade aos serviços de interesse geral (saúde, educação, apoio social, justiça, cultura, desporto, entre outros) com valores medianos. ❖ Atividade do comércio representa metade do total do volume de negócios do concelho, em termos de empresas, como comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, e o alojamento, restauração e similares. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Decréscimo no número de habitantes no concelho entre 2001 e 2018 (23%); ❖ Variação negativa da densidade populacional em todas as freguesias do concelho; ❖ Taxa de analfabetismo superior à observada em contexto regional e sub-regional; ❖ Ganho médio mensal inferior ao verificado no contexto regional e sub-regional; ❖ Percentagem reduzida da população com o ensino superior completo (6%); ❖ O poder de compra do concelho está associado aos fluxos populacionais, em especial, aos provocados pelos emigrantes residentes no estrangeiro e que têm as suas origens no concelho; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Fixar população num território de baixa densidade, em particular a população jovem, dinamizando as políticas nacionais de incentivos à natalidade; ❖ Especialização da mão-de-obra como um fator determinante para o desenvolvimento do território; ❖ Promoção da escolaridade, com incentivos e apoios ao nível dos transportes e da atribuição de bolsas de estudo; ❖ Adequar a componente vocacional profissionalizante às capacidades e potencialidades dos sectores de economia do concelho. ❖ Perfil de atividade económica ligado aos setores agroflorestal, agroalimentar, comércio, serviços e construção. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Tendência envelhecimento demográfico; ❖ População inativa corresponde ao dobro da população ativa no concelho; ❖ Diminuição generalizada da população em todas as freguesias, acompanhando a diminuição verificada na população total do concelho; ❖ Apesar da diminuição do índice de dependência de idosos, a mesma foi inferior à diminuição do índice de dependência de jovens; ❖ Vulnerabilidade social marcada pelo envelhecimento, desemprego e dependência, inserido numa área de declínio demográfico. ❖ Polarização dos centros urbanos com maior dinâmica socioeconómica dos concelhos vizinhos

DINÂMICA URBANA			
Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Tendência de aumento do número de empresas no território concelhio entre os anos 2011 e 2017; ❖ Variação positiva ao nível do número de edifícios no último período intercensitário, ainda assim, valores baixos em comparação a sub-região Viseu Dão Lafões; ❖ Tendência de crescimento do número de alojamentos familiares clássicos, entre 2011 e 2017, com representatividade no contexto regional. Predominantemente, os edifícios licenciados neste período destinam-se à habitação familiar; ❖ A população que trabalha e/ou estuda noutro município, concentra-se no concelho de Viseu, centro do dinamismo da sub-região Viseu Dão Lafões (37%); ❖ Procura e expansão da Zona Industrial, relativamente ao Loteamento Industrial de Vale de Forno. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Todas as freguesias são consideradas como áreas medianamente urbanas; ❖ Maior parte dos edifícios do concelho possuem apenas um alojamento, que demonstra o seu carácter mais rural, caracterizado por edifícios de habitação unifamiliar; ❖ Diminuição nas licenças de construção emitidas até 2012, com notável estagnação desde então a 2017. ❖ Ao nível das freguesias, apenas uma apresentou uma variação positiva significativa do número de alojamentos, enquanto as demais apresentam uma estagnação ou diminuição do número de alojamentos; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Atratividade e dinâmica para novos investimentos capazes de gerar emprego qualificado e de produzir efeitos multiplicadores na base económica local, preferencialmente através da afirmação de atividades inovadoras e diferenciadas do contexto regional; ❖ Empreendedorismo de microempresas relacionado a Zona Industrial; ❖ Consolidar a rede urbana, tornando-a equilibrada e eficiente ao nível da oferta de serviços ❖ Reforçar a integração dos territórios, como forma de atenuar as disparidades socioeconómicas regionais; ❖ Proximidade a um nó de conhecimento e inovação (Viseu). ❖ Proximidade a dois corredores rodoviários fundamentais nas ligações internacionais, o que pode potenciar a diminuição das disparidades regionais e o reforço da coesão territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Reduzido volume de negócios quando comparado com o contexto sub-regional; ❖ O número de alojamentos utilizados como residência secundária é superior ao número de alojamentos utilizados como residência habitual. ❖ Aumento da desertificação e da degradação dos núcleos antigos em função da construção de novas habitações;

INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS			
Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Alta proporção de população servida por abastecimento de água (98%) e por águas residuais (95%) no território do concelho, valores superiores aos observados a nível regional e sub-regional; ❖ A rede de contentores abrange grande parte dos territórios artificializados do concelho, notando-se uma maior concentração nas sedes de freguesia e na sede de concelho, em sintonia com a distribuição da população; ❖ Aumento significativo dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente no concelho; ❖ O número e distribuição dos equipamentos no concelho permitem que se alcance uma relativa equidade territorial, uma vez que a sua concentração se distribui ao longo de diversos aglomerados que assumem uma posição de centralidade; ❖ Rede viária com ligações importantes, permitindo um rápido acesso aos corredores rodoviários (A25 e A24), assim como também a ligações internacionais e fronteiriças (Porto de Aveiro e Vilar Formoso). 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Perdas de água na rede de abastecimento; ❖ Tratamento de águas residuais insatisfatório no sistema em baixa; ❖ Baixa proporção de pessoal ao serviço nos equipamentos de saúde, em comparação com o contexto regional e sub-regional; ❖ Na recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos apenas 0,7% do seu volume tem como destino a reciclagem; ❖ A recolha indiferenciada é superior à recolha seletiva, tendência em todas as unidades territoriais a que o concelho se insere. ❖ O principal meio de transporte utilizado no concelho era o automóvel ligeiro, como condutor (41%). 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ O Município tem também atribuído transporte escolar a alunos que frequentam currículos alternativos, cursos de educação e formação e transição para a vida ativa, ou seja, fora da escolaridade obrigatória. ❖ Posição favorável face ao contexto nacional, com um maior número de ecopontos por habitante, o que permite à população a recolha seletiva de forma mais cómoda e rápida ❖ Potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Decréscimo do número de estabelecimentos de educação, relacionado com o reordenamento da rede escolar, fruto da preferência pela constituição de centros escolares e da quebra do número de alunos (diminuição da taxa de natalidade). ❖ Contexto de progressivo envelhecimento da população, com necessidade de cuidados de saúde regulares e continuados, que poderá requerer um alargamento da rede de equipamentos e resposta social;

Fonte: REOT (2020), Estudos de Caracterização e Diagnóstico (2019).

CAPÍTULO IV – PRINCÍPIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Peças escritas de referência para o capítulo
Modelo Estratégico

Os planos municipais de ordenamento do território atuam como instrumentos de carácter regulamentar e têm como objetivo definir o regime de uso do solo, identificando os modelos de evolução previsível da ocupação humana, das redes e sistemas urbanos no território municipal. Os planos diretores municipais sistematizam nesta escala uma estratégia de desenvolvimento territorial, relacionando *a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal*" (n.º 1, artigo 95.º do RJIGT).

Os princípios e prioridades estratégicas de desenvolvimento ponderados pelo PDM são fundamentais para definir as diretrizes de desenvolvimento do território municipal. Deste ponto de vista, os eixos de desenvolvimento definidos então para a presente revisão do PDM de Vila Nova de Paiva derivam da avaliação dos objetivos do PDM em vigor em função das potencialidades e fragilidades relevantes no contexto atual do concelho e no seu enquadramento regional.

Neste sentido, a revisão do PDM deve ser considerada pelos municípios como um momento conveniente para identificar e concretizar as incidências espaciais, quer das políticas destinadas a potenciar os valores existentes, capazes de contribuir para o desenvolvimento do território concelhio, quer das estratégias que permitiriam superar os pontos fracos/ameaças reconhecidos até o presente momento.

Para o concelho de Vila Nova de Paiva, complementarmente aos princípios e prioridades estratégicas de desenvolvimento territorial a assumir, deverão ser considerados, nos domínios que se revelarem pertinentes, as orientações dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) de âmbito nacional, regional, municipal e intermunicipal coincidentes no território concelhio, os quais elencamos a seguir.

Quadro 6 | Planos, Programas e Estratégias de âmbito nacional e regional, com incidência no concelho de Vila Nova de Paiva

ÂMBITO	INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL	DATA DE PUBLICAÇÃO
Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	2019
	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)	1998
	Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)	2019
	Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)	2021
	Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil (PNEPC)	2013
	Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (ENPCP)	2021
	Estratégia Nacional para as Florestas 2014-2020 (ENF)	2015
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)	2018
	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015)	2007
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)	2015
	Plano Nacional da Água (PNA)	2016
	Programa Nacional para o Uso Eficiente de Água 2012-2020 (PNUEA)	2012
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030)	2023
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030	2024
	Estratégia para o Turismo 2027	2017
	Plano Setorial da Rede Natura 2000	2008
	Estratégia Portugal 2030	2020
	Plano Nacional Energia e Clima 2030	2020
	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)	2019
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)	2019
	Roteiro Nacional para a Adaptação 2100	2024
	Plano Nacional para o Radão	2022
	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030	2022
	Lei de Bases da Política Florestal (LBPF)	1996

ÂMBITO	INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL	DATA DE PUBLICAÇÃO
Regional	Programa Centro 2030	2020
	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL)	2019
	Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)	2011 e 2025*
	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (PGRH- RH3)	2024
	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (PGRH- RH4)	2024
Municipal e Intermunicipal	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões (PIAAC-VDL)	2017
	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) de Viseu Dão Lafões	2016
	Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial (PEDT) do Viseu Dão Lafões 2020	2014
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Vila Nova de Paiva	2018
	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Vila Nova de Paiva	2022
	Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Centro da vila de Vila Nova de Paiva	2016
	Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) das Área de Reabilitação Urbana (ARU)	2024
	Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Vila Nova de Paiva	2025
*Observação: proposta de plano, ainda não aprovado e publicado.		

Segundo o artigo 75.º do RJIGT, os planos municipais de ordenamento do território têm como objetivo, "*a tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos programas nacional e regional*", além da definição de outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais programas e planos territoriais. Tendo em conta, conforme o referido diploma legal, que a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território tem obrigatoriamente de identificar e ponderar, nos diversos âmbitos, os planos, programas e projetos com incidência no próprio território, tendo em consideração os que já existam e os que se encontrem em elaboração, de modo a garantir as compatibilizações necessárias.

1 EIXOS DE DESENVOLVIMENTO DA REVISÃO DO PDM

Os eixos de desenvolvimento delineados para a presente revisão explanados no documento “Modelo Territorial”, resultam da atualização e adequação dos objetivos estratégicos estabelecidos à época da elaboração do PDM em vigor de Vila Nova de Paiva, em que foram estabelecidos como objetivos: *“reforçar as características de Vila Nova de Paiva como centro de apoio à cidade de Viseu, potenciando as interdependências; considerar o papel fundamental do setor florestal e de algumas produções agrícolas, sem esquecer que os motores do emprego serão os setores secundário e terciário; satisfazer as necessidades básicas da população, quer das zonas rurais quer dos aglomerados urbanos; proteger e valorizar os valores históricos, culturais e ambientais, como recursos naturais do município”*.

Para analisar o nível de êxito do plano e a coerência dos objetivos transformados em ações, é importante ter presente estes objetivos estabelecidos no PDM em vigor e a sua articulação com as estratégias de atuação nos diferentes domínios. Neste contexto, o período estendido entre o PDM em vigor e a sua revisão, somado às alterações na legislação sobre instrumentos de gestão territorial e política de ordenamento do território, acarreta, obrigatoriamente, a uma inserção nas figuras de planeamento municipal e ponderação crítica dos seus efeitos, nomeadamente por estarem diretamente relacionadas no solo urbano e solo rústico. Tornando-se assim, inevitável uma revisão do PDM, de forma a se adaptar a esta legislação, articulado as transformações em curso na sociedade e com a perspetiva de atração de investimento estratégico.

De forma geral, os eixos estratégicos de desenvolvimento territorial que preconizam o modelo de desenvolvimento local proposto para a presente revisão estarão alinhadas com o quadro abaixo.

Quadro 7 | Quadro-chave da eixos estrategicos de desenvolvimento no contexto do RPDM de Vila Nova de Paiva

	VETORES	COMPONENTES BASILARES	EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL PARA O MODELO TERRITORIAL PRETENDIDO	População	Melhoria das condições/qualidade de vida da população;	❖ Consolidação e qualificação do sistema urbano;
	Ambiente	Preservação/qualificação dos recursos endógenos;	❖ Valorização e promoção dos valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos, como elementos identitários do concelho;
	Economia	Promoção do desenvolvimento económico sustentável.	❖ Desenvolvimento de uma economia sustentada nos recursos endógenos.

Fonte: Modelo estratégico RPDM Vila Nova de Paiva, 2019.

2 OPÇÕES TERRITORIAIS

Observando a estrutura global do ordenamento do concelho de Vila Nova de Paiva, as opções territoriais deverão servir como diretrizes, instituídas às estratégias de desenvolvimento definida para o território municipal. Serão consideradas para este fim, as características socioeconómicas da população residente, as diferenciações internas dos aglomerados, singularmente, a malha urbana e com suas origens inerentes e morfologias com maior ou menor grau de consolidação, o contexto variado e com importância patrimonial, as condições paisagísticas e ambientais distintas, a que se adicionam elementos singulares de natureza operacional e funcional.

O modelo de organização territorial pretendido para o concelho de Vila Nova de Paiva resulta da reflexão, ponderação e maturação dos vetores (população, ambiente e economia) e seus componentes basilares, que definiram os eixos de desenvolvimento previstos para o território, para o tempo de vigência que decorrer-se-á a partir da presente revisão.

Por norma, o modelo deverá traduzir a realidade sociocultural do território concelhio, respeitando e distinguindo suas características diferenciadoras no contexto regional, colaborando neste sentido para o desenvolvimento de agentes competitivos que potencializem a qualidade de vida dos indivíduos, a preservação dos seus valores próprios a este território (culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos), além do desenvolvimento económico de forma sustentável.

Quadro 8 | Opções territoriais de concretização dos Eixos estratégicos de desenvolvimento.

EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OPÇÕES TERRITORIAIS
Consolidação e qualificação do sistema urbano;	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Garantir maior igualdade de oportunidades e equidade na disponibilização dos serviços; ❖ Atratividade e fixação da população (sobretudo população jovem); ❖ Zelar pela população idosa e pela população infantil, através do apoio das IPSS, alargando a sua abrangência no território concelhio.
Valorização e promoção dos valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos, como elementos identitários do concelho;	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Promover a paisagem e os recursos naturais existentes como recursos turísticos de valor acrescentado, ❖ Revitalizar os usos e costumes das manifestações culturais e tradicionais; ❖ Concretizar uma estratégia de promoção do turismo como instrumento de desenvolvimento económico do território, e de abertura e visibilidade do concelho ao exterior; ❖ Captar oportunidades e divulgar potencialidades para a recuperação do património material; ❖ Promover os produtos locais baseando-se na sua divulgação cultural.

EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO	OPÇÕES TERRITORIAIS
Desenvolvimento de uma economia sustentada nos recursos endógenos.	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Desenvolver o setor energético através da exploração das energias renováveis a eólica; ❖ Desenvolver e reforçar o setor florestal e os seus produtos derivados, numa visão de ordenar e revitalizar os territórios florestais; ❖ Fomentar a silvo pastorícia alinhado com as políticas de prevenção e de gestão florestal, como forma de minimizar também os riscos de incêndio; ❖ Promoção de sinergias entre o setor produtivo (primário) e transformador (secundário), numa visão de fomento de uma economia circular com base nos recursos endógenos. ❖ Promover a diversificação e aumento da oferta de alojamento turístico do concelho;

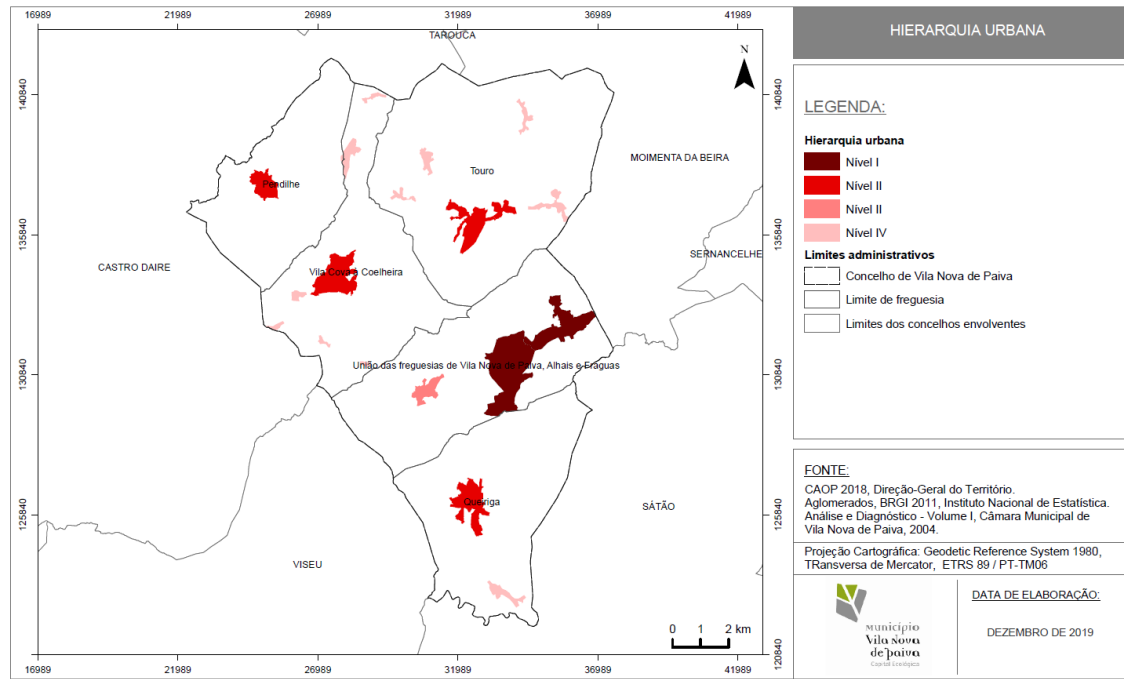
Fonte: Modelo estratégico RPDV Vila Nova de Paiva, 2019.

2.1 HIERARQUIA URBANA

O concelho de Vila Nova de Paiva apresenta duas vilas – Vila Nova de Paiva (União das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas) e Vila Cova à Coelheira (da freguesia com o mesmo nome). Em termos de hierarquia urbana foram estabelecidos quatros níveis, tendo em conta a dimensão dos aglomerados e os serviços existentes.

- ❖ **Nível I** – engloba os núcleos de Vila Nova de Paiva e Alhais, considerados com um único centro urbano, pela sua proximidade e consequente definição do perímetro urbano. Constitui o centro administrativo local e polarizador de todo o funcionamento municipal;
- ❖ **Nível II** – engloba os centros urbanos de Vila Cova à Coelheira, Queiriga, Pendilhe e Touro/Cerdeira, que correspondem às restantes sedes de freguesia, estrategicamente localizadas no território concelhio;
- ❖ **Nível III** – constituído pelo centro urbano de Fráguas, que pelas suas características demográficas e funcionais, foi colocado num nível isolado dos restantes. Desempenha funções centrais estritamente locais;
- ❖ **Nível IV** – integra os restantes aglomerados populacionais com diminuta importância funcional.

Mapa 2 | Cartograma da Hierarquia urbana do concelho de Vila Nova de Paiva



Fonte: Análise e Diagnóstico – Volume I, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, 2004.

CAPÍTULO V – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

Peças desenhadas de referência para o capítulo
Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do Solo
Planta da Situação Urbanística
Planta de Compromissos Urbanísticos
Planta de Infraestruturas e Equipamentos Coletivos

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, estabelecendo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o ainda o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Este diploma legal assume logo no seu preâmbulo que *"um modelo coerente de ordenamento do território deve assegurar a coesão territorial e a correta classificação do solo, invertendo-se a tendência, predominante nas últimas décadas, de transformação excessiva e arbitrária do solo rural em solo urbano"*. Como tal este regime vem instituir *"um novo sistema de classificação do solo, em solo urbano e solo rústico, que opta por uma lógica de efetiva e adequada afetação do solo urbano ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado, eliminando-se a categoria operativa de solo urbanizável"* (preâmbulo do RJIGT).

O solo urbano diz respeito ao território total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação. O solo rústico compreende ao território que *"pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, à valorização e à exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano"* (alínea b do n.º 2 do artigo 71.º do RJIGT).

Devemos salientar, segundo o DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, que *"a reclassificação do solo rústico para solo urbano tem carácter excecional, sendo limitada aos casos de inexistência de áreas urbanas disponíveis para os usos e funções pretendidas face à dinâmica demográfica e à indispensabilidade de qualificação urbanística e desde que comprovadamente necessárias ao desenvolvimento económico e social"*.

1 PRINCÍPIOS GENÉRICOS DA CLASSIFICAÇÃO DO SOLO

Em complementaridade ao RJIGT e à LBGPPSOTU, a publicação do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto vem estabelecer em concreto os critérios de classificação e reclassificação do solo, assim como as categorias de qualificação do solo rural e urbano.

Este diploma legal define *que a classificação do solo “traduz uma opção de planeamento territorial que determina o destino básico do solo, assentando na distinção fundamental entre a classe de solo rústico e a classe de solo urbano”* (n.º 1 do artigo 5.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto).

Por sua vez *“a qualificação do solo é uma opção de planeamento territorial que estabelece, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento tendo por referência as potencialidades de desenvolvimento do território, fundamentadas na análise dos recursos e valores presentes e na previsão dos usos e das atividades do solo adequados à concretização da estratégia de desenvolvimento local e do correspondente modelo de organização do território municipal”* (n.º 1 do artigo 12.º).

2 SITUAÇÃO URBANÍSTICA

No contexto da revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva foi elaborada a Planta Situação Urbanística [VOL.III – Planta 2.2] em conformidade com os conceitos e definições que constam no Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)³.

Como ponto de partida, foram identificados os seguintes elementos de caracterização da situação urbanística do concelho:

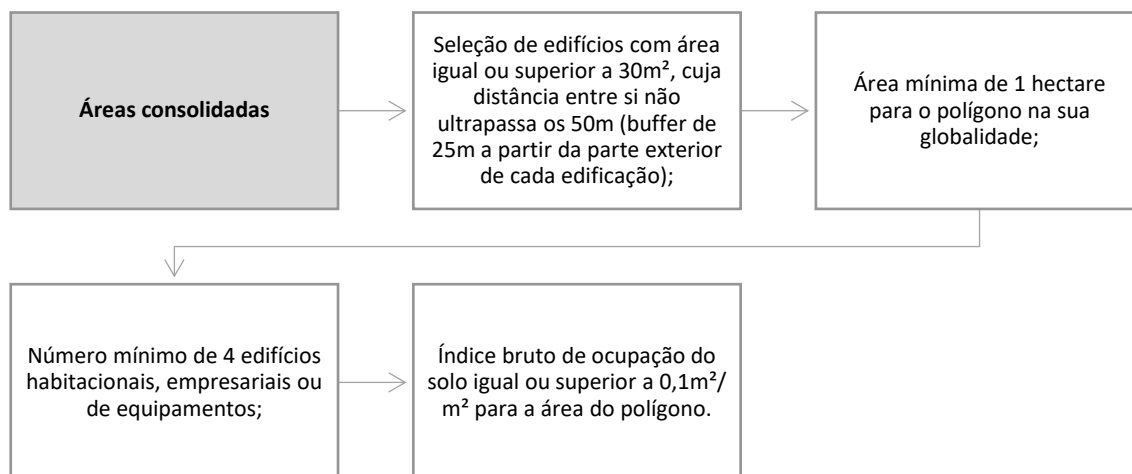
- ❖ As vias públicas habilitantes correspondem a troços de arruamentos públicos com capacidade de trânsito automóvel para veículos das forças de segurança e proteção civil como ambulâncias e veículos dos bombeiros, identificadas na cartografia de base da rede viária do concelho a escala 1:10.000.
- ❖ Identificação de áreas infraestruturadas servidas por vias habilitantes com rede de abastecimento de água e rede de saneamento de águas residuais.
- ❖ Identificação de áreas parcialmente infraestruturadas servidas por vias habilitantes com apenas rede de saneamento de águas residuais; ou por vias habilitantes com apenas rede de abastecimento.
- ❖ Delimitação de áreas de edificação consolidada ou em vias de consolidação;
- ❖ Delimitação de áreas de áreas de edificação dispersa.

Na delimitação das áreas edificáveis no âmbito da qualificação do solo foram consideradas os seguintes parâmetros consoante ao PROT-C referido com as devidas adaptações às características do concelho de Vila Nova de Paiva:

- ❖ As áreas consolidadas dizem respeito a polígonos de solo definidos por linhas fechadas que envolvem os núcleos edificados, onde predomina a contiguidade ou grande proximidade entre os edifícios existentes, acrescido dos espaços de colmatação e das áreas não edificadas com uso urbano estabilizado (espaços públicos de utilização coletiva, áreas verdes e áreas afetadas a equipamentos), interiores ou contíguas, aos referidos núcleos, cumprindo para cada polígono as seguintes condições.

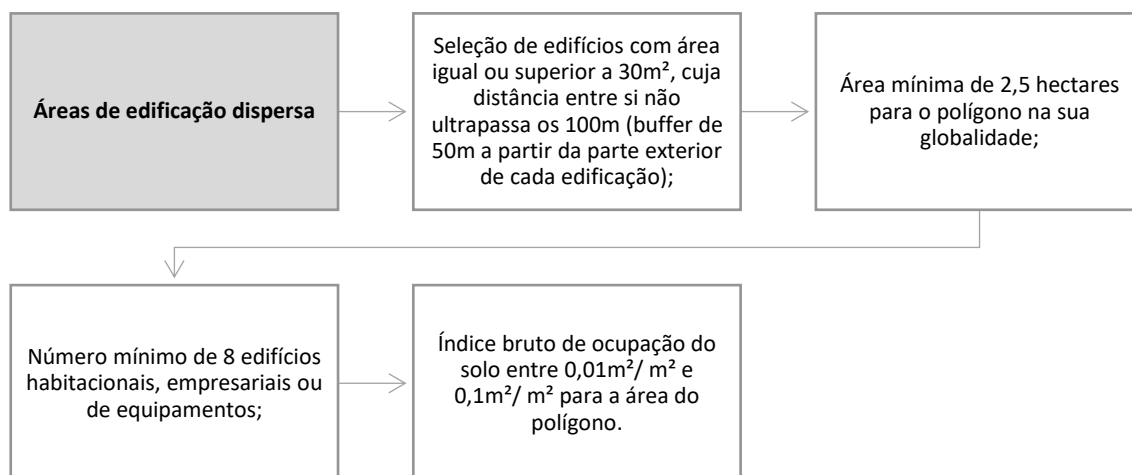
³ CCDRC. (2011). *Proposta de PROT-Centro*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, maio de 2011, Coimbra. Em detalhe, o ponto 4.3.1. "Normas de Planeamento e Gestão Territorial", TG9 – 3. Qualificação do solo.

Quadro 9 | Critérios cumulativos para delimitação das áreas consolidadas



- ❖ As áreas de edificação dispersa correspondem ao conjunto de edificações existentes com uso misto, sem funções urbanas relevantes, delimitadas de acordo com o respetivo padrão de ocupação considerando a estrutura viária e a tipologia do edificado.

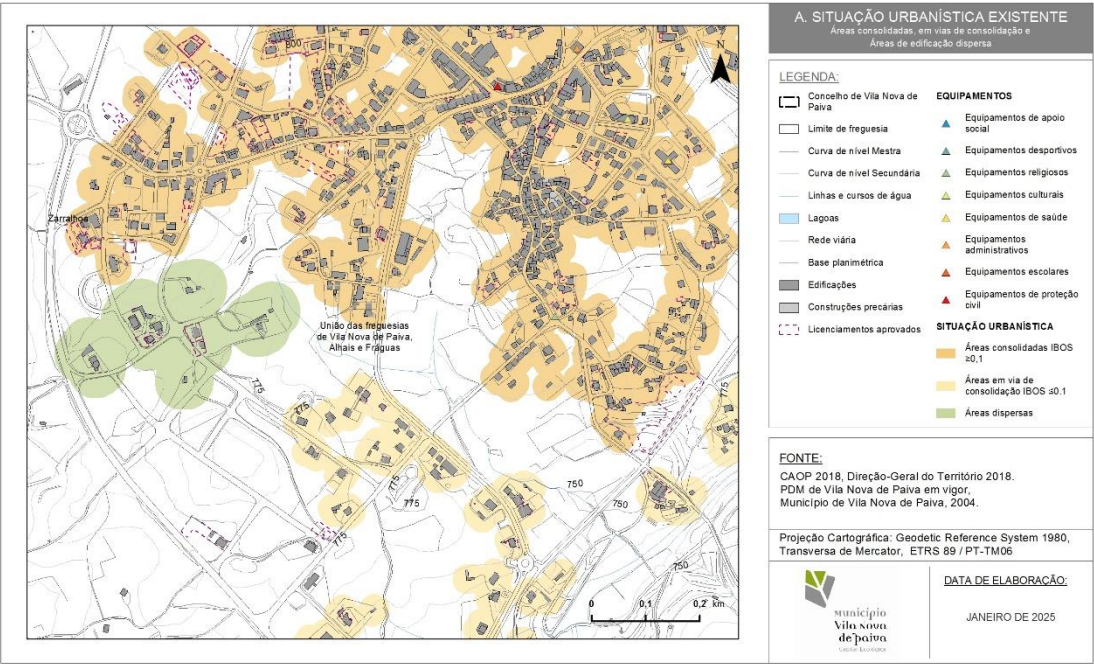
Quadro 10 | Critérios cumulativos para delimitação das áreas de edificação dispersa



Como resultado desta análise foram realizados os seguintes processos para a produção da cartografia referente a Planta de Situação Urbanística (A. e B.), Planta de Proposta das Áreas edificáveis (C.).

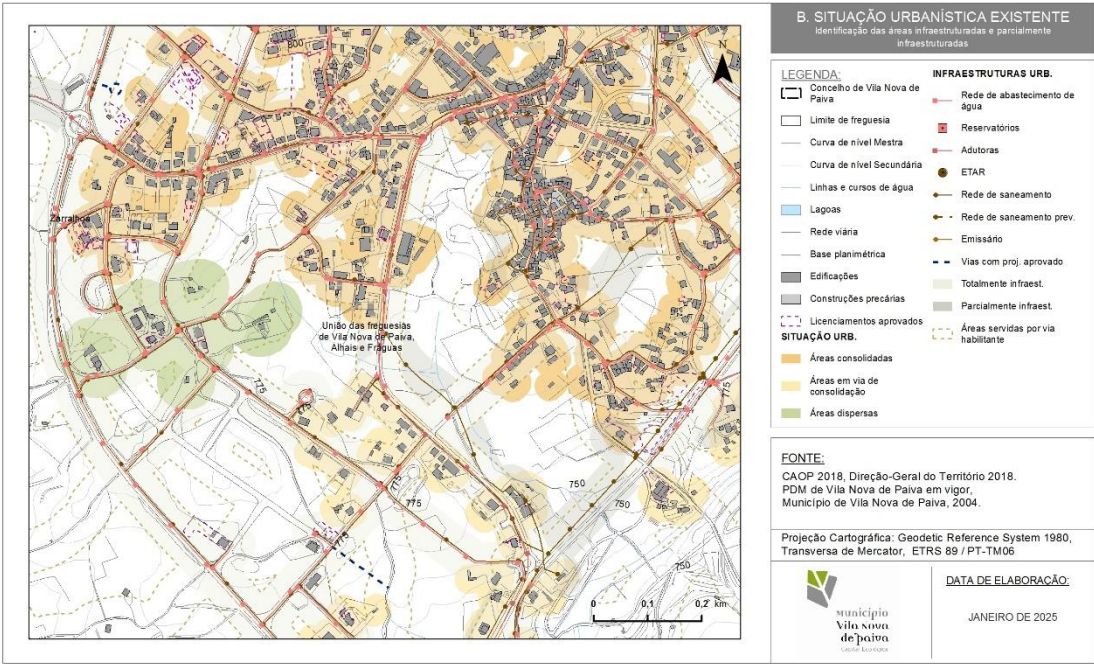
- A. Os critérios estabelecidos foram aplicados a todos os edifícios habitacionais, empresariais e/ou equipamentos, excluindo-se anexos e edifícios com funções similares, tendo ressalva ao critério de área mínima de cada polígono ($\geq 30m^2$). O resultado caracteriza a situação urbanística do ponto de vista da presença de edificado e do seu grau de concentração/compactação, classificados então como áreas consolidadas, em vias de consolidação e de edificação dispersa, traduzido na figura a seguir.

Mapa 3 | Cartograma da Situação urbanística – Áreas consolidadas, em vias de consolidação e Áreas de edificação dispersa



B. Identificados e classificados os polígonos no passo anterior, procedeu-se a delimitação das áreas infraestruturadas e parcialmente infraestruturadas, considerando a abrangência de ambas ou de uma das infraestruturas urbanísticas básicas (rede de abastecimento de água e rede de saneamento de águas residuais), tendo como limite definido uma faixa de 40 m para ambos os lados a partir do eixo dos troços de vias públicas habilitantes. O resultado permitiu a identificação dos polígonos que cumprem condições para efetiva delimitação, traduzido na figura a seguir, e que virão a ser classificação no próximo passo em áreas edificáveis como aglomerados urbanos, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa.

Mapa 4 | Cartograma de Situação urbanística – Áreas infraestruturadas e parcialmente infraestruturadas

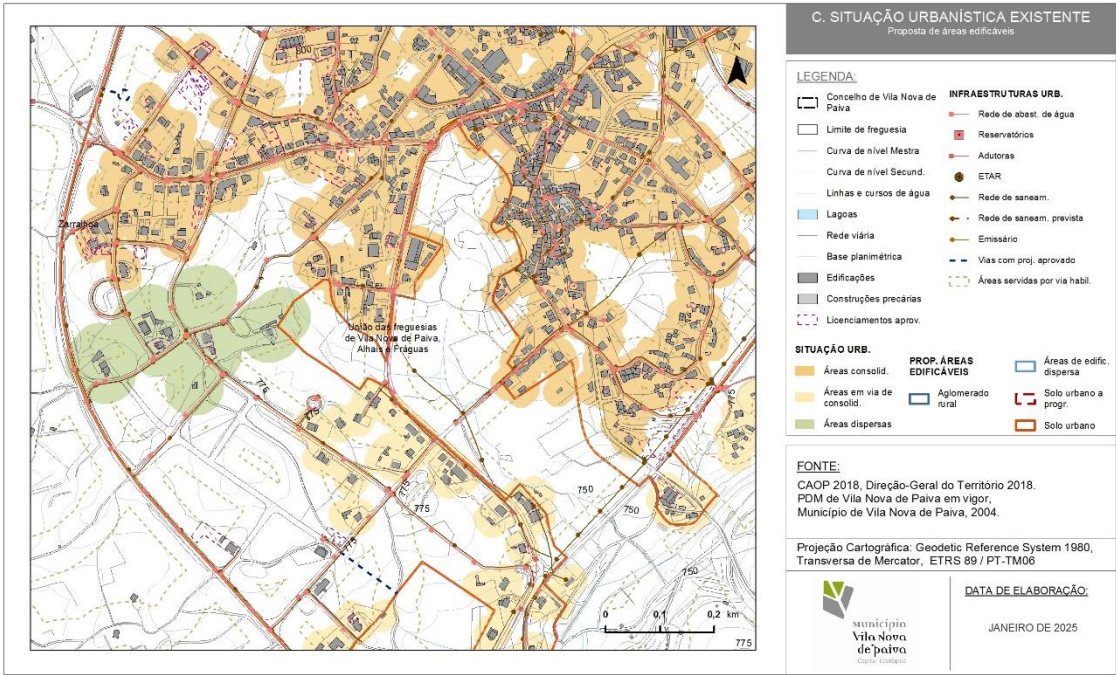


C. A partir da delimitação das áreas edificáveis e as áreas infraestruturas (parcial ou totalmente), foram delineados os limites efetivos que os aglomerados deverão assumir, considerando conjuntamente, uma análise territorial pormenorizada das mesmas, observando as condições topográficas e de proteção da paisagem, a presença de linhas de água, os limites físicos relevantes, a presença de núcleos edificados contíguos ou pequenos polígonos não edificados envolvidos pelos aglomerados existentes. O resultado dessa análise revela os aglomerados suscetíveis e em que foram qualificados conforme os critérios estabelecidos pela legislação aplicável, como solo urbano, aglomerado rural e áreas de edificação dispersa, como refere o quadro abaixo e ilustra a figura seguinte.

Quadro 11 | Áreas edificáveis – Delimitação dos aglomerados

CRITÉRIOS PARA PROPOSTA PARA CLASSIFICAÇÃO DO SOLO		
Solo urbano		❖ Áreas consolidadas ou em vias de consolidação conjugadas com as áreas de edificação periférica, que estejam infraestruturadas ou parcialmente infraestruturadas e que sejam abrangidas por vias habilitantes ou contíguas a elas.
Solo rústico	Aglomerado rural	❖ Áreas consolidadas ou em vias de consolidação, com mais de 7 edifícios, sem infraestruturas ou apenas com um tipo de infraestrutura.
	Áreas de edificação dispersa	❖ Áreas com situação urbanística correspondente com mais de 10 edifícios, sem infraestruturas ou com apenas um tipo de infraestrutura.

Mapa 5 | Cartograma da Proposta de Áreas edificáveis



3 PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO

Reforçando o que já foi referido, a classificação do solo representa *"uma opção de planeamento territorial que determina o destino básico do solo"* (n.º 1 do artigo 5.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto) compreendido entre solo rústico e solo urbano. Conforme o mesmo diploma legal, *"a classificação do solo como urbano visa a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas, no respeito pelos imperativos de economia do solo e dos demais recursos territoriais"*.

O solo urbano compreende *"o solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano intermunicipal ou municipal à urbanização e à edificação"* (n.º1 do artigo 7.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto), assim como, solos afetos à estrutura ecológica urbana e que elementares ao equilíbrio do sistema urbano. O restante do território fora deste enquadramento compreende o solo rústico, consoante aos critérios de qualificação do solo rústico para regular o aproveitamento sustentável do solo segundo suas categorias, descrito no n.º1 do artigo 16.º.

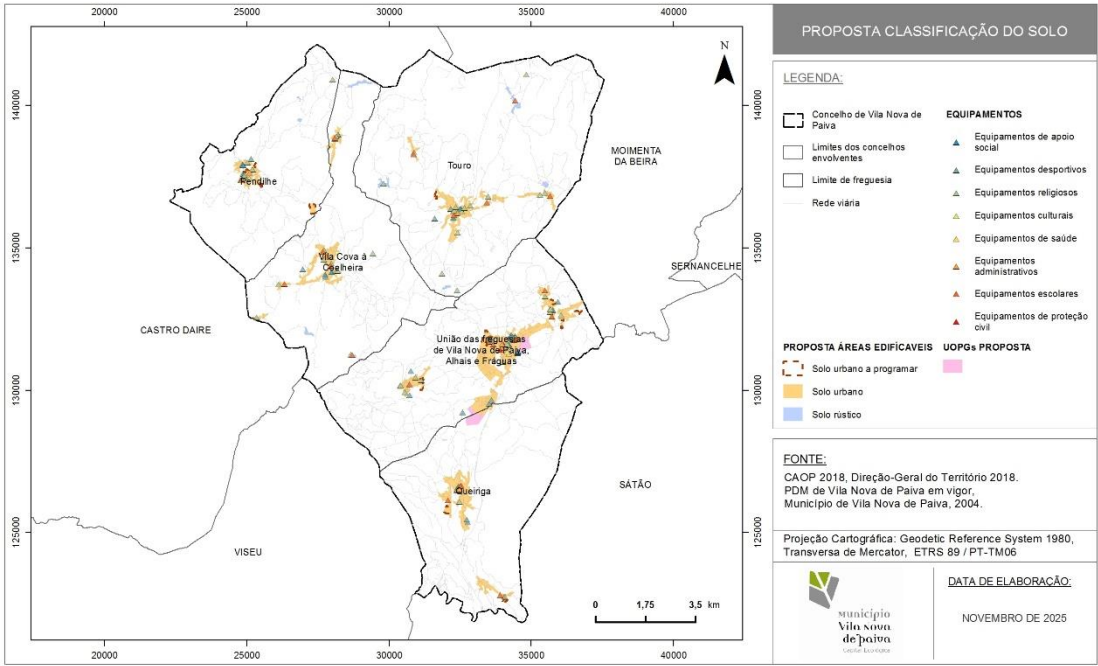
A classificação do solo como urbano conforme n.º 3 do artigo 7.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, deverá de forma cumulativa compreender as seguintes condições: *"inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal; existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população; existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados; garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais; necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial."*

O desenho da proposta dos perímetros urbanos, assim como para efeito de decisão, na definição da classificação do solo urbano e solo rústico proposta na presente revisão, consideramos como fonte de informação a cartografia de base fornecida pelo Município, a abrangência das áreas infraestruturadas e a situação urbanística identificada na planta de situação existente. Também fazendo uma leitura transversal de pontos importantes e com incidências no território, tais como:

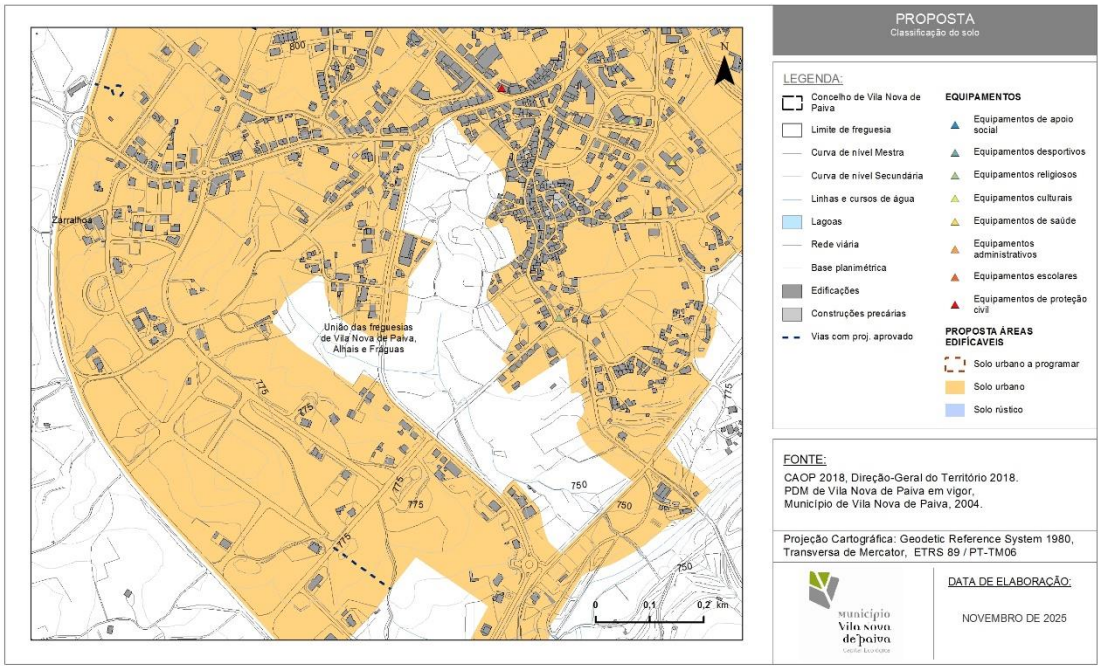
- ❖ Equipamentos coletivos existente e relevantes para população residente;
- ❖ Compromissos urbanísticos assumidos pelo município;
- ❖ Planos e investimentos previstos;
- ❖ Diplomas legais que enquadram os conceitos e processos da classificação do solo;
- ❖ Eventuais participações/sugestões decorrentes do período de participação pública.

A partir disto, delimitadas as áreas com características para se constituírem em aglomerados e que interessa distinguir de forma genérica, de entre aquelas, quais as que devem integrar o solo urbano e irão permanecer em solo rústico. Sendo parte das categorias em que se pode desdobrar a classe de solo rústico, os aglomerados rurais e as áreas de edificação dispersa.

Mapa 6 | Cartograma da Proposta de Classificação do solo – Visão geral do concelho



Mapa 7 | Pormenor do Cartograma da Proposta de Classificação do solo



Os resultados demonstrados pela caracterização da situação urbanística clarificam quais os núcleos urbanos de maior dimensão e relevância no concelho e verifica-se, comparativamente com a hierarquia urbana em vigor definida para o concelho, a constância de aglomerados consolidados que definem a estrutura urbana concelhia, como por exemplo, os núcleos urbanos de Vila Nova de Paiva e Alhais.

Algumas condições atuam como influência e tendência na ocupação do solo deste território, notadamente a rede viária principal, ER 225 e EN 329, correspondem a um eixo para o surgimento de povoações ao longo dos seus troços, assim como relevante ligação e acessibilidade aos demais municípios envolventes. Os setores Norte e Nordeste do concelho, das freguesias de Touro e Vila Cova à Coelheira, apresentam em quantidade áreas menos edificadas, caracterizada pela presença de aglomerados mais dispersos. Coincidentemente onde se localizam as altitudes mais elevadas do concelho, culminando na serra da Nave.

4 DADOS QUANTITATIVOS E COMPARATIVOS DO SOLO URBANO

O concelho de Vila Nova de Paiva apresenta um modelo territorial em que os aglomerados "se distribuem de forma homogénea pelo território, em especial junto dos principais cursos de água e nas áreas de menor altitude e declive, e, consequentemente, junto das principais vias de comunicação do concelho" (Estudos de caracterização e Diagnóstico, 2019, pg. 119), sobretudo a ER 255 e a EN 329.

As áreas edificáveis apresentadas para a proposta de classificação do solo da presente revisão do PDM do concelho de Vila Nova de Paiva ocupam uma área de 886 hectares. Conforme descreve o mesmo documento, "grande maioria da população se distribui pelos principais aglomerados do concelho (sedes de freguesia), com reduzidas situações de construções dispersas, não apresentando, no entanto características típicas de um povoamento concentrado" (como citado em Análise e Diagnóstico – Volume I, 2004:124).

Quadro 12 | Áreas relativas aos espaços destinados a edificação da proposta



Quadro 13 | Total das áreas edificáveis a partir da situação urbanística existente e respetiva proposta de revisão da classificação do solo

FREGUESIAS	ÁREAS EDIFICÁVEIS PROPOSTA (ha)	PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DO SOLO (ha)		
		Solo urbano	Aglomerado Rural	Áreas de edificação dispersa
Pendilhe	64,33	61,55	2,78	--
Queiriga	147,85	147,85	--	--
Touro	172,85	147,35	22,65	2,85
Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	146,15	130,33	--	--
Vila Cova à Coelheira	354,80	354,80	7,33	8,49
TOTAL	885,98	841,88	32,76	11,34

O solo urbano atualmente em vigor do município de Vila Nova de Paiva corresponde a uma delimitação realizada na primeira geração de planos diretores municipais, em que a delimitação dos respetivos perímetros urbanos, era elaborada sem apoio dos elementos cartográficos e sem recurso aos sistemas de informação, aos quais tem-se o acesso nesta revisão. Esta condição fez com que os perímetros urbanos do PDM em vigor fossem delimitados de uma forma grosseira e por vezes, deslocados face à efetiva ocupação do território. Sendo assim, considera-se que a proposta de solo urbano apresentada pretende responder aos desafios do ordenamento do território na medida em que se promoveu a consolidação do sistema urbano, procurando se garantir níveis adequados de coesão territorial.

5 QUALIFICAÇÃO DO SOLO RÚSTICO

O Decreto Regulamentar 15/2015, de 19 de agosto é o diploma legal que estabelece os critérios de qualificação do solo. Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do referido diploma *"a qualificação do solo é uma opção de planeamento territorial que estabelece, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento tendo por referência as potencialidades de desenvolvimento do território, fundamentadas na análise dos recursos e valores presentes e na previsão dos usos e das atividades do solo adequados à concretização da estratégia de desenvolvimento local e do correspondente modelo de organização do território municipal"*.

A qualificação do solo rústico, neste sentido, deve regular o seu aproveitamento de forma sustentável e deve ser baseada nos critérios observados:

- "a) Compatibilidade com as opções dos programas regionais e intermunicipais, designadamente no respeitante: (i) à estrutura regional de proteção e valorização ambiental; (ii) ao ordenamento agrícola; (iii) ao ordenamento florestal; (iv) ao ordenamento dos recursos geológicos; (v) aos padrões de povoamento e edificabilidade e (vi) ao desenvolvimento de atividades económicas admitidas em espaço rústico;*
- b) Compatibilidade com as opções dos programas sectoriais com incidência no território municipal;*
- c) Compatibilidade com os programas especiais e com os regimes jurídicos de proteção, conservação e valorização dos recursos naturais;*
- d) Salvaguarda e aproveitamento das áreas afetadas a usos agrícolas e florestais, à conservação e exploração de recursos geológicos, à produção e exploração de recursos energéticos, e à conservação de recursos e valores naturais, ambientais, culturais e paisagísticos, bem como à prevenção e minimização de riscos naturais ou antrópicos;*
- e) Aproveitamento multifuncional do solo rústico com acolhimento de atividades que contribuam para a sua diversificação e dinamização económica e social, promovendo a integração de utilizações compatíveis e salvaguardando a sustentabilidade ambiental e paisagística, bem como a biodiversidade desses espaços;*
- f) Enquadramento de equipamentos, estruturas, infraestruturas e sistemas que não impliquem a classificação do solo como urbano"* (n.º 1 do artigo 16.º).

Posto isto, são considerados incompatíveis com o solo rústico os seguintes usos:

“a) As novas instalações de comércio, serviços e indústria que não estejam diretamente ligados às utilizações agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos;

b) As novas construções para habitação, salvo nas situações admitidas pelos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal, de acordo com o estabelecido nas orientações dos programas regionais;

c) Os empreendimentos turísticos, salvo nas formas e tipologias admitidas em solo rústico, de acordo com as orientações estabelecidas nos programas regionais.” (n.º 3 do artigo 16.º do DR 15/2015, de 19 de agosto).

Desta forma, a qualificação do solo rústico processa-se com base nas categorias de uso do solo estabelecidas no artigo 17 do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto:

- a) Espaços Agrícolas
- b) Espaços Florestais
- c) Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos;
- d) Espaços de atividades industriais diretamente ligadas às utilizações referidas nas alíneas anteriores;
- e) Espaços naturais e paisagísticos;
- f) Outras categorias de solo rústico:
 - i. Espaços culturais;
 - ii. Espaços de ocupação turística;
 - iii. Espaço destinado a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas ou ocupações;
 - iv. Aglomerados rurais;
 - v. Áreas de edificação dispersa.

Em termos de qualificação do solo rústico, a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva estabelece as seguintes categorias e subcategorias:

Quadro 14 | Proposta de qualificação do solo rústico no concelho de Vila Nova de Paiva

CLASSIFICAÇÃO	QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	QUALIFICAÇÃO SUBCATEGORIA
Solo Rústico	Espaços Naturais e Paisagísticos	-
	Espaços Florestais	Espaços Florestais de Conservação
		Espaços Florestais de Produção
		Espaços Florestais de Uso Misto Silvícola e Agrícola

CLASSIFICAÇÃO	QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	QUALIFICAÇÃO SUBCATEGORIA
	Espaços Agrícolas	-
	Aglomerados Rurais	-
	Áreas de Edificação Dispersa	-
	Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos	-
	Espaço destinado a equipamentos e infraestruturas	-

A seguir é realizada uma descrição mais pormenorizada das categorias e subcategorias do solo rústico constantes na Planta de Ordenamento I, referindo os seus objetivos básicos, o uso dominante que lhes está associado e a abrangência espacial da sua delimitação.

5.1 ESPAÇOS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS

Os espaços naturais e paisagísticos integram as áreas do território concelhio que constituem o seu património natural mais sensível nos aspetos ecológico, paisagístico e ambiental, e que não tenham sido integradas, em função do seu uso dominante, nas categorias de espaços florestais ou de espaços agrícolas, compreendendo nomeadamente:

- ❖ As áreas afetas aos habitats prioritários de Rede Natura 2000;
- ❖ Os cursos de água integrantes da Reserva Ecológica Nacional, identificados na planta de ordenamento, exceto nas extensões que atravessem solo urbano.

Quadro 15 | Quantificação da área afeta aos espaços naturais e paisagísticos

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços naturais e paisagísticos	243,36

Estão demonstrados na Secção I do Capítulo IV do Regulamento os critérios de edificabilidade para os espaços naturais e paisagísticos. No quadro a seguir encontram-se resumidos os usos complementares e compatíveis com esta categoria.

Quadro 16 | Usos compatíveis com os espaços naturais e paisagísticos

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos compatíveis	Inclusão, desde que mantidas no seu estado natural, em áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre, incluindo as atividades de animação turística;
	Inclusão, desde que mantidas no seu estado natural, em áreas verdes de proteção e enquadramento localizadas no interior de polígonos de solo afetos a empreendimentos turísticos;
	Ações, atividades, usos e intervenções de salvaguarda e valorização das potencialidades do solo rústico;
	Os empreendimentos turísticos isolados das tipologias de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais construídos de raiz.
	Exploração de recursos geológicos, em situações excecionais legalmente previstas.
	A implantação ou instalação de infraestruturas, desde que compatíveis com o estado de conservação favorável das espécies e habitats que forem afetados pelas mesmas.

5.2 ESPAÇOS FLORESTAIS

Os espaços florestais integram as áreas do território concelhio particularmente vocacionadas para os usos florestais, que constituem os seus usos dominantes, englobando as áreas atualmente submetidas ao regime florestal, e destinam-se, para além da sua função de preservação do equilíbrio ecológico e de valorização paisagística, a promover a produção florestal e as atividades associadas a esta, no enquadramento das orientações estabelecidas no PROF CL. Estes espaços subdividem-se:

- ❖ **Espaços florestais de conservação** correspondem às áreas de uso ou vocação florestal integradas nas áreas da Rede Natura 2000 não incluídas na categoria de espaços naturais e paisagísticos,
- ❖ **Espaços florestais de produção** correspondem às áreas de uso ou vocação florestal destinadas ao aproveitamento do potencial produtivo nos termos autorizados pelas entidades de tutela.
- ❖ **Espaços mistos de uso silvícola e agrícola** correspondem às áreas agroflorestais, em que os usos silvícolas, silvopastoris e agrícolas ocorrem de forma alternada e são funcionalmente complementares, integrando como usos dominantes, a par do uso florestal, os usos silvopastoris e agrícolas.

Quadro 17 | Quantificação da área afeta aos espaços florestais

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços florestais	13.454,75
Espaços Florestais de conservação	1.800,93

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços florestais de produção	10.541,42
Espaços mistos de uso silvícola e agrícola	1.112,40

Estão demonstrados na Secção V do Capítulo IV do Regulamento os critérios de edificabilidade para os espaços florestais, com exceção dos integrantes nas áreas de Regime Florestal, que detêm uma legislação própria para utilização do espaço. É de notar que não é possível proceder a edificabilidade em áreas de Regime florestal a não ser que ocorra um processo de desafetação ou retificação do Regime Florestal previamente aprovado pela entidade responsável. Realça-se ainda que, a par da Revisão atual, será realizado um processo autónomo de desafetação das áreas de Regime Florestal que se sobrepõem à proposta das áreas edificadas. No quadro a seguir encontram-se resumidos os usos complementares e compatíveis nas subcategorias definidas, destacando que não se aplicam de forma direta às áreas de Regime Florestal, que estão sujeitas a legislação própria.

Quadro 18 | Usos complementares e compatíveis nas subcategorias dos espaços florestais⁴

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS		
		<i>Espaços Florestais de Conservação</i>	<i>Espaços florestais de produção</i>	<i>Espaços mistos de uso silvícola e agrícola</i>
Usos complementares	Atividades agrícolas	x	x	
	Atividades pecuárias	x	x	x
	Atividades silvopastoris	x	x	
	Ações, atividades, usos e intervenções de salvaguarda e valorização das potencialidades do solo rústico	x	x	x
	Empreendimentos turísticos isolados das tipologias de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais construídos de raiz	x	x	x
Usos compatíveis	Exploração de recursos geológicos	x	x	x

⁴ É importante referir que qualquer intervenção/alteração do uso do solo/instalação de equipamentos ou proposta para afetação de áreas para aproveitamentos geológicos e aproveitamento de recursos energéticos renováveis e suas infraestruturas associadas dependem sempre da legislação própria da servidão do Regime Florestal e por se tratar de áreas comunitárias da Lei dos Baldios, ou seja, os usos complementares e compatíveis nas subcategorias dos espaços florestais não se aplica de forma direta às áreas de Regime Florestal.

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS		
		<i>Espaços Florestais de Conservação</i>	<i>Espaços florestais de produção</i>	<i>Espaços mistos de uso silvícola e agrícola</i>
	Implantação ou instalação de infraestruturas territoriais	x	x	x
	A construção de instalações para aproveitamento de recursos energéticos renováveis	x	x	x
	A instalação de depósitos a céu aberto destinados a materiais decorrentes de atividades admitidas no solo rústico		x	x
	A instalação de depósitos e edifícios para armazenamento, manipulação ou produção de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos		x	x
	A instalação de unidades autónomas de gás (UAG) destinadas a apoiar atividades agrícolas e/ou agropecuárias		x	x
	A instalação de postos de abastecimento público de combustíveis quando destinados a servir diretamente uma via integrada na rede rodoviária principal ou na rede rodoviária complementar			x
	Os empreendimentos turísticos isolados das tipologias de hotel rural, quando construído de raiz, ou estabelecimento hoteleiro		x	
	Instalação de áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre, incluindo as atividades de animação turística		x	
	Construção e utilização de edifícios de apoio direto e exclusivo a atividades agrícolas, pecuárias ou florestais			x
	A construção e utilização de edifícios destinados à transformação dos produtos			x

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS		
		<i>Espaços Florestais de Conservação</i>	<i>Espaços florestais de produção</i>	<i>Espaços mistos de uso silvícola e agrícola</i>
	agrícolas, florestais ou pecuários			
	Empreendimentos turísticos isolados das tipologias de hotel rural construído de raiz, estabelecimento hoteleiro e parque de campismo e de caravanismo			x
	Instalação de campos de férias			x
	Instalação de áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre, incluindo as atividades de animação turística			x
	Instalação de campos de golfe			x
	Construção e utilização de equipamentos públicos ou de interesse público			x
	Construção e utilização de edifícios destinados a habitação de tipologia unifamiliar			x

Por fim, importa avaliar a representatividade do Regime Florestal dentro dos espaços florestais, já que se tratam de áreas comunitárias de uso florestal de grande importância no concelho. Então cerca de 92% do regime florestal presente no concelho está inserido em espaços florestais na proposta de ordenamento, sendo que dentro destes: 6% está incluído em espaços florestais de conservação e 86% em espaços florestais de produção. Desta forma, foi opção de ordenamento desta proposta, inserir as áreas de baldio em espaços florestais de produção, já que estão destinadas a assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública.

5.3 ESPAÇOS AGRÍCOLAS

Os espaços agrícolas integram áreas de solo rústico com maiores potencialidades para a exploração e a produção agrícola e pecuária, que constituem os seus usos dominantes, tendo ainda como função

contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental do território. Estando integradas nesta categoria, na sua totalidade, a Reserva Agrícola Nacional.

Quadro 19 | Quantificação da área afeta aos espaços agrícolas

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços agrícolas	2.693,68

Estão demonstrados na Secção V do Capítulo IV do Regulamento os critérios de edificabilidade para os espaços agrícolas. No quadro a seguir encontram-se resumidos os usos complementares e compatíveis com esta categoria.

Quadro 20 | Usos complementares e compatíveis com os espaços agrícolas

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos complementares	Usos florestais e silvopastoris
	Ações, atividades, usos e intervenções de salvaguarda e valorização das potencialidades do solo rústico
	Construção e utilização de edifícios de apoio direto e exclusivo a atividades agrícolas, pecuárias ou florestais
	Empreendimentos turísticos isolados das tipologias de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais construídos de raiz
Usos compatíveis - Áreas da RN2000	A exploração de recursos geológicos, em situações excecionais legalmente previstas
	Implantação ou instalação de infraestruturas, desde que compatíveis com o estado de conservação favorável das espécies e habitats afetados pelas mesmas
	A construção de instalações para aproveitamento de recursos energéticos renováveis, quando não exista alternativa de localização fora desta subcategoria de espaços e desde que compatíveis com o estado de conservação favorável das espécies e habitats afetados pelo empreendimento
Usos compatíveis	A exploração de recursos geológicos
	Implantação ou instalação de infraestruturas territoriais
	Construção de instalações para aproveitamento de recursos energéticos renováveis
	Instalação de unidades autónomas de gás (UAG) destinadas a apoiar atividades agrícolas e/ou agropecuárias
	Instalação de postos de abastecimento público de combustíveis quando destinados a servir diretamente uma via integrada na rede rodoviária principal ou na rede rodoviária complementar

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
	Construção e utilização de edifícios destinados à transformação dos produtos agrícolas, florestais ou pecuários e, acessoriamente, à comercialização dos mesmos produtos
	Empreendimentos turísticos isolados das tipologias de hotel rural construído de raiz, estabelecimento hoteleiro e parque de campismo e de caravanismo
	Instalação de campos de férias
	Instalação de áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre, incluindo as atividades de animação turística
	Instalação de campos de golfe
	Construção e utilização de equipamentos públicos ou de interesse público, cuja natureza e características sejam reconhecidas pelo município como justificativas da sua localização em solo rústico;
	Construção e utilização de edifícios destinados a habitação de tipologia unifamiliar

5.4 ESPAÇOS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS ENERGÉTICOS E GEOLÓGICOS

Os espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos integram o conjunto de áreas especificamente afetos ou destinados à exploração de recursos geológicos e atividades complementares, a desenvolver em conformidade com o regime de concessão ou licença de exploração juridicamente válida nos termos da legislação aplicável.

Quadro 21 | Quantificação da área afeta aos espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos	246,31

Estão demonstrados no artigo 40º do Regulamento os critérios de edificabilidade para os espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos. No quadro a seguir encontram-se resumidos os usos complementares e compatíveis com esta categoria.

Quadro 22 | Usos complementares e compatíveis com os espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos complementares	Instalações e construções que se destinem a apoio direto à exploração dos referidos recursos e ainda, como usos compatíveis, as destinadas à instalação de indústrias de transformação dos produtos da exploração.

5.5 ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E OUTRAS OCUPAÇÕES

Os espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras ocupações integram áreas ocupadas ou que se destinam a ser ocupadas com equipamentos, infraestruturas ou outras ocupações de caráter público ou de interesse público que, pela sua natureza, não confirmam a tais áreas o estatuto de solo urbano.

Nesta categoria foi inserido o Parque Botânico Arbutus do Demo, pois a sua importância é significativa e notória na fruição científico-cultural e necessitava de um regime diferenciado. Neste Parque está reunido mais de um milhão de diferentes espécies botânicas e está instalado nos terrenos do antigo Viveiro Florestal de Queiriga.

Quadro 23 | Quantificação da área afeta aos espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras ocupações

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras ocupações	29,56
Parque Botânico Arbutus do Demo	10,38
Equipamentos e Infraestruturas	19,18

Estão demonstrados nos artigos 42º e 43º do Regulamento os critérios de edificabilidade para esta categoria. No quadro a seguir encontram-se resumidos os usos complementares e compatíveis com esta categoria.

Quadro 24 | Usos complementares e compatíveis com os espaços destinados a equipamentos e infraestruturas

TIPOLOGIA DE USO	EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	PARQUE BOTÂNICO ARBUTUS DO DEMO
Usos complementares	Só são permitidos os usos e ocupações diretamente relacionados com a sua função ou complementares desta, tendo em conta, quando for o caso, os instrumentos reguladores das respetivas atividades.	Assumindo a fruição científico-cultural como uso dominante, a ocupação e o uso deste espaço devem centrar-se nessa vertente, podendo assumir valências diversificadas que potenciem os seus valores científicos, patrimoniais e paisagísticos, e contemplando as respetivas instalações e edificações de apoio.
Usos compatíveis	Alteração dos usos a que estejam afetas ao uso dominante, desde que seja mantida a finalidade de ocupação com equipamentos ou infraestruturas cuja natureza não confira àquelas o estatuto de solo urbano.	Equipamentos culturais, instalações e áreas de recreio, lazer e desporto e outras atividades e instalações que sejam compatibilizáveis com os referidos valores.

5.6 ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA

As áreas de edificação dispersa integram espaços cujo usos dominantes são genéricos do solo rústico – agrícola, pecuário e florestal – no quadro da consolidação de um modelo de dispersão contida de edificações destinadas a usos complementares ou compatíveis com aqueles.

Quadro 25 | Quantificação da área afeta às áreas de edificação dispersa

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Áreas de edificação dispersa	11,34

Estão demonstrados no artigo 45º do Regulamento os critérios de edificabilidade para as áreas de edificação dispersa. No quadro a seguir encontram-se resumidos os usos complementares e compatíveis com esta categoria.

Quadro 26 | Usos complementares e compatíveis com as áreas de edificação dispersa

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos complementares	Construção e utilização de edifícios de apoio direto e exclusivo a atividades agrícolas, pecuárias ou florestais;
	Construção de edifícios destinados a habitação unifamiliar;
	Empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais construídos de raiz.
Usos compatíveis	Usos especiais do solo a que se refere o articulado da secção II do capítulo VI do Regulamento, nas condições estabelecidas, com exceção de instalações para armazenamento, manipulação ou produção de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos que não sejam unidades autónomas de gás (UAG) destinadas a apoiar atividades agrícolas e/ou agropecuárias;
	Construção e utilização de edifícios destinados à transformação dos produtos agrícolas, florestais ou pecuários e, acessoriamente, à comercialização dos mesmos produtos;
	Empreendimentos turísticos isolados das tipologias de hotel rural construído de raiz, estabelecimento hoteleiro e parque de campismo e de caravanismo;
	Instalação de campos de férias;
	Instalação de áreas de recreio e lazer para atividades ao ar livre, incluindo as atividades de animação turística, cuja natureza e características sejam

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
	reconhecidas pelo município como justificativas da sua localização em solo rústico;
	Construção e utilização de equipamentos públicos ou de interesse público, cuja natureza e características sejam reconhecidas pelo município como justificativas da sua localização em solo rústico;
	Usos e edificações integrados em empreendimentos a que tenha sido reconhecido carácter estratégico de acordo com os procedimentos e condições estabelecidos na secção III do capítulo VI do Regulamento.

5.7 AGLOMERADOS RURAIS

Os aglomerados rurais integram os espaços total ou parcialmente edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rústico, e em que na utilização do edificado coexistem usos de matriz urbana e de matriz rural. Os usos dominantes nos aglomerados rurais incorporam, para além do uso habitacional, atividades comerciais, de serviços, incluindo restauração e empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, equipamentos e espaços de utilização coletiva.

Quadro 27 | Quantificação da área afeta aos aglomerados rurais

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Aglomerados rurais	32,76

Estão demonstrados no artigo 46º do Regulamento os critérios de edificabilidade para os espaços agrícolas. No quadro a seguir encontram-se resumidos os usos complementares e compatíveis com esta categoria.

Quadro 28 | Usos complementares e compatíveis com os aglomerados rurais

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos complementares	Construção e utilização de edifícios de apoio direto e exclusivo a atividades agrícolas, pecuárias ou florestais;
	Construção e utilização de edifícios destinados à transformação dos produtos agrícolas, florestais ou pecuários e, complementarmente, à comercialização dos mesmos produtos;
	Empreendimentos turísticos da tipologia de estabelecimento hoteleiro
Usos compatíveis	Exploração de recursos hidrogeológicos;

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
	Implantação ou instalação de infraestruturas;
	Instalações para aproveitamento de recursos energéticos renováveis;
	Instalação de postos de abastecimento público de combustíveis;
	Atividades industriais constantes das Partes 2-A e 2-B do Anexo I ao Sistema da Indústria Responsável não abrangidas pelo disposto na alínea b), n.º 3, artigo 45º do Regulamento;
	Outras atividades industriais, desde que cumpram as seguintes condições cumulativas: sejam legalmente consideradas como compatíveis com a classificação e qualificação do solo rústico; não se encontrem em qualquer das situações de incompatibilidade a que se refere o artigo 14º ou que cumpram o disposto no seu n.º 2 do Regulamento.

6 QUALIFICAÇÃO DO SOLO URBANO

A qualificação do solo urbano cumpre às finalidades do processo de urbanização e de edificação, bem como, aos princípios da multifuncionalidade e da complementaridade de usos e utilizações dos espaços urbanos, da compatibilização de usos, do equilíbrio ambiental e da salvaguarda e valorização dos valores culturais e paisagísticos.

Segundo DR n.º 15/2015, de 19 de agosto, o solo urbano engloba as categorias que “*conferem a suscetibilidade de urbanização ou de edificação*”, assim, as categorias estabelecidas para a qualificação do solo urbano de Vila Nova de Paiva, com base no referido diploma legal, tiveram em consideração a análise, a fundamentação, os objetivos estabelecidos para o concelho e a hierarquia urbana determinada para a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.

A qualificação do solo urbano processa-se com base nas categorias de uso do solo estabelecidas no artigo 17 do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto:

- a) Espaços centrais;
- b) Espaços habitacionais;
- c) Espaços de atividades económicas;
- d) Espaços verdes;
- e) Espaços urbanos de baixa densidade;
- f) Espaços de uso especial, que integram as subcategorias:
 - i. Espaços de equipamentos;
 - ii. Espaços de infraestruturas estruturantes;
 - iii. Espaços turísticos.

Em termos de qualificação do solo urbano, a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva estabelece as seguintes categorias e subcategorias:

Quadro 29 | Proposta de qualificação do solo urbano no concelho de Vila Nova de Paiva

CLASSIFICAÇÃO	QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	QUALIFICAÇÃO SUBCATEGORIA
Solo Urbano	Espaços Centrais	-
	Espaços Habitacionais	-
	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	-
	Espaços de Atividades Económicas	-
	Espaços Verdes	-

CLASSIFICAÇÃO	QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	QUALIFICAÇÃO SUBCATEGORIA
	Espaços de Uso Especial	Espaços destinados a Equipamentos

A seguir é realizada uma descrição mais pormenorizada das categorias e subcategorias do solo urbano constantes na Planta de Ordenamento I, referindo os seus objetivos básicos, o uso dominante que lhes está associado e a abrangência espacial da sua delimitação.

6.1 ESPAÇOS CENTRAIS

Os espaços centrais destinam-se à localização e implantação de atividades, funções e instalações com fins habitacionais, comerciais ou de serviços, bem como à criação de espaços públicos e de espaços verdes e de utilização coletiva e à instalação de equipamentos urbanos, os quais no seu conjunto constituem o seu uso dominante, podendo ainda receber outras utilizações ou ocupações, desde que sejam consideradas compatíveis com aquele.

Os espaços centrais correspondem ao núcleo central de Vila Nova de Paiva.

Quadro 30 | Quantificação da área afeta aos espaços centrais

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços centrais	97,90

Os critérios de edificabilidade para os espaços centrais encontram-se descritos no artigo 51º, sendo que no quadro seguinte se apresentam os usos dominantes e os compatíveis com esta categoria.

Quadro 31 | Usos complementares e compatíveis com os espaços centrais

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos dominantes	Atividades, funções e instalações com fins habitacionais, comerciais ou de serviços, incluindo turismo e restauração, espaços públicos, espaços verdes, de utilização coletiva e instalação de equipamentos urbanos.
Usos compatíveis	Instalação de atividades de armazenagem, de atividades oficiais, de atividades industriais do tipo 3, de atividades económicas integrantes da Parte 2-B do Anexo I ao Sistema da Indústria Responsável ou de outros usos.

Para além da informação apresentada, os espaços centrais estão sujeitos a regras de implantação e ocupação da parcela que deverão respeitar. As regras base são:

1. *“As novas construções devem implantar-se na parte do prédio que se insere na faixa com 30 m de profundidade confinante com o espaço público (...).*
2. *O limite máximo de ocupação de cada parcela edificável com construção, incluindo caves, é de 75% da respetiva área, salvo nas seguintes situações (...)*
3. *Salvo nas situações expressamente previstas neste regulamento, nos edifícios em banda contínua a profundidade máxima da construção não pode exceder:*
 - a) *30 m ao nível do piso 1 (piso térreo) e/ou das caves;*
 - b) *17,5 m nos pisos acima do piso 1.*
4. *O disposto na alínea b) do número anterior não se aplica nas situações em que, por se tratar de edifícios de remate da banda edificada, os pisos em causa disponham de fachada lateral na qual possam ser praticados vãos que cumpram requisitos exigíveis aos vãos dos compartimentos habitáveis nos termos das disposições legais em vigor.” (Artigo 50º do Regulamento)*

6.2 ESPAÇOS HABITACIONAIS

Os espaços habitacionais destinam-se predominantemente à localização e implantação de edifícios com fins habitacionais, sem prejuízo de neles se poderem localizar e implantar atividades, funções e instalações comerciais ou de serviços, criar espaços públicos e espaços verdes e de utilização coletiva e instalar equipamentos urbanos, os quais no seu conjunto constituem o seu uso dominante, podendo ainda receber outras utilizações ou ocupações, desde que sejam consideradas compatíveis.

Quadro 32 | Quantificação da área afeta aos espaços habitacionais

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços habitacionais	334,39

Os usos dominantes, complementares e compatíveis apresentam-se no quadro seguinte, sendo que para aceder aos critérios de edificabilidade deve ser consultado o artigo 53º do Regulamento.

Quadro 33 | Usos complementares e compatíveis com os espaços habitacionais

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos dominantes	Edifícios para fins habitacionais
Usos complementares	Instalação de atividades, funções e instalações comerciais ou de serviços, incluindo turismo e restauração, e equipamentos urbanos, bem como

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
	espaços públicos e espaços verdes e de utilização coletiva.
Usos compatíveis	Instalação de atividades de armazenagem, de atividades oficiais, de atividades industriais do tipo 3, de atividades económicas integrantes da Parte 2-B do Anexo I ao Sistema da Indústria Responsável ou de outros usos.

6.3 ESPAÇOS URBANOS DE BAIXA DENSIDADE

Os espaços urbanos de baixa densidade correspondem a áreas solo urbano, caracterizadas por serem periferia dos aglomerados de maior dimensão. Estes espaços caracterizam-se pela semelhança aos espaços habitacionais, com a diferença da menor presença dos usos não habitacionais (como por exemplo instalações comerciais e serviços, turismo e restauração, entre outros) tendo em conta a baixa densidade de ocupação.

Quadro 34 | Quantificação da área afeta aos espaços urbanos de baixa densidade

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços urbanos de baixa densidade	318,00

Os critérios de edificabilidades dos espaços urbanos de baixa densidade deverão ser consultados no artigo 55º do Regulamento. No que concerne às regras de implantação e ocupação da parcela, deverão ser aplicadas as descritas nos espaços centrais.

Os usos dominantes e os compatíveis descrevem-se no quadro seguinte.

Quadro 35 | Usos complementares e compatíveis com os espaços urbanos de baixa densidade

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos dominantes	Edifícios para fins habitacionais, com menor presença de usos não habitacionais.
Usos compatíveis	Instalação de atividades de armazenagem, de atividades oficiais, de atividades industriais do tipo 3, de atividades económicas integrantes da Parte 2-B do Anexo I ao Sistema da Indústria Responsável ou de outros usos.

6.4 ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

Estes espaços destinam-se à instalação de unidades industriais, oficinas e de armazenagem, como uso dominante, e ainda de atividades que, pelas suas características, se revelem incompatíveis com a sua localização nas restantes categorias de solo urbano.

Quadro 36 | Quantificação da área afeta aos espaços de atividades económicas

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços de atividades económicas	43,27

Importa referir que, os espaços de atividades económicas devem ser disciplinadas por planos de urbanização ou planos de pormenor que abranjam a totalidade do perímetro de cada uma, sendo que podem ser delimitadas e realizadas operações de loteamento e instalação avulsa de unidades territoriais em áreas não disciplinadas, desde que a Câmara Municipal considere que não prejudicam o correto ordenamento urbanístico do polígono abrangido pelo futuro plano de urbanização ou de pormenor.

Na ausência dos planos referidos, é interdita a construção de quaisquer edifícios que não sejam unidades empresariais admissíveis nas áreas afetas a esta categoria.

Para além dos critérios a serem cumpridos na instalação avulsa de unidades industriais (artigo 58º), há ainda duas condições de instalação e laboração a serem respeitadas (artigo 59º):

1. Fica a cargo das entidades proprietárias a instalação, construção, manutenção e gestão de sistemas que garantam o controle e tratamento dos efluentes eventualmente produzidos, bem como a eliminação de todas as formas de degradação ambiental resultante da laboração, e a preservação ou utilização sustentável dos recursos naturais.
2. Nos lotes ou parcelas que medeiam entre as fachadas dos edifícios e as vias com que confrontam é interdita a deposição de matérias-primas, de resíduos e desperdícios resultantes da laboração, ou dos produtos desta destinados a expedição.

Os usos dominantes e complementares destes espaços são:

Quadro 37 | Usos complementares e compatíveis com os espaços de atividades económicas

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos dominantes	Instalação de unidades industriais, de armazenagem e de serviços de manutenção e reparação de veículos automóveis, motociclos ou quaisquer outros veículos motorizados.

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos complementares	Instalação de serviços, comércio e equipamentos de apoio às empresas, incluindo componentes edificadas para alojamento de pessoal de vigilância ou segurança

Para além dos usos referidos, pode também ser autorizada a instalação de superfícies comerciais, estabelecimentos hoteleiros, de restauração ou de locais de diversão, desde que a Câmara Municipal considere que tal é compatível com o meio envolvente.

6.5 ESPAÇOS VERDES

Os espaços verdes urbanos correspondem a áreas com funções de equilíbrio ambiental, de valorização paisagística e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura. Integram parques, jardins e outras áreas de coberto vegetal relevante, cujas características ou escala de dimensão lhes conferem um papel estruturante no território urbano e destinam-se a usos recreativos, desportivos e culturais, não sendo suscetíveis a outros usos.

Quadro 38 | Quantificação da área afeta aos espaços verdes

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços verdes	11,68

Os usos compatíveis aos espaços verdes (artigo 60º) são:

Quadro 39 | Usos complementares e compatíveis com os espaços verdes

TIPOLOGIA DE USO	DESCRIÇÃO
Usos compatíveis	Instalações de apoio às atividades recreativas e de lazer;
	Centros de educação ambiental;
	Equipamentos culturais;
	Estabelecimentos de restauração, desde que tal não implique prejuízo para a identidade ou o valor ambiental e patrimonial destas áreas.

Os espaços verdes devem ainda dar resposta a um regime de ocupação (artigo 61º) que dita que a implantação total do conjunto das componentes edificadas inerentes aos usos e atividades admissíveis, apresentadas acima, não poderá ser superior a 10% da área do polígono de espaço verde que se insere e

que estas deverão ser dotadas de instalações e mobiliário urbano que permitam e favoreçam a sua fruição por parte da população.

6.6 ESPAÇOS DE USO ESPECIAL - ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS

Os espaços de uso especial – destinados a equipamentos integram parcelas ocupadas ou destinadas a ocupação por equipamentos públicos ou que tenham interesse público e com relevância territorial na escala do concelho. Para além do uso dominante dos equipamentos existentes, admite-se a coexistência de outros usos apenas quando forem usos funcionalmente associados ou atividades complementares dos equipamentos.

Os espaços de equipamentos constituem uma classificação feita por cima das categorias de uso do solo, assim, caso verifique-se a desativação definitiva de um equipamento existente, em local não abrangido por plano de urbanização ou plano de pormenor, e for entendido pela CM de Vila Nova de Paiva que não é necessário manter a área em reserva para a instalação de novos equipamentos, podem ser viabilizados os usos correspondentes à categoria de solo urbano que lhe subjazem na representação gráfica constante na Planta de Ordenamento I.

Quadro 40 | Quantificação da área afeta aos espaços destinados a equipamentos

QUALIFICAÇÃO (CATEGORIA)	ÁREA (HA)
Espaços destinados a equipamentos	36,64

O Regime de ocupação nos espaços de equipamentos (artigo 63º) clarifica que a construção ou a ampliação das edificações deverá respeitar critérios de estrita integração na envolvente edificada, caso esta possua características estáveis; contudo, caso não exista estabilidade ou homogeneidade na envolvente edificada que a tornem numa referência para integração urbanística, devem adotar-se os parâmetros urbanísticos da categoria ou subcategoria de uso do solo que subjaz (representada na planta de ordenamento).

Quadro 41: Quadro síntese de áreas qualificação do solo proposta

Qualificação solo rústico (categoria)	Área (ha)	Qualificação (subcategoria)	Área (ha)
Área Total Solo Rústico	16.711,76		
Espaços Naturais e Paisagísticos	243,36	-	-
Espaços Florestais	13 454,75	Espaços Florestais de Conservação	1 800,93
		Espaços Florestais de Produção	10 541,42
		Espaços Florestais de Uso Misto Silvícola e Agrícola	1 112,40
Espaços Agrícolas	2 693,68	-	-
Espaço destinado a equipamento e infraestruturas	29,56	-	-
Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos	246,31	-	-
Área de edificação dispersa	11,34	-	-
Aglomerados Rurais	32,76	-	-
Qualificação solo urbano (categoria)	Área (ha)	Qualificação (subcategoria)	Área (ha)
Área Total solo Urbano	841,88		
Espaços Centrais	97,70	-	-
Espaços Habitacionais	334,39	-	-
Espaços urbanos de baixa densidade	318,00	-	-
Espaços de Atividades Económicas	43,27	-	-
Espaços Verdes	11,68	-	-
Espaços de uso especial	36,64	Espaços destinados a equipamentos	36,64

CAPÍTULO VI - ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Peças desenhadas de referência para o capítulo
Planta de Ordenamento II – Salvaguardas

1 ENQUADRAMENTO LEGAL E OBJETIVOS

Sendo um elemento do processo de planeamento do território, a estrutura ecológica é definida pelo RJGT, no artigo 16.º concerne aos programas e os planos territoriais de identificarem “as áreas, valores e sistemas fundamentais para proteção e valorização ambiental dos espaços rústicos e urbanos, designadamente as redes de proteção e valorização ambiental, regionais e municipais, que incluem as áreas de risco de desequilíbrio ambiental”.

O Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 13.º, que “a estrutura ecológica municipal é constituída pelo conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas, culturais ou paisagísticas, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rústicos e urbanos”.

Segundo, ainda, o n.º 2 do mesmo artigo, “a estrutura ecológica municipal é identificada e delimitada nos planos diretores intermunicipais ou municipais, em coerência com a estrutura regional de proteção e valorização ambiental definida nos programas regionais, e com as orientações contidas nos programas setoriais que contribuem para os objetivos definidos no número anterior”.

É importante a consideração a estrutura regional de proteção e valorização ambiental (ERPVA) do Plano Regional de Ordenamento Territorial do Centro. A ERPVA é parte integrante do modelo territorial e consiste no conjunto de áreas com valores naturais e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, que deve garantir a existência de uma rede de conectividade entre os ecossistemas, contribuindo para uma maior resiliência dos habitats e das espécies face às previsíveis alterações climáticas, e possibilitando as adaptações necessárias aos sistemas biológicos para o assegurar das suas funções. É constituída por áreas nucleares e corredores ecológicos. As áreas nucleares correspondem às áreas de mais valia ambiental, distinguindo-se em áreas classificadas (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, e outras derivadas de convenções internacionais). Os corredores ecológicos são de dois tipos, os corredores ecológicos estruturantes, que assentam nas principais linhas de água da região e na zona costeira; e os corredores identificados nos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), que constituem os corredores ecológicos secundários.

O concelho de Vila Nova de Paiva integra a ERPVA definida para a região Centro, nomeadamente nas seguintes tipologias: Áreas nucleares (de mais valia) - ZEC Rio Paiva; Corredor Ecológico Estruturante - rio Paiva; Corredor Ecológico Secundário - rio Vouga e o rio Covo.

A componente ecológica e natural assume cada vez mais um papel estruturante e determinante no ordenamento do território. A estrutura ecológica municipal integra um instrumento de planeamento municipal cujo objetivo primordial é estabelecer a continuidade e complementaridade dos sistemas naturais e culturais, a sustentabilidade ecológica do meio, a biodiversidade e a valorização e dinamização do património arquitetónico e paisagístico.

A presente revisão do PDM de Vila Nova de Paiva pretende com a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal (EEM), delimitar e proteger os sistemas ecológicos fundamentais à sustentabilidade do território concelhio com base no pressuposto de um planeamento integrado. Além disso, pretende contribuir de forma direta para a melhoria da qualidade de vida da população e para a preservação e potenciação dos recursos naturais, adequando o uso do solo e orientando a ocupação das áreas abrangidas de modo a garantir a manutenção da sua função ecológica, conjuntamente com a sua capacidade de proporcionar bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas.

A EEM deve atender não só a aspetos de proteção e conservação, mas também de produção, de carácter recreativo e turístico, valorizando a multifuncionalidade e diversidade da paisagem em sincronia com o território. Além disso, esta deve conciliar a necessidade de utilização dos recursos naturais com a sustentabilidade futura dos mesmos.

2 COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A estrutura ecológica resulta da aplicação do conceito de *continuum natural*, continuidade, corredor, rede ou malha de sistemas complementares onde as dinâmicas (sinergias) do meio natural se efetuam. A estrutura ecológica municipal de Vila Nova de Paiva desdobra-se nos seguintes níveis: estrutura ecológica fundamental e estrutura ecológica complementar.

A estrutura ecológica municipal, identificada na Planta de Ordenamento II, constitui um sistema transversal à classificação e qualificação do solo que integra as áreas que desempenham um papel determinante na proteção e valorização ambiental e na garantia da salvaguarda dos ecossistemas e da intensificação dos processos biofísicos, desdobrando-se em estrutura ecológica fundamental e estrutura ecológica complementar. Estão definidas no artigo 9º do Regulamento, as componentes e condicionamentos de uso associadas a estes dois níveis.

2.1 ESTRUTURA ECOLÓGICA FUNDAMENTAL

A estrutura ecológica fundamental é engloba os seguintes componentes:

- a) Áreas integrantes da categoria de espaços naturais e paisagísticos, onde se incluem as áreas afetadas aos habitats prioritários de Rede Natura 2000 (RN2000);
- b) Leito e margens das águas fluviais que constituam cursos de água permanentes;
- c) Elementos constituintes da estrutura ecológica urbana:
 - i. Espaços verdes identificados na planta de ordenamento;
 - ii. Leitões dos cursos de água situados no interior do solo urbano e os seus troços que constituam limite deste.

2.2 ESTRUTURA ECOLÓGICA COMPLEMENTAR

A estrutura ecológica complementar é engloba os seguintes componentes:

- a) As restantes áreas da RN2000 (habitats não prioritários) não integradas na estrutura ecológica fundamental;
- b) Áreas integradas nos corredores ecológicos estabelecidos no PROF CL não incluídas na estrutura ecológica fundamental (os espaços florestais que integram os corredores ecológicos);
- c) Áreas integradas no regime florestal não incluídas na estrutura ecológica fundamental;
- d) Áreas afetadas à REN não incluídas na estrutura ecológica fundamental;
- e) Áreas afetadas à RAN não incluídas na estrutura ecológica fundamental.

A inclusão dos habitats da RN2000 na EEM é fundamental para garantir a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas locais. Estes habitats representam áreas de elevado valor ecológico e

desempenham funções essenciais, como a proteção dos recursos hídricos, a regulação climática e o suporte aos serviços de ecossistema que beneficiam as comunidades humanas. Ao integrar estas áreas na estrutura ecológica, o município assegura uma gestão territorial mais equilibrada e coerente, promovendo a conectividade ecológica e contribuindo para o cumprimento dos compromissos nacionais e europeus em matéria de conservação da natureza e ordenamento do território.

A inclusão dos espaços florestais que intersejam com os corredores ecológicos definidos no PROF na EEM reveste-se de grande importância para a promoção da conectividade e da resiliência dos ecossistemas. Estes espaços funcionam como elementos de ligação entre áreas naturais e seminaturais, facilitando o movimento das espécies e a dispersão genética, ao mesmo tempo que contribuem para a estabilidade ecológica do território. A sua integração permite uma gestão mais articulada entre as políticas florestais e de ordenamento do território, assegurando a proteção contra riscos como a erosão, os incêndios rurais e a fragmentação dos habitats. Assim, reforça-se a coerência ecológica municipal e regional, promovendo simultaneamente a valorização multifuncional das florestas e o desenvolvimento sustentável do território.

Dada a sensibilidade ambiental e o importante contributo para manutenção da biodiversidade e da fixação do carbono das áreas de regime florestal no concelho, optou-se por proceder à sua integração na EEM. Tratam-se de áreas de montanha, marginais com elevados riscos de erosão, onde qualquer intervenção pode provocar elevados desequilíbrios ambientais, pelo que devem ser protegidas conservadas e valorizadas.

Por fim, importa referir que no caso da REN, e por orientação da APA, deve-se garantir que a componente REN seja totalmente incluída, abrangendo todas as tipologias presentes no território, incluindo as áreas que venham a ser excluídas do tipo 'E'.

O exercício de delimitação da EEM, resultou, em determinadas situações, num conjunto de áreas sem ligação, pelo que se procedeu a uma análise mais detalhada, a fim de ser possível evitar a existência de espaços “vazios”, não promotores da continuidade desejada. Assim, as áreas “vazias” / “sem preenchimento” com dimensão máxima até cinco hectares, foram integradas na EEM complementar, de forma a ser garantido o “*continuum naturale*” e, bem assim, uma EEM coerente e coesa.

Em conclusão, a EEM abrange 11.914,41 ha, o que corresponde a 68% do concelho de Vila Nova de Paiva, e está representada na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas.

3 DIRETIVAS REGULAMENTARES

Em termos das diretivas regulamentares deve a proposta de regulamento considerar que nas áreas integradas na EEM apenas serão admissíveis os usos dominantes previstos para as categorias de espaços em que estas se inserem. No sentido de operacionalizar a gestão do território e considerando os interesses municipais poderão ser viabilizados um conjunto de usos com fundamento em avaliação, que conclua pela escassa relevância dos eventuais prejuízos ou inconvenientes de ordem funcional, ambiental ou paisagística.

Desta forma, nas áreas da EEM apenas se admite os usos dominantes previstos para cada categoria de espaços em que se inserem, podendo, no entanto, serem ainda viabilizados outros usos, nomeadamente os usos complementares e ainda as ações permitidas pelo regime da REN, desde que a avaliação dos seus eventuais impactos conclua pela escassa relevância dos eventuais prejuízos ou inconvenientes de ordem funcional, ambiental ou paisagística.

CAPÍTULO VII - PATRIMÓNIO CULTURAL

Peças desenhadas de referência para o capítulo
Planta de Ordenamento II – Salvaguardas
Planta de Condicionantes I – Condicionantes Gerais
Carta Arqueológica

A proteção e valorização do património cultural, cujas bases estão definidas na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, alterada pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, são apontadas como *“realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”*. Incorporando este propósito, a atual revisão do PDM de Vila Nova de Paiva está orientada para a preservação e valorização da identidade local sendo que a valorização e a conservação do património são um dos objetivos que concretizarão este parâmetro.

O património cultural é constituído por *“todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de proteção e valorização”* (n.º 1 do artigo 2.º da redação atual da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

O referido diploma legal expõe ainda que o *“interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”*.

O património cultural é ainda constituído por todos os bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva de Portugal, assim como outros bens que sejam considerados património cultural, por força das convenções internacionais que vinculem o Estado Português.

O Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 115/2011, de 5 de dezembro e n.º 265/2012, de 28 de dezembro, define o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda. Este determina, no artigo 2.º, que *“um bem imóvel é classificado nas categorias de monumento, conjunto ou sítio”* (n.º 1) e que pode incluir *“prédios rústicos e prédios urbanos, edificações ou outras construções que se incorporem no solo com caráter de permanência, bem como jardins, praças ou caminhos”* (n.º 2).

Quanto à categoria dos bens imóveis, estes podem integrar as categorias de monumento, conjunto ou sítio e, em termos de classificação, podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou

de interesse municipal. De acordo com o n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, na sua redação atual, um bem imóvel poderá ser considerado de interesse nacional *“quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação”*. Por seu lado, um bem será considerado de interesse público *“quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado”* (n.º 5). Os bens culturais são considerados de interesse municipal quando a sua *“proteção e valorização, no seu todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município”* (n.º 6). Por sua vez, um bem cultural é considerado *“em vias de classificação”* a partir da notificação ou publicação do ato que determine a abertura do procedimento respetivo (n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, na sua redação atual).

Ressalva-se que, *“os bens imóveis, nas suas categorias de monumento, conjunto ou sítio, classificados como monumento nacional ou imóvel de interesse público constituem testemunhos de especial importância da civilização e da cultura portuguesa, justificando-se plenamente que sejam objeto de especial proteção e valorização”* (DGOTDU, 2006), na redação atual do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, são definidos os diferentes tipos de proteção. Com efeito:

- ❖ *“os bens imóveis em vias de classificação beneficiam automaticamente de uma zona especial de proteção”* (n.º 1 do artigo 36.º);
- ❖ *“os bens imóveis em vias de classificação podem beneficiar, em alternativa à zona de proteção prevista anteriormente, de uma zona especial de proteção provisória”* (n.º 2 do artigo 36.º);
- ❖ *“os bens imóveis classificados beneficiam de uma zona especial de proteção”* (n.º 3 do artigo 36.º).

Nos termos do artigo 37.º do supracitado diploma legal, a zona geral de proteção *“tem 50 metros contados dos limites externos do bem imóvel”* e *“quando o limite da zona geral de proteção abrange parcialmente um bem imóvel, considera-se o mesmo sujeito na sua totalidade ao regime aplicável aos bens imóveis situados na zona de proteção”*.

A zona especial de proteção provisória é criada quando a entidade Património Cultural, I.P. considerar que a zona geral de proteção não é suficiente ou não está adequada à proteção e valorização do bem imóvel em questão. A sua delimitação *“tem a amplitude adequada em função da proteção e valorização do bem imóvel em vias de classificação, podendo incluir zonas non aedificandi”* (artigo 39.º da redação atual do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro). O estudo para tal efeito deve ser concretizado em articulação com o município onde se situa o imóvel em questão e com a Direção Regional de Cultura competente.

Por sua vez, segundo o artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, a zona especial de proteção possui a extensão e impõe as restrições adequadas, de acordo com a proteção e valorização do imóvel classificado, podendo definir:

- a) *“Zonas non aedificandi;*
- b) *Áreas de sensibilidade arqueológica com a graduação das restrições, nomeadamente quanto ao tipo de procedimento de salvaguarda de carácter preventivo;*
 - i. *Bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que:*
 - ii. *Podem ser objeto de obras de alteração, nomeadamente quanto à morfologia, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios;*
 - iii. *Devem ser preservados;*
 - iv. *Em circunstâncias excecionais, podem ser demolidos;*
 - v. *Podem suscitar o exercício do direito de preferência, em caso de venda ou dação em pagamento;*
- c) *Identificação das condições e da periodicidade de obras de conservação de bens de imóveis ou grupo de bens imóveis;*
- d) *As regras genéricas de publicidade exterior”*

A zona especial de proteção garante assim o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspetivas da sua contemplação, devendo integrar os espaços verdes (jardins ou parques de interesse histórico) que sejam importantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado. Tendo qualquer intervenção que decorra nestes locais de ser devidamente autorizada e acompanhada pelo órgão competente de acordo com a escala de classificação.

O mecanismo de controlo prévio e de responsabilização relativamente a todas as obras ou intervenções no património cultural é determinado pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, alterado pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, pelo que foi, recentemente regulamentado, através do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, este, o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, público ou municipal. O qual prevê a necessidade de ser realizado um relatório prévio, por técnicos legalmente qualificados, em relação às obras ou intervenções, assim como o acompanhamento destas pela administração do património cultural competente e ainda a entrega de um relatório final. Com efeito, o referido diploma *“adapta as regras (do regime jurídico da urbanização e edificação) às especificidades do património cultural imóvel de forma a facilitar a apreciação, por parte da administração autárquica, e da administração central, da necessidade, pertinência e adequação das propostas de obras ou intervenções”* (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho) aos bens imóveis.

O património arqueológico, constituído por todo o género de vestígios materiais, de maior ou menor antiguidade, que documentam a atividade humana está também abrangido por critérios de proteção sendo os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituídos como património nacional.

A representação dos imóveis com valor patrimoniais está presente na Planta de Ordenamento II. As salvaguardas a eles associadas encontram-se pormenorizadas no Capítulo VII, Secção I do Regulamento.

1 PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

De acordo com a informação da tutela, no concelho de Vila Nova de Paiva existem sete imóveis classificados e três em vias de classificação. No mês de maio de 2025, foi aberto o procedimento para classificação nacional do Conjunto de Monumentos Megalíticos do Grupo de Viseu Dão Lafões [integra no concelho de Vila Nova de Paiva os seguintes imóveis – Anta de Pendilhe; Orca dos Juncais; Orca do Tanque e Picoto do Vasco (apenas este último ainda não possui classificação)].

Quadro 42 | Património Classificado e em Vias de Classificação concelho de Vila Nova de Paiva

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/TIPOLOGIA	SITUAÇÃO	DECRETO	ETIQUETA
Orca dos Juncais ou Anta da Queiriga	Classificado como MN - Monumento Nacional	Arqueologia / Anta	Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993	MN1
Orca do Tanque ou Anta de Cas-Freires	Classificado como MN - Monumento Nacional	Arqueologia / Anta	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	MN2
Anta de Pendilhe ou Casa da Moira ou Anta da Orca de Pendilhe	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arqueologia / Anta	Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B, n.º 42, de 19-02-2002	IIP1
Pelourinho de Alhais	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933	IIP2
Pelourinho de Vila Cova à Coelheira	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933	IIP3
Pelourinho de Fráguas	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933	IIP4
Pelourinho de Pendilhe	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Civil / Pelourinho	Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933	IIP5

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA/TIPOLOGIA	SITUAÇÃO	DECRETO	ETIQUETA
Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva / Igreja de São Sebastião	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Arquitetura Religiosa / Igreja	Anúncio n.º 119/2022, DR, 2.ª série, n.º 121, de 24-06-2022	VC1
Picoto do Vasco (integrado no Conjunto de Monumentos Megalíticos do Grupo de Viseu Dão Lafões)	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	-	Anúncio n.º 159/2025, DR, 2.ª série, n.º 97, de 21-05-2025	VC2
Conjunto de Monumentos Megalíticos do Grupo de Viseu Dão Lafões	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	-	Anúncio n.º 159/2025, DR, 2.ª série, n.º 97, de 21-05-2025	VC3

Fonte: Património Cultural, I.P., acessado em 07 de julho de 2025.

A abertura do procedimento de classificação nacional do Conjunto de Monumentos Megalíticos do Grupo de Viseu Dão Lafões visa preservar e divulgar este património, que tem sido objeto de investigação científica desde o século XIX e é referido em documentos do século XII. O termo “Grupo de Viseu Dão Lafões” é amplamente reconhecido no contexto internacional e o conjunto de monumentos contribui para a riqueza arqueológica da região.

Tendo em conta que o Conjunto de Monumentos Megalíticos do Grupo de Viseu Dão Lafões, abrange sítios arqueológicos já classificados pela tutela (Anta de Pendilhe; Orca dos Juncas; Orca do Tanque), optou-se por apenas representar na Planta de Condicionantes I como ‘Em Vias de Classificação’ o sítio ‘Picoto do Vasco’ pois atualmente não se encontra classificado.

Nos imóveis classificados presentes no concelho de Vila Nova de Paiva aplica-se a zona geral de proteção (50 metros), apenas o imóvel em vias de classificação, possui uma zona especial de proteção provisória, conforme constante na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas e Planta de Condicionantes I – Condicionantes Gerais.

2 SÍTIOS OU CONJUNTOS ARQUEOLÓGICOS

O património arqueológico representa um valor indispensável ao conhecimento da história e cultura dos povos e uma *“fonte de memória coletiva europeia e instrumento do estudo histórico e científico”*. (Resende, Jorge; 2013).

Nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, alterada pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, integram o património arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo possibilitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente e cuja principal fonte de informação seja composta por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa que se relacionem com o ser humano e o ambiente que o rodeia. Estes vestígios podem localizar-se no solo, subsolo ou em meio submerso e integram objetos, depósitos, estruturas, construções ou conjuntos arquitetónicos, evidências de alteração das paisagens ou outros sinais que testemunhem atos ou vivências anteriores aos nossos tempos.

Neste sentido, e de acordo com o mesmo diploma legal, é um dever do Estado, tanto ao nível da administração central como ao nível da administração local, estudar, proteger, valorizar e divulgar o património cultural, tal como é um dever cívico da sociedade. Com efeito, a alínea a) do n.º 3 do artigo 76.º desta Lei decreta que, aquando do licenciamento e autorização de operações urbanísticas, a administração pública deve *“certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, estão em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico.”*

Os IGT devem identificar o património arqueológico, de modo que sejam estabelecidos os parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação das zonas de proteção. De acordo com a alínea f) do artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, os planos municipais de ordenamento do território visam estabelecer *“os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental, da integridade paisagística e da preservação do património cultural”*.

No ano de 2024 foi realizado o Levantamento, Inventariação e Cartografia do Património Arqueológico Concelho de Vila Nova de Paiva, cujos trabalhos permitiram a identificação de 98 sítios arqueológicos e de 76 áreas de potencial arqueológico. Estes elementos representados cartográfica na Carta Arqueológica, que é acompanhada por um Relatório Final e ainda por um conjunto de fichas de registo/ficha de sítio, e ainda na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas e no Anexo V do Regulamento.

3 PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Além do património classificado e dos sítios ou conjuntos arqueológicos, são identificados no concelho de Vila Nova de Paiva, elementos de património arquitetónico, cuja informação é proveniente de várias fontes. Alguns destes imóveis assinalados possuem linhas marcadamente urbanas, outros são de feição mais rural. Apesar de a lista ser extensa, a grande maioria corresponde a elementos religiosos:

- ❖ Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva;
- ❖ Igreja Matriz de Touro;
- ❖ Igreja Matriz de Vila Cova à Coelheira;
- ❖ Igreja Matriz de Pendilhe;
- ❖ Igreja Matriz de Fráguas;
- ❖ Igreja Matriz de Queiriga e Alhais.

São ainda exemplos de património arquitetónico as casas típicas (históricas), como a Casa do Brasileiro (Vila Nova de Paiva), a Casa dos Carrilhos (Queiriga), a Casa da Sinagoga (Vila Cova à Coelheira), a Casa da Comenda de Malta (Vila Cova à Coelheira), a Casa do Dr. Sá Pereira (Vila Nova de Paiva) e a Casa do Juiz de Barreiras (Vila Nova de Paiva), os pelourinhos e diversas estruturas de apoio, como as azenhas, os espigueiros, as fontes, os moinhos, os padrões e as pontes.

Os elementos do património arquitetónico presentes no concelho de Vila Nova de Paiva encontram-se representados na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas e identificados no Anexo V no Regulamento.

CAPÍTULO VIII – INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS

Peças desenhadas de referência para o capítulo
Planta de Ordenamento III – Programação e Execução
Planta de Infraestruturas e Equipamentos Coletivos
Peças escritas de referência para o capítulo
Programa de Execução

A presente revisão do PDM de Vila Nova de Paiva teve em consideração as debilidades existentes referentes ao acesso à rede de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, prevê a programação dos níveis de infraestruturização, de forma a abranger a totalidade da população urbana do concelho.

O nível de infraestruturização presente no território corresponde a um fator decisório para a classificação do solo como urbano, segundo o n.º 3, do artigo 7º do DR n.º 15/2015 de 19 de agosto. Tendo em conta este critério, a proposta de classificação do solo apresentada no âmbito da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva considerou as redes de saneamento de águas residuais e de abastecimento de água existentes no concelho, ponderando o seu funcionamento ou se está previsto/projetado no programa de execução em vigor. Feito este levantamento, também verificamos em pormenor, demais áreas em que se verifica a necessidade de programação e execução das referidas infraestruturas consoante o horizonte do plano. As áreas a serem alvo de programação encontram-se identificadas e estimados os seus custos, no relatório do programa de execução, assim como a sua espacialização na Planta de Ordenamento III – Programação e Execução.

1 REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O modelo de gestão da rede de abastecimento de água de potável de Vila Nova de Paiva é da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva e configura-se como um sistema constituído por 24 reservatórios, 57 pontos de captação de água (duas superficiais, as restantes subterrâneas, sendo que 13 são reforço no período de verão, com o regresso de emigrante e o consumo de água aumenta consideravelmente), 14 estações elevatórias, e 12 estações de tratamento de águas.

Segundo os dados disponíveis pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), a proporção de alojamentos servidos por a rede pública abrange 3.795 dos alojamentos do território concelhio. . Em relação à avaliação da qualidade do serviço, para o ano de 2022 apresentam-se os seguintes valores:

- Acessibilidade física do serviço – 99%;
- Água segura – 96,52%;
- Adesão ao serviço – 83,4%;
- Perdas reais de água – sem dados.

O valor apresentado para a acessibilidade física é bastante positivo, sendo largamente superior à meta estabelecida no PENSAARP 2030, que é para 2026 de 80% e para 2030 de 80%, já que se trata de um concelho predominantemente rural. Por sua vez, a adesão ao serviço, em Vila Nova de Paiva, o valor é de 83,4%, bastante abaixo da meta estabelecida para 2030, que é de 95%.

Estes valores refletem uma situação clara, apesar dos esforços das entidades gestoras de fornecer o serviço, a população não procede à sua ligação à rede pública, porém torna-se importante proceder à inversão da situação, fomentando junto da população ações de sensibilização e contraordenações para quem não realizar a ligação à rede pública quando a mesma serve o edifício.

Sobre as perdas reais de água, a meta do PENSAARP 2030 para 2026 terá que ser inferior a 100 l/ramal/dia, e em 2030 inferior a 80 l/ramal/dia. No curto-prazo, a gestão das perdas reais deve ser feita ao nível da diminuição da duração das perdas, através da rápida intervenção sobre as fugas detetadas, e na melhoria da qualidade das reparações. Para obter resultados a médio e a longo prazo deverão ser promovidas ações no sentido da gestão da pressão, da gestão eficiente dos ativos da empresa e do controlo ativo de fugas, diminuindo assim efetivamente as perdas na rede. O PENSAARP dá pistas sobre algumas medidas, incentivos e estímulos para melhorar a eficiência hídrica.

Figura 1 | Medidas, incentivos e estímulos para a eficiência hídrica previstos no PENSAARP 2030

Medidas, incentivos necessários e estímulos recomendados	Responsabilidade
M36. Redução de perdas de água nos sistemas (prioridade 1)	Entidades gestoras
<i>Incentivo necessário:</i>	
• Alteração da legislação com a obrigatoriedade de elaboração de planos de eficiência hídrica	Área governativa
<i>Estímulos recomendados:</i>	
• Elaboração de recomendações sobre eficiência hídrica e procedimentos de auditoria hídrica das entidades gestoras	Agentes do setor
• Elaboração de cadernos de sensibilização para decisores sobre redução de perdas de água	Agentes do setor
• Elaboração de cadernos de sensibilização para decisores sobre calibração periódica dos contadores	Agentes do setor
• Ações de divulgação de casos de referência de redução de perdas de água	Agentes do setor
• Formação e capacitação em contratos de redução de perdas de água remunerados em função dos resultados	Agentes do setor

Fonte: PENSAARP 2030, Volume 2: Plano de Ação, página 10.

Já nas captações de água subterrâneas para consumo humano localizadas no território concelhio não se verifica a delimitação das zonas de proteção, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 382/99 de 22 de setembro, o qual estabelece perímetros de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público. Desta forma, na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas foram identificadas as

captações e um raio de 60 metros como zona de proteção imediata, de acordo com as orientações expressas pela Agência Portuguesa do Ambiente. Neste raio, é interdita qualquer instalação ou atividade, com exceção das que têm por finalidade a conservação, manutenção e melhor exploração da captação.

2 REDE DE SANEAMENTO

A par do sistema de abastecimento de água, a entidade responsável pelo sistema de drenagem e tratamento de água residuais é a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

A rede de drenagem de águas residuais do concelho de Vila Nova de Paiva abrange praticamente todos os núcleos urbanos e configura-se como um sistema constituído por quatro estações elevatórias, seis fossas sépticas coletivas e oito estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

De acordo com dados do Município de Vila Nova de Paiva sobre a capacidades das ETAR, observa-se que ainda existe uma elevada capacidade excedentária da ETAR de Vila Nova de Paiva. Contudo as demais já atingiram a sua capacidade máxima, e por isso elaborado um projeto para uma nova ETAR, com duas estações elevatórias, para o Lugar de Alhais; e também está prevista a renovação da ETAR da Lousadela.

Quadro 43 | Capacidade das ETAR

INFRAESTRUTURA	ANO DE ARRANQUE	CAPACIDADE		LICENÇA	OBSERVAÇÕES
		INSTALADA	EXCEDENTÁRIA		
ETAR de Vila Nova de Paiva	2000	2250	1083	L000577.2020.RH3	*Ano de arranque 2019 (Remodelação da ETAR)
ETAR de Lousadela	2008	1100	0	L017379.2021.RH4A	
ETAR de Fráguas	2008	640	0	L010282.2022.RH3	
ETAR de Touro	2021	1200	0	TUA20240305000655	
ETAR de Vila Cova à Coelheira	2021	1378	0		PL20240307002288 - Pedido de renovação da Licença
ETAR de Pendilhe	2024	800	0		PL20240305002190 - Pedido de renovação da Licença
ETAR de Adomingueiros	2006	139	0		PL20231024009950 - Pedido de renovação da Licença
ETAR da Carvalha	2006	250	0		
Fossa Séptica de Alhais - 1 e 2	1991	300	142		

Segundo os dados disponíveis pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), encontram-se servidos por rede pública 3.126 alojamentos, e 67 alojamentos são servidos por soluções individuais de saneamento de águas residuais controladas. Em relação à avaliação da qualidade do serviço, para o ano de 2022 apresentam-se os seguintes valores:

- Acessibilidade física do serviço através de redes fixas e meios móveis – 98%;
- Adesão ao serviço por rede fixa – 70%.

A respeito da acessibilidade física ao sistema vai de encontro às metas estabelecidas pelo PENSAARP 2030, que indica que em 2026 e 2030 deverá de 70% já que se trata de um concelho predominantemente rural. Por sua vez a adesão ao serviço, valor concelhio encontra-se longe da meta para 2026, que é de 92%, e para 2030, de 95%.

Estes valores refletem uma situação clara, apesar dos esforços das entidades gestoras de fornecer o serviço, a população não procede à sua ligação à rede pública, porém torna-se importante proceder à inversão da situação, fomentando junto da população ações de sensibilização e contraordenações para quem não realizar a ligação à rede pública quando a mesma serve o edifício, de forma a eliminar-se (o mais possível) com situações locais que em muitos casos colocam em causa a qualidade ambiental, seja da água e solo.

3 DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

Embora não integre os critérios obrigatórios na classificação e qualificação do solo, é considerado de enorme relevância para a sustentabilidade ambiental do território. Por isso, deverá ser considerado as seguintes medidas e ações:

- ❖ Reduzir as afluências indevidas, avaliadas pela percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas separativos, através da implementação de medidas de prevenção e correção, como a manutenção e reabilitação das redes de drenagem e a promoção de soluções de drenagem sustentável;
- ❖ Avaliar o possível reaproveitamento das águas pluviais em usos compatíveis, como, por exemplo: regas, lavagens de ruas, entre outros, incentivando a instalação de sistemas de captação e armazenamento de águas pluviais em edifícios e espaços públicos;
- ❖ Na impossibilidade de reaproveitamento das águas pluviais, garantir o encaminhamento para a linha de água em estruturas adequadas para receber o escoamento superficial das águas da chuva,

como bacias de retenção e infiltração, evitando a sobrecarga dos sistemas de drenagem e a ocorrência de inundações;

- ❖ Promover a permeabilidade do solo e a infiltração das águas pluviais, através da utilização de pavimentos permeáveis, áreas verdes e sistemas de drenagem urbana sustentável, como jardins de chuva e valas de infiltração;
- ❖ Integração de medidas de adaptação às alterações climáticas nos sistemas de infraestruturas básicas, tais como soluções baseadas na natureza, promoção de infraestruturas verdes e azuis, e implementação de sistemas de drenagem urbana sustentável, sempre que possível e adequado.

4 RESÍDUOS URBANOS

A entidade gestora responsável pela recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos (do sistema em baixa) no concelho é a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB). Esta integra 19 concelhos e abrange um total de 179.681 alojamentos, e a densidade de ecopontos de deposição coletiva é de um ecoponto por 229 habitantes.

A entidade gestora responsável pelo sistema em alta de resíduos sólidos e pela recolha seletiva é a ECOBEIRÃO – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão. Em 2022, abrangia um total de 229.663 alojamentos, com um volume de atividade de 136.155 t/ano. O volume de atividade para reciclagem é de apenas 18.062 t/ano.

Os dados da ERSAR, de 2022, demonstram que a acessibilidade do serviço de recolha seletiva multimaterial do sistema em baixa e em alta é de 33%, valor pouco satisfatório, já que deveria ser superior a 60%.

A rede de contentores do concelho de Vila Nova de Paiva abrange grande parte dos territórios artificializados do concelho, notando-se uma maior concentração nas sedes de freguesia e na sede de concelho, em sintonia com a distribuição da população.

No concelho de Vila Nova de Paiva, a densidade de ecopontos é de um ecoponto por 131 habitantes, o que coloca o concelho numa posição favorável face ao contexto nacional (239 habitantes/ecoponto), com um maior número de ecopontos por habitante, o que permite à população a recolha seletiva de forma mais cómoda e rápida. Desta forma, existem no concelho de Vila Nova de Paiva um total de 36 ecopontos. Deve-se, ainda, referir a existência do ecocentro na Zona Industrial de Vila Nova de Paiva, ao qual a gestão pertence também à AMRPB.

No âmbito do PERSU 2030, e as suas orientações aplicáveis diretamente aos municípios, destaca-se a criação de medidas de apoio aos municípios, para melhor conduzir o processo de desindexação da tarifa ao consumo de água, a sua aplicação direta aos resíduos produzidos e mecanismos de incentivo à separação de recicláveis. Neste sentido, os instrumentos económico-financeiros terão um papel essencial na indução dos comportamentos, onde entende-se que a tarifa assente na recuperação dos custos e na utilização do princípio PAYT⁵ é determinante para a alteração de comportamentos face aos resíduos produzidos e respetivos destinos. Pretende-se que até 2025 50% dos municípios sejam aderentes dos sistemas PAYT, SAYT ou RAYT e 75% da população seja abrangida por modelos PAYT.

Um sistema tarifário que garanta a sustentabilidade económica e financeira, assegurando a cobertura dos gastos efetivos, é da maior importância. Neste sentido, um sistema tarifário dissociado do consumo de água é premente, de modo a fomentar uma eficiência estrutural e operacional do serviço do modelo de gestão de resíduos.

Igualmente, a disponibilização de ecocentros móveis são uma mais-valia em zonas de menor população, potenciando assim a quantidade e qualidade dos resíduos recolhidos seletivamente e o aumento e eficácia da separação dos materiais na origem.

Em suma, deverá no futuro, o município apostar nestes instrumentos económico-financeiros que serão criados no âmbito deste plano, de forma a implementar no concelho estes sistemas.

⁵ Pay-As-You-Throw - Este sistema configura uma efetiva aplicação do princípio do poluidor-pagador, responsabilizando o munícipe pelos resíduos produzidos e sensibilizando-o para o real custo da gestão de resíduos, encorajando por isso as boas práticas ambientais, quando o munícipe vê o seu esforço recompensado através da tarifa. Não obstante, sendo possível que o valor da tarifa a pagar seja superior ao cobrado atualmente é expectável numa fase inicial alguma resistência à mudança.

5 PROGRAMA DE AÇÕES

O nível de infraestruturação presente no território corresponde a um fator decisório para a classificação do solo como urbano, segundo o n.º 3, do artigo 7º do DR n.º 15/2015 de 19 de agosto. Tendo em conta este critério, a proposta de classificação do solo apresentada no âmbito da presente revisão do PDM considerou as redes de saneamento e de abastecimento de água existentes, ponderando o seu funcionamento ou se está previsto/projetado no programa de execução em vigor. Feito este levantamento, também verificamos em pormenor, demais áreas em que se verifica a necessidade de programação e execução das referidas infraestruturas consoante o horizonte do plano.

Com o novo PDM, pretende-se que os sistemas das infraestruturas sejam impulsionadores de uma produção e de um consumo sustentáveis e de uma reutilização dos recursos. Pretende-se ainda a promoção da neutralidade energética e o usufruto do apoio das redes inteligentes para uma maior eficiência na sua utilização. Estes fatores estimulam a economia circular, foco incontornável para garantir a qualidade e sustentabilidade ambiental.

No âmbito da acessibilidade física ao serviço, o PENSAARP 2030 pretende que todos os alojamentos tenham acesso efetivo ao serviço, preferencialmente com possibilidade de ligação à infraestrutura física da entidade gestora, desde que viável técnica, económica e socialmente, ou com pequenos sistemas públicos coletivos ou mesmo soluções autónomas nos restantes casos, por exemplo, através de furos ou fossas séticas, com intervenção da entidade gestora quer no processo de aprovação quer no apoio ao controlo e na manutenção.

De uma forma genérica, a proposta de solo urbano do concelho, está abrangida com uma ótima cobertura pelas redes de abastecimento de água e de saneamento, onde praticamente todo o solo urbano proposto está servido. Neste sentido foram propostas áreas a infraestruturar que correspondem às residuais áreas com necessidade de infraestruturação, que apesar de coincidir com espaços urbanos consolidados ou em vias de consolidação, possuem ainda alguma carência no que se refere às infraestruturas de abastecimento de água e saneamento.

A programação de infraestruturas urbanísticas necessárias foi identificada, com seus custos estimados no programa de execução, estando representadas na Planta de Ordenamento III – Programação e Execução (VOL. I). Para assegurar a sua provisão no horizonte do plano territorial, foram contabilizados os metros lineares das situações identificadas por freguesia, de forma a clarificar o seu devido financiamento e valor global necessário. Esta estimativa baseou-se nos metros lineares dos eixos das vias habilitantes e eixos não habilitantes com capacidade para infraestruturação como critério na previsão do valor a ser investido por parte do município. Ainda, está também previsto a construção das redes nas áreas a estruturar cuja

programação do solo está previsto, através de UOPG ou unidades de execução, assim como dotar das vias propostas de infraestruturas urbanas.

Quadro 44 | Valores estimados a ser investido para programação das infraestruturas urbanísticas no concelho de Vila Nova de Paiva

INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL
Saneamento	110 739,50 €
Abastecimento de água e saneamento	348 470,40 €

Com estas intervenções, complementadas com as normais obras de remodelação, requalificação ou substituição pontual de infraestruturas, pode afirmar-se que, na globalidade, o concelho de Vila Nova de Paiva terá um nível de serviço bastante satisfatório no que respeita ao abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais dos seus aglomerados populacionais. Para além do referido, em sede de gestão das redes deve ser garantida a qualidade dos serviços, através da disponibilização de água de consumo humano de qualidade e correta drenagem e tratamento das águas residuais, cumprindo os parâmetros nacionais.

Além da infraestruturização prevista, no âmbito do ordenamento, o Município prevê ainda a execução das seguintes intervenções:

- ❖ Aumento de uma zona de captação, com recurso a um estancamento na zona da serra de Touro – captação do Fermerio – possui grande prioridade, estando a ser elaborado estudo que será enviado à APA; prevê-se a sua execução no próximo quadriénio, tem um valor cativo de 750.000,00€.
- ❖ Está em desenvolvimento uma solução idêntica à descrita anteriormente, para reforço do sistema principal de abastecimento de água “Azenha”, que também deverá ser para desenvolver no próximo biénio, e com uma dotação aproximada de 650.000,00€.
- ❖ Foi elaborado projeto para uma nova ETAR, com duas estações elevatórias, para o Lugar de Alhais – também tem prioridade elevada e terá a sua execução no próximo biénio e com uma estimativa de 583.664,58€.
- ❖ Está também prevista a renovação da ETAR da Lousadela, que tem previsto um valor de aproximadamente 60.000,00€, e a sua execução no próximo biénio.
- ❖ Prevê-se ainda no curso do próximo biénio a reformulação/substituição e execução de nova rede de abastecimento de água nos lugares de Lage Gorda e Lousadela, que terá uma dotação aproximada de 400.000,00€.

CAPÍTULO IX – ACESSIBILIDADES

Peças desenhadas de referência para o capítulo
Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do solo
Planta de Ordenamento III – Programação e Execução
Planta de Condicionantes I – Condicionantes Gerais
Planta de Infraestruturas e Equipamentos Coletivos

1 ESTRUTURA VIÁRIA

O papel da rede viária vai para além da garantia da mobilidade da população pelo território concelhio e acessibilidade aos centros urbanos mais importantes da região, a rede viária permite também a fixação de população residente e o desenvolvimento de um território. Desta forma, é fundamental assegurar e preservar o bom estado de conservação das vias rodoviárias através das devidas ações de manutenção.

De acordo com o PRN em vigor, a rede rodoviária existente no concelho de Vila Nova de Paiva é constituída pelos seguintes troços:

- ❖ Rede Rodoviária Nacional (RRN) sob jurisdição da IP
 - Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais -EN)
 - EN329, entre Vila Nova de Paiva (entroncamento da EN323) e o limite de concelho de Sátão.
- ❖ Rede Rodoviária Nacional (RRN) sob gestão do Município
 - Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais -EN)
 - EN323, entre o limite de concelho de Moimenta da Beira e Vila Nova de Paiva (entroncamento da EN329).
- ❖ Estradas Regionais (ER) sob gestão do Município
 - ER225, entre o limite de concelho de Castro Daire e Vila Nova de Paiva (entroncamento da ER329).
 - ER329, entre a ER225 e Vila Nova de Paiva.

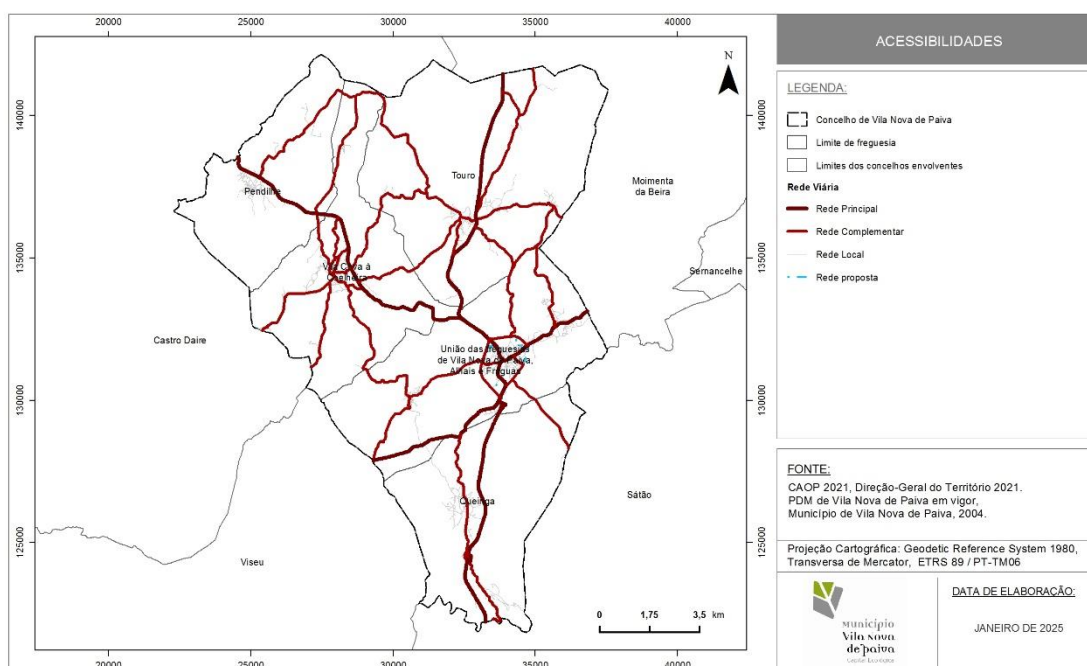
Importa referir que, de acordo com os termos apresentados no artigo 32.º do novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (Lei n.º 34/2015, de 27 de abril), estão sujeitas a regimes de proteção, nomeadamente zonas *non aedificandi*, os troços de estradas sob jurisdição da IP, as quais se resumem à EN329. Porém, as estradas EN323, a ER225, e a ER329, ainda que sob gestão municipal, encontra-se

classificada no PRN e, por conseguinte, sujeita aos regimes de proteção definidos na legislação anteriormente referida.

Na revisão do PDM de Vila Nova de Paiva procede-se à hierarquização das vias em três níveis conforme o Artigo 8º do Regulamento, representado a seguir no Mapa 8.

- ❖ **Rede Principal:** constituída pelas vias que asseguram as principais articulações viárias do território concelhio, e em particular da sua sede, com o exterior, e na qual se integram as estradas nacionais e as estradas regionais constantes do Plano Rodoviário Nacional.
- ❖ **Rede Complementar:** constituída pelas vias de articulação da rede principal com os principais aglomerados e áreas geradoras de fluxos no interior do concelho e pelas vias complementares de ligação aos concelhos limítrofes, compreendendo as estradas municipais e outras vias municipais de carácter estruturante;
- ❖ **Rede Local:** constituída pelas restantes vias, de distribuição local, e pelos arruamentos urbanos quando não incorporados nos níveis anteriores.

Mapa 8 | Hierarquização da rede viária do concelho de Vila Nova de Paiva



De acordo com a Infraestruturas de Portugal, não há, sob a sua responsabilidade, estudos ou projetos de execução para construção de novas vias na área abrangida pelo presente plano. A nível municipal, contudo, há um conjunto de novas vias cuja execução está projetada. Os traçados, existentes e propostos, das vias que integram as redes principal e secundária são os que figuram como tal na Planta de Ordenamento.

Os modos suaves têm um papel determinante na alteração do atual paradigma das deslocações diárias dos cidadãos. Neste contexto revela-se crucial proporcionar novas condições de acessibilidade aos peões.

Efetivamente, ao longo dos anos, os espaços pedonais tem sido projetos associados às vias rodoviária (na maioria dos casos, o que sobra do espaço rodoviário). Neste sentido, a aposta nos espaços pedonais deve ser orientada para a perspetiva do conforto do peão, da iluminação, da bioclimatização, da densidade e principalmente da segurança.

Neste sentido, os percursos cicláveis devem ser vistos como integrantes do projeto de espaço público, no que respeita quer aos percursos pedonais ou, em alguns casos, à rodovia. A criação de corredores dedicados a bicicletas e veículos equivalentes deve concretizar-se preferencialmente por eliminação de estacionamento e sem prejuízo do sistema pedonal e da arborização.

2 PROGRAMA DE AÇÕES

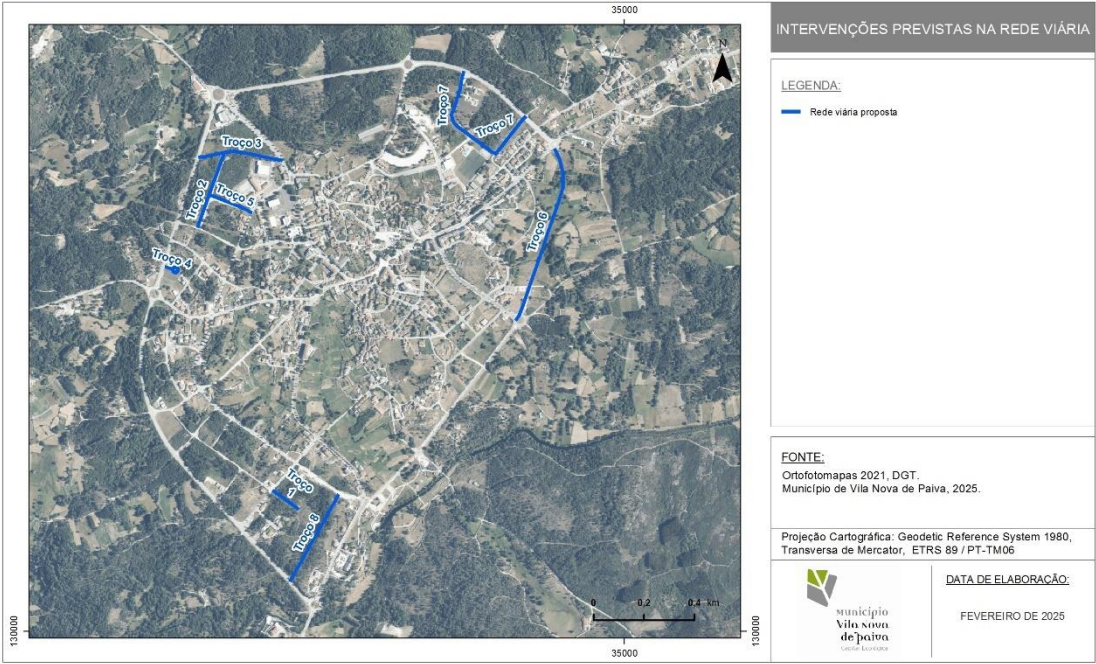
Verificando o ponto de situação da rede viária municipal no concelho, pode-se considerar que, de uma maneira geral, esta encontra-se em bom nível de acessibilidade.

Conforme exposto no relatório do programa de execução, está previsto na área urbana da Vila, a criação de diversos troços viários que permitirão o desenvolvimento urbano e a abertura de diversas frentes urbanas, que terão uma cabimentação orçamental de aproximadamente de um milhão e oitocentos mil euros. Estes troços a intervir estão representados espacialmente na Planta de Ordenamento III – Programação e Execução (VOL. I). A execução destas intervenções na rede viária ocorrerá entre o ano de 2026 e 2027.

Quadro 45: Programa de ações relativas a intervenções na rede viária

Ação/Intervenção	Estimativa Orçamental
Troço 1 - Arruamento O 2ª Fase	96 000,00 €
Troço 2 - Arruamento Y	150 000,00 €
Troço 3 - Arruamento Pavilhão Desp. Municipal	150 000,00 €
Troço 4 - Transversal à Variante à EN329	20 000,00 €
Troço 5 - Arruamento Z	82 000,00 €
Troço 6 - Circular Nascente 2ª Fase	850 000,00 €
Troço 7 - Arruamento Zona Desportiva/Circ. Norte	130 000,00 €
Troço 8 - Arruamento M	305 000,00 €

Mapa 9: Localização das intervenções previstas na rede viária



CAPÍTULO X – CLASSIFICAÇÃO ACÚSTICA

Peças desenhadas de referência para o capítulo
Planta de Ordenamento II – Salvaguardas

1 ENQUADRAMENTO

No domínio da prevenção e controlo da poluição sonora é aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro (RGR), retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto. O Regulamento Geral do Ruído (RGR) estabelece o regime legal aplicável à prevenção do ruído e ao controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda da saúde humana e do bem-estar das populações nas áreas onde já existam ou estejam previstos recetores sensíveis, ou seja, espaços edificados e não edificados onde geralmente vivem ou permanecem pessoas, como habitações, escolas, hospitais ou similares, assim como espaços de recreio e lazer.

De acordo com a legislação citada, a elaboração, alteração ou revisão de PMOT devem recorrer a informação acústica adequada, devendo as câmaras municipais promover a elaboração de mapas de ruído (n.º 1 do artigo 7.º do RGR).

Assim, os PMOT devem ser acompanhados por mapa de ruído, que forneça a localização das fontes de ruído (a ação, atividade permanente ou temporária, equipamento, estrutura ou infraestrutura que produza ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais onde se faça sentir o seu efeito) e de áreas às quais correspondem classes de valores expressos em dB (A); e ainda pela classificação de zonas sensíveis e mistas (APA e DACAR, 2011).

Nos termos do artigo 6.º do RGR, é da competência dos municípios a classificação, delimitação e disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas. Posto isto, a classificação das referidas zonas, depende apenas do uso do solo, sendo que:

- ❖ **Zonas sensíveis** - corresponde às zonas as quais a vocação do uso do solo permite a ocupação humana sensível, que inclui usos habitacionais, escolas, hospitais ou similares e espaços de recreio ou de lazer, para além de poder conter pequenas unidades de comércio e de serviços, desde que não funcionem no período noturno, tais como estabelecimentos de restauração e comércio tradicional destinados a servir a população local;
- ❖ **Zonas mistas** - correspondem às zonas que vão além da ocupação das zonas sensíveis, com outros usos do solo compatíveis com essa utilização, nomeadamente comércio e serviços.

Nas zonas urbanas consolidadas, a vocação do uso poderá ser de zona sensível ou mista, mas possui uma ocupação estável em termos de edificação (por exemplo: zonas históricas). O RGR prevê ainda outra possibilidade que é a ausência de classificação acústica de um local.

No concelho de Vila Nova de Paiva as zonas mistas estão delimitadas na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas, não foram, contudo, delimitadas zonas sensíveis pois as áreas ocupadas por recetores sensíveis não possuem dimensão suficientemente relevante para a criação desta categoria. As salvaguardas associadas ao zoneamento acústico estão demonstradas no artigo 81º do Regulamento.

Para cada classificação são estabelecidos intervalos de valores limite de exposição ao ruído, para os seguintes indicadores:

- i. **Lden** – indicador de ruído, diurno-entardecer-noturno;
- ii. **Ln** – indicador noturno.

Como seria de esperar, os valores limites de exposição ao ruído são mais restritivos nas zonas sensíveis do que nas zonas mistas.

No quadro seguinte são apresentados os valores limite de exposição ao ruído, para cada uma das zonas classificadas (artigo 11.º do RGR).

Quadro 46 | Valores limites à exposição ao ruído

CLASSIFICAÇÃO	VALORES LIMITES DE EXPOSIÇÃO DB (A)	
	LDEN	LN
Zonas Mistas	<65	<55
Zonas Sensíveis	<55	<45
	Se junto a uma grande infraestrutura transporte (existente)	
	<65	<55
	Se junto a uma grande infraestrutura de transporte aéreo (projetada)	
	<65	<55
	Se junto a uma grande infraestrutura de transporte não aéreo (projetada)	
	<60	<55
Zonas não classificadas com recetores sensíveis	≤63	≤53

Fonte: Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro (RGR).

É interdito o licenciamento ou a autorização de novos edifícios habitacionais, bem como de novas escolas, hospitais ou similares e espaços de lazer enquanto se verifique violação dos valores limites fixados, com exceção nas zonas urbanas consolidadas desde que se verifiquem uma das seguintes condições:

- ❖ Zona tem de estar abrangida por um plano municipal de redução do ruído;
- ❖ Não pode exceder em mais de 5 dB (A) os valores limites fixados para as zonas sensíveis ou mistas e que o projeto acústico considere valores do índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea previsto no RGR. (artigo 12.º do RGR).

2 ZONAMENTO ACÚSTICO

O mapa de ruído do concelho de Vila Nova de Paiva foi adaptado ao novo regulamento geral do e constitui a representação geográfica dos níveis de ruído ambiente no exterior, respeitantes a uma situação existente ou prevista, onde são representadas as zonas que correspondem a determinados intervalos de valores de ruído.

Deve ter-se em atenção que as medições referentes à elaboração do Mapa de Ruído datam o ano de 2008, existindo um desfasamento de 14 anos em relação á atual revisão, pelo qual o concelho terá passado por diversas alterações, mais ou menos significativas, que influenciam os resultados do estudo.

Segundo a “Nota técnica - Articulação do Regulamento Geral do Ruído com os Planos Diretores Municipais”, disponibilizada pela APA, é recomendado ainda que se apresente o mapa da situação prevista. Contudo, para a sua elaboração devem estar reunidas as condições técnicas necessárias para que a modelação seja realizada nos termos definidos nos métodos na regulamentação aplicável. Assim, importa referir que não se encontram previstas a abertura de vias que possam colocar em causa o ruído exterior, assim como as áreas de expansão empresarial encontram-se com uma certa distância dos aglomerados populacionais, não se prevendo impactos no ruído. Este mapa obrigaria também a uma estimativa dos fluxos viários relativos à pressão resultante de novas áreas de expansão urbana.

A utilização dos mapas de ruído como ferramenta de planeamento e de ordenamento do território municipal possibilita a identificação das atividades ruidosas que mais significativamente interferem no panorama acústico à escala do concelho, assim como as respetivas áreas de influência da emissão de ruído, por classes de valores.

Neste contexto, os mapas de ruído constituem uma importante ferramenta de informação e previsão acústica fornecendo material relevante para ser integrado nas tomadas de decisão relativas ao uso do solo, designadamente:

- ❖ Apoiar a decisão relativa ao uso do solo proposto tendo em consideração os níveis de ruído existentes e os limites para cada um dos usos;
- ❖ Identificar as zonas de conflito existentes e previstas, isto é, áreas onde há a ultrapassagem dos níveis de ruído relativamente à classificação acústica/uso do solo, permitindo especificar os valores e área de abrangência em incumprimento, e caso necessário, o número de pessoas sujeitas a níveis de ruído superiores aos regulamentares;
- ❖ Especificar, na perspetiva do critério de exposição máxima, qual a redução de ruído necessária em cada fonte ruidosa para atingir um determinado nível de ruído total no recetor sensível;
- ❖ Hierarquizar zonas por prioridade de intervenção para estabelecer um Plano Municipal de Redução de Ruído.

Para a elaboração do mapa de ruído do concelho de Vila Nova de Paiva, foram identificadas como principais fontes de ruído as rodovias e as indústrias que influem no ambiente sonoro envolvente, sejam elas interior à área do plano, ou exteriores, desde que influenciem o ambiente sono sonoro da área. Faz parte desta lista também a Zona Industrial Vila Nova de Paiva. Por outro lado, foram também identificados os locais mais sensíveis, como zonas residenciais, centros de saúde, escolas, etc.

De acordo com o estudo apresentado, o concelho de Vila Nova de Paiva não apresenta níveis sonoros significativos para ambos os períodos de referência (Ln e Lden), ainda assim, a fonte de ruído mais relevante do concelho é o tráfego rodoviário, com destaque para as rodovias que apresentam um volume de tráfego superior e que por esse motivo, se tornam na maior fonte de ruído do concelho, respetivamente, a EN 329 e a EN 225. Por sua vez, as *“indústrias existentes não geram alteração significativa do nível sonoro médio na sua envolvente, com exceção da fábrica de granitos situada na Zona Industrial de Vila Nova de Paiva. Fora dos limites da Zona Industrial os níveis sonoros gerados pela referida indústria não são significativos.”* (Relatório do Mapa de Ruído, 2008).

A metodologia utilizada para a classificação acústica do território municipal teve por base os conceitos vinculados pelo RGR e a ocupação e usos do solo existentes e previstos. Face ao exposto, é considerado em sede deste Plano, para a determinação da classificação de Zonas:

- ❖ As **zonas mistas** correspondem ao perímetro urbano proposto, com exceção, dos espaços de atividades económicas, pois as categorias apresentam na generalidade usos diversos e não exclusivamente habitacional. Incluem-se ainda, as áreas onde é permitida edificação em solo rústico, nomeadamente os aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa propostos.
- ❖ Na delimitação da zona não classificada foram incluídos os espaços de atividade económica, tal como definido no PDM a propor, o solo rústico, excetuando-se os aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa.

É de referir que não foram delimitadas zonas sensíveis pelo entendimento de que as áreas ocupadas por recetores sensíveis não possuem dimensão suficientemente relevante para a criação da categoria no zonamento acústico. Por se tratar de disposições de salvaguarda e proteção, o zonamento acústico vem representado na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas.

3 CONFLITO ACÚSTICO

Na sequência da classificação acústica no concelho, e da sua sobreposição ao mapa de ruído, foi possível identificar as zonas de conflito acústico.

As zonas de conflito acústico, também representadas na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas, resultam do cruzamento entre a classificação acústica e os dados acústicos existentes, correspondendo aos espaços onde os níveis de ruído ultrapassam os valores definidos por lei, para cada classificação acústica.

As zonas de conflito acústico do concelho de Vila Nova de Paiva correspondem a sobre-exposição ao ruído até 5dB e sobre-exposição ao ruído superior a 5dB, assim sendo, para o licenciamento de novos edifícios em zonas urbanas consolidadas são necessários projetos acústicos que considerem o valor do índice de isolamento sonoro a sons de condução aérea previsto no RGR (artigo 12.º do RGR).

Para as zonas de conflito acústico expostas a ruído que exceda os valores limite definidos no artigo 11.º do RGR, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva deverá proceder à elaboração de planos municipais de redução de ruído, pois na sua ausência, é interdita a construção de edifícios de habitação e equipamentos escolares, de saúde e assistência a crianças e idosos.

4 TÉCNICAS DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE RUÍDO

Considerando os casos onde se verificam ultrapassagens nos limites legais definidos no artigo 11.º do RGR, aos incumprimentos registados poderão ser utilizadas, na generalidade, três tipos de medidas para reduzir os níveis de ruído, que poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto, e que se descrevem por ordem preferencial de aplicação:

- Medidas de redução de ruído na fonte, ou seja, atuando diretamente no foco emissor (tipicamente medidas de redução de velocidades ou mudança de piso para as vias rodoviárias, colocação de semáforos e lombas, entre outras);
- Medidas de redução de ruído no meio de propagação ao ruído, ou seja, medidas que atuam entre a fonte emissora do ruído e o recetor sensível (tipicamente barreiras ou obstáculos artificiais entre a fonte e o recetor, modelação do terreno);
- Medidas de redução de ruído no recetor, que incluem, entre outros, medidas de reforço de absorção de fachadas.

A uma velocidade reduzida, o ruído predominante é gerado em grande parte pelo motor. Com o aumento da velocidade, o ruído de rolamento (interação pneu/estrada) começa a ter uma maior predominância relativamente ao ruído de origem mecânica.

A alteração do tipo de pavimento também provocará uma redução significativa no ruído. Enquanto o tipo de pneus e forma de condução influenciam apenas a emissão sonora, o tipo de pavimento afeta não só a emissão sonora como a própria forma de propagação desse ruído, materializada pela rugosidade e textura da camada de desgaste, pela porosidade e absorção, composição e estrutura desse pavimento, além da sua própria deformabilidade.

Os pavimentos cuja camada de desgaste envolve a incorporação de materiais resilientes, como as borrachas, são bastante mais deformáveis que os pavimentos tradicionais, atuando para além da redução direta de ruído de rolamento também na minoração das ondas refletidas, por absorção das camadas porosas da estrutura do pavimento, reduzindo assim o ruído final propagado.

Também a introdução de lombas e listas perpendiculares à estrada, estas últimas com o intuito de provocar ao condutor a sensação de maior velocidade, permitirá uma redução da velocidade. O estreitamento da rua através da introdução de pinos, estacionamento ou áreas reservadas a peões, induz a uma redução de velocidade por parte do condutor.

Outro aspeto que se poderá implementar para a redução do ruído, é recorrer-se à vegetação como barreira ao ruído, apesar de ser o menos eficiente em termos técnicos, tem um impacto visual positivo, e em termos psicológicos, refere-se que as pessoas geralmente “ouvem menos” quando veem menos, podendo levar a uma diminuição da sensibilidade ao ruído.

Considerando-se a utilização de medidas de redução do ruído nas áreas identificadas em incumprimento, a perturbação ao ruído das populações diminui e, paralelamente viabiliza a futura ocupação dessas áreas com usos sensíveis, que sem a implementação dessas medidas não seria possível.

Reforçando o argumento, refere-se que o papel dos Mapas de Ruído e, especificamente o da classificação acústica que acompanham os estudos do PDM, passa não só por assegurar um adequado ambiente sonoro aos usos existentes, mas tem importância acrescida como ferramenta preventiva sobre a necessidade de se recorrer no futuro a planos de redução de ruído.

Por último, refira-se à necessidade de integração dos planos municipais de redução de ruído, que implicam o envolvimento das diversas entidades que tutelam as fontes de ruído, em áreas como as de ordenamento do território, permitindo efetivar soluções de minimização integrantes na perspetiva de desenvolvimento do Município. Além disso, será necessário proceder a monitorização periódica dos níveis de ruído em todas as áreas delimitadas como sensíveis a fim de apurar necessidade de medidas minimizadoras dos níveis de ruído.

CAPÍTULO XI – AVALIAÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS NO USO DO SOLO

Peças desenhadas de referência para o capítulo
Planta de Ordenamento II – Salvaguardas
Plantas de Condicionantes I – Condicionantes Gerais
Plantas de Condicionantes II - Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança e Serviços Administrativos do SGIFR
Plantas de Condicionantes III – Reserva Ecológica Nacional

1 PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

A aprovação dos planos de emergência de âmbito municipal competia à Comissão Nacional de Proteção Civil segundo o n.º 6 do artigo 50.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto.

O Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) do concelho de Vila Nova de Paiva, atualmente em vigor, foi aprovado pela CNPC, segundo a Resolução n.º 4/2019, publicado em Diário da República n.º 175/2019, Série II de 12 de setembro de 2019.

Contudo, a Lei do Quadro de transferências (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), dita que a aprovação dos planos municipais de emergência de proteção civil passa a ser da competência dos órgãos municipais (alínea a) do artigo 14º). Assim, o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, definido pela Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril), através do número 2 do artigo 5.º estabelece que “Compete à assembleia municipal aprovar os planos de emergência de proteção civil referidos no número anterior, após parecer da CMPC e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).” Portanto, apesar de aprovado pela CNPC, a competência atual de aprovação sobre o PMEPC de Vila Nova de Paiva já não lhe compete, passando para a alçada da Assembleia Municipal. O PMEPC é um plano cuja finalidade se prende à “*minimização dos prejuízos e perdas de vidas e o restabelecimento da normalidade*” na generalidade das situações de emergência que possam vir a ocorrer no território concelhio (PMEPC de Vila Nova de Paiva – Parte I, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva).

Quadro 47 | Riscos naturais, mistos e tecnológicos considerados no PMEPCVNP

RISCOS NATURAIS
Ondas de calor
Secas
Cheias e inundações
Sismos
Movimentos de massa
Radioatividade natural
Nevões
Vagas de frio
RISCOS MISTOS
Incêndios florestais
Degradação e contaminação dos solos
RISCOS TECNOLÓGICOS
Colapso de pontes e outras infraestruturas
Acidentes industriais graves
Incêndios urbanos
Acidentes rodoviários
Acidentes no transporte de mercadorias perigosas
Acidentes aéreos
Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos
Colapso de estruturas em edifícios com elevada concentração populacional

Fonte: PMEPCVNP, Parte I, Tipificação dos Riscos, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, 2018.

Em caso de ocorrência de algum evento grave ou catastrófico, compete à Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Vila Nova de Paiva a ativação do PMEPCVNP. A composição da CMPC é a seguinte:

Quadro 48 | Composição da Comissão Municipal de Proteção Civil

CCMPCVNP
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.
Elemento do Comando do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva

CCMPCVNP
Elemento da GNR – Posto Territorial de Vila Nova de Paiva
Capitão do Porto da Capitania do Porto do Douro.
Autoridade de Saúde de âmbito local – Delegado de Saúde de Vila Nova de Paiva
Coordenador da Unidade de Saúde Pública Municipal; Elemento da Administração do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Dão Lafões; Coordenador da Unidade de Saúde Pública do ACES Dão Lafões; Diretor Executivo do ACES Dão Lafões; O diretor do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE.
Representante do Instituto de Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Viseu
Presidente de Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal
Técnico do Gabinete Técnico Florestal (GTF); Técnico da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); Técnico de Ação Social Municipal de Vila Nova de Paiva; Representante do Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) Lamego; Representante da Ordem de Malta.

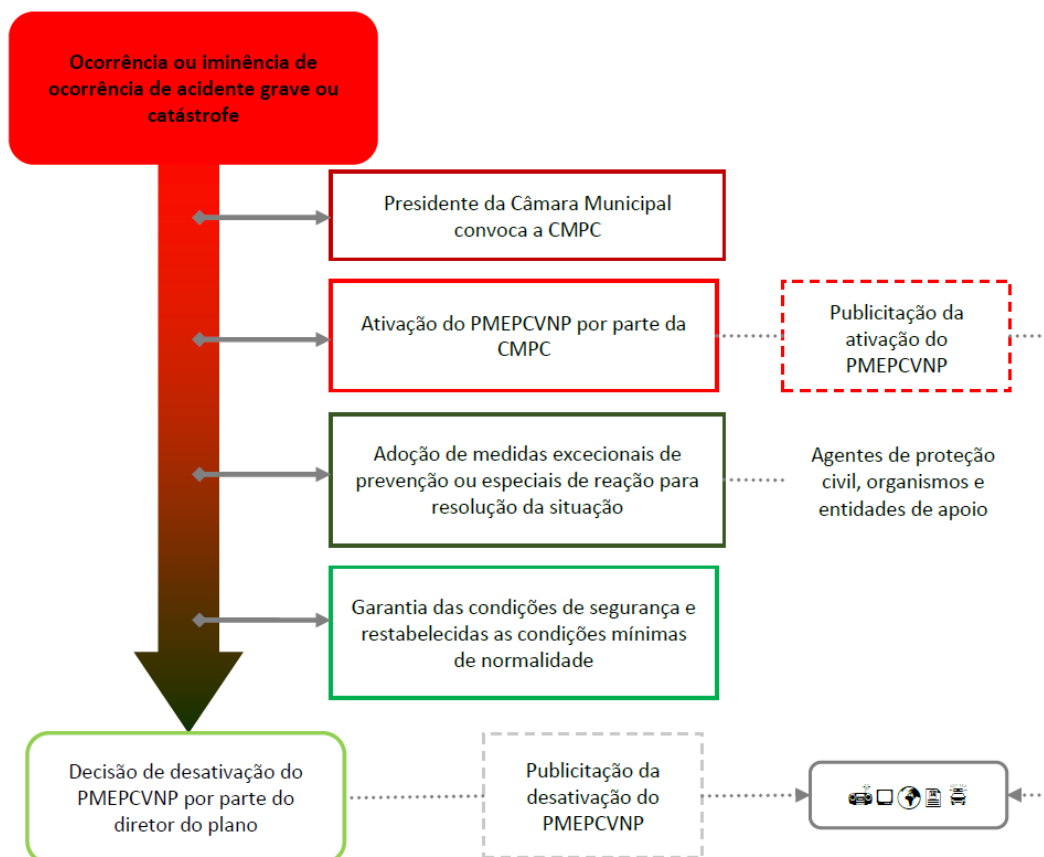
Fonte: PMEPCVNP, Parte II, Estruturas, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, 2018

Dependendo da ocorrência que pode obrigar a ativação deste plano, a CMPC poderá deliberar a ativação do plano com uma composição reduzida, sendo a declaração de ativação sancionada, assim que possível, presencialmente ou por outro meio de contacto, pelo plenário. Ainda assim, a comissão deverá contar no mínimo com a presença dos seguintes elementos:

- ❖ Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que a preside ou, na sua ausência ou impedimento, o seu representante legal;
- ❖ Um elemento do comando do Corpo de Bombeiros de Vila Nova de Paiva.
- ❖ Um elemento do comando GNR - Posto Territorial de Vila Nova de Paiva;
- ❖ Técnico do Gabinete Técnico Florestal (GTF);
- ❖ Técnico da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Esquemáticamente, o processo de ativação do PMEPCVNP desenvolve-se da seguinte forma:

Figura 2 | Processo de ativação e desativação do PMEPC de Vila Nova de Paiva



Fonte: PMEPCVNP, Parte I, Critérios para a ativação, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, 2018

1.1 ÁREAS COM PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

No caso de ocorrência de uma situação de eminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, torna-se necessário que sejam otimizados os recursos e tempos de intervenção, de modo a melhorar as condições de eficiência de resposta dos agentes de proteção civil destinada a apoiar as forças de intervenção e a população.

As Zona de Concentração e Reserva (ZCR) são as zonas onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata e onde se mantém o sistema de apoio logístico às forças. Poderão ser consideradas nas ZCR áreas de reserva, reabastecimento, alimentação, descanso e higiene, apoio sanitário, manutenção e ainda área médica.

No município de Vila Nova de Paiva, poderão funcionar como ZCR os seguintes locais:

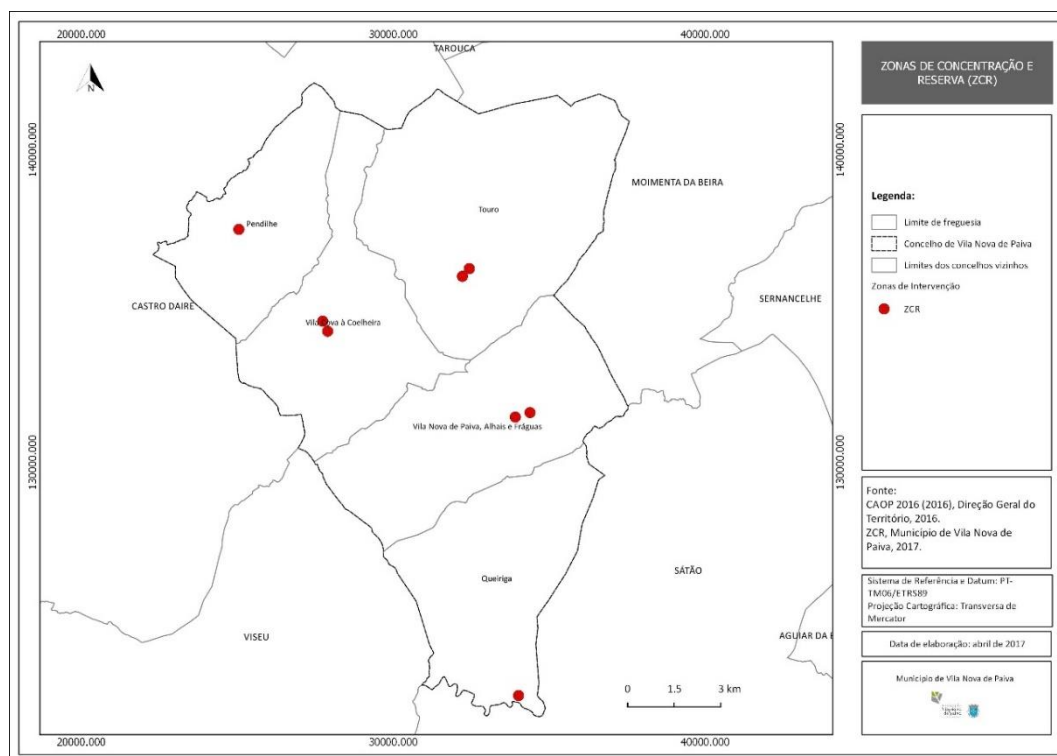
Quadro 49 | ZCR do concelho de Vila Nova de Paiva

Designação	Morada	Freguesia
Escola Básica de Touro	Avenida do Calvário	Touro
Escola Básica de Vila Cova à Coelheira	Rua do Mosteiro	Vila Cova à Coelheira
Escola Básica de Vila Nova de Paiva	Avenida Aquilino Ribeiro	União das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas
Junta de Freguesia de Pendilhe	Estrada Nova, n.º12	Pendilhe
Junta de Freguesia de Queiriga	Rua da Igreja	Queiriga
Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	Rua Cónego Manuel Fonseca da Gama	União das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas
Junta de Freguesia de Touro	Rua da Igreja	Touro
Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira	Rua da Capela	Vila Cova à Coelheira

Fonte: PMEPCVNP, Parte II, Organização, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, 2018

A distribuição dos referidos equipamentos pelo território concelhio é a apresentada no mapa a seguir.

Mapa 10 | Localização das ZCR no concelho de Vila Nova de Paiva



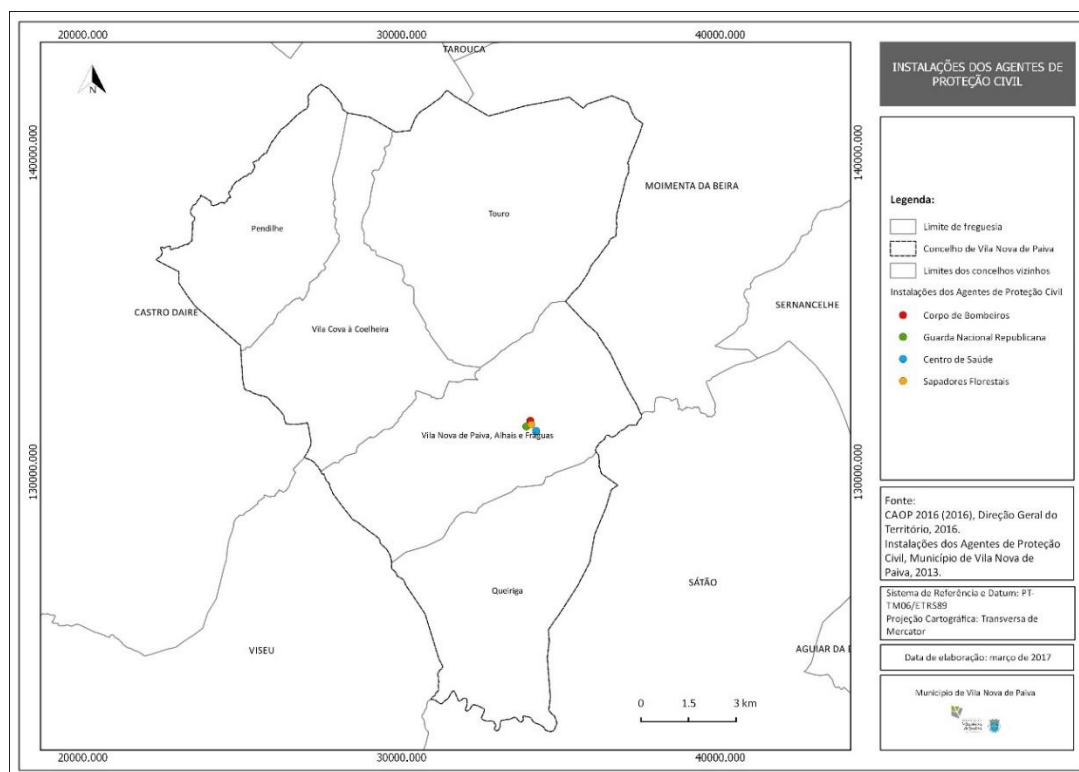
Fonte: PMEPCVNP, Parte II, Organização, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, 2018

1.2 EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS QUE ASSEGURAM AS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL

A identificação dos equipamentos onde se encontram instalados os vários agentes de proteção civil do concelho de Vila Nova de Paiva, assume um papel fundamental perante uma situação de acidente grave ou catástrofe.

No mapa seguinte estão representadas as instalações dos agentes de proteção civil, nomeadamente, Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva, GNR – Posto Territorial de Vila Nova de Paiva; UCSP de Vila Nova de Paiva e uma equipa de Sapadores Florestais (SF 26-165).

Mapa 11 | Instalações dos agentes de proteção civil do concelho de Vila Nova de Paiva



Fonte: PMEPCVNP, Parte II, Organização, Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, 2018

2 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

2.1 RISCOS NATURAIS

Consideram-se «zonas ameaçadas pelas cheias» ou «zonas inundáveis» as áreas suscetíveis de inundação por transbordo de água do leito dos cursos de água e leito dos estuários devido à ocorrência de caudais elevados e à ação combinada de vários fenómenos hidrodinâmicos característicos destes sistemas (Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto). Estas são delimitadas com base em todo o historial das maiores cheias conhecidas no concelho.

Em zonas ameaçadas pelas cheias podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i. *“prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens;*
- ii. *garantia das condições naturais de infiltração e retenção hídricas;*
- iii. *regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas;*
- iv. *estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa;*
- v. *manutenção da fertilidade e capacidade produtiva dos solos inundáveis”* (Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto).

No território concelhio em estudo, o risco de cheias e inundações destaca-se ao longo dos principais cursos de água, nomeadamente do Rio Paiva (Freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas), o Rio Vouga (Queiriga), o Rio Mau (Pendilhe) e o Rio Côvo (Touro e Vila Cova à Coelheira), bem como ao longo do Ribeiro do Rebentão (Queiriga) e da Ribeira das Mouriscas (Vila Cova à Coelheira).

As áreas de instabilidade de vertentes são as áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos (Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto).

Em áreas de instabilidade de vertentes podem ser realizados os usos e ações que não coloquem em causa, cumulativamente, as seguintes funções:

- i. *“estabilidade dos sistemas biofísicos;*
- ii. *salvaguarda face a fenómenos de instabilidade e de risco de ocorrência de movimentos de massa em vertentes e de perda de solo;*
- iii. *prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens”* (Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto).

Tendo em conta as características referidas associadas à instabilidade de vertentes, no concelho de Vila Nova de Paiva as áreas cuja suscetibilidade é maior concentram-se nas vertentes com maiores declives dos principais cursos de água, nomeadamente na parte central do concelho, ao longo do rio Côvo (entre a Senhora Alvagueira e a confluência com o rio Paiva), do rio Paiva (entre Fráguas e o limite do concelho a oeste), e da ribeira da Lapa; na parte noroeste do concelho, ao longo das encostas do rio Mau e na parte sul do concelho, nas vertentes expostas a sudeste (Monte das Antas) e ao longo do rio Vouga.

Efetivamente, considera-se que estes riscos se encontram analisados e incluídos nos sistemas que integram a REN do concelho, a proposta encontra-se em conformidade, pois foram delimitadas áreas de suscetibilidade a perigos e de risco. “Neste âmbito, os sistemas que integram a REN desempenham um papel determinante que interessa reposicionar no quadro das restrições de utilidade pública e, sobretudo, dos instrumentos de gestão territorial. (...) a REN prossegue assim um compromisso de elementar importância no ordenamento do território, no sentido de contribuir para a adaptação dos territórios e para a sua maior resiliência” (Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto). Efetivamente nas áreas de conflito entre a proposta de ordenamento com a tipologia da REN, foi realizado o exercício de proceder à sua exclusão.

Para efeitos de exclusão, não são abrangidas as tipologias das Zonas Ameaçadas pelas Cheias, os Leitos dos Cursos de Água e respetivas Margens, as Áreas de Instabilidades de Vertentes e as Escarpas, com exceção de áreas edificadas/ impermeabilizadas incidentes em Zonas Ameaçadas pelas Cheias (ZAC). Com este preceito, ocorreu a exclusão em duas áreas afetas à tipologia ZAC, porém já se encontram comprometidas, por estarem ocupadas por polidesportivo. Por orientação da APA, as áreas que possam ser excluídas da REN, especificamente as da tipologia ZAC, serão classificadas na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas, no objeto cartográfico 'Zonas inundáveis', tendo como referência o estipulado na Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, e no artigo 13.º do RJGT.

Igualmente, na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas foram incluídas as áreas excluídas da tipologia da REN 'Áreas estratégicas de infiltração de proteção e recarga de aquíferos', com vista ao cumprimento do estabelecido no artigo 38.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual, e da Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, bem como do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Contudo, adota a designação "Zonas de infiltração máxima" (regulamentadas no artigo 83º do regulamento da proposta), de forma a distinguirem-se do RJREN e permitir a aplicação das regras, medidas e condicionantes de uso do solo, de forma a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos subterrâneos.

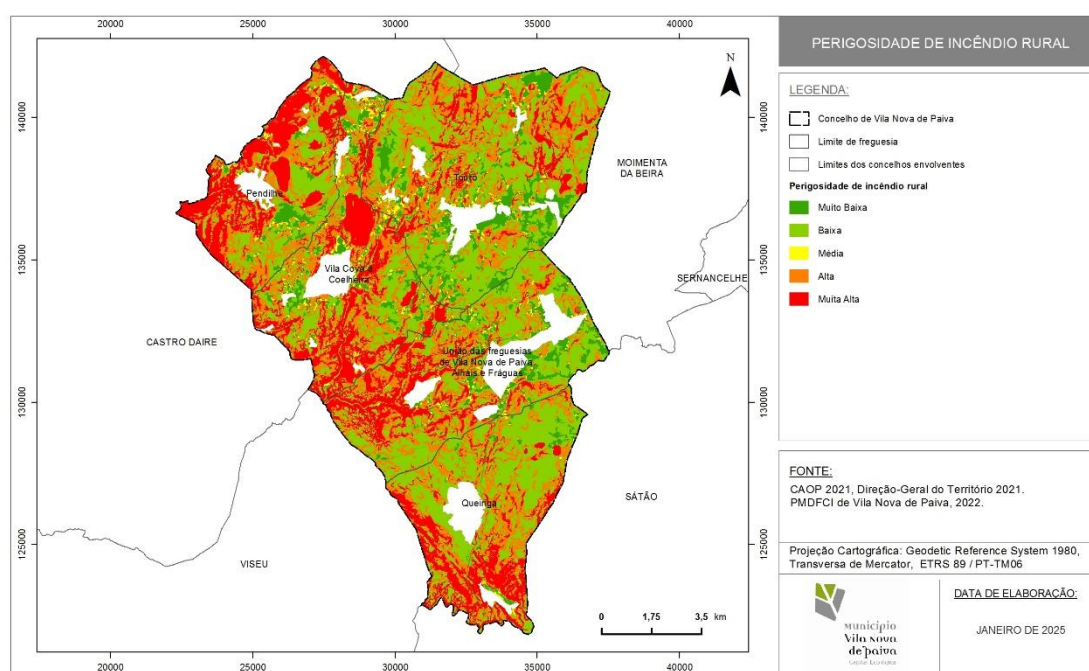
2.2 RISCOS MISTOS

Os incêndios rurais são das catástrofes naturais mais graves em Portugal, sendo um dos elementos a ter em consideração ao nível do planeamento municipal, nomeadamente do uso do solo e à compatibilização dos mesmos, devido sua elevada frequência e extensão que alcançam, e pelos efeitos destrutivos que causam.

No âmbito da perigosidade de incêndio rural, vale referir que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Vila Nova de Paiva, foi aprovado pelo Edital n.º 96/2022 na 2.ª Série do Diário da República n.º 19, de 27 de janeiro de 2022, e entrou em vigor a 28 de janeiro de 2022.

Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho, será tida em consideração na proposta de plano a Perigosidade de Incêndio Rural estabelecida no PMDFCI vigente.

Mapa 12 | Cartograma da Perigosidade de Incêndio Rural no Concelho de Vila Nova de Paiva



O Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, retificado através da Retificação n.º 39-A/2021, de 10 de dezembro e posteriormente alterado pelo Decreto de Lei n.º 119-A/2021, de 22 de dezembro, estabelece Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento. O artigo 42.º da referida lei explica que os territórios classificados com perigosidade alta ou muito alta constituem áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS), sendo que estas “constituem medidas especiais de proteção” ao mesmo tempo que “são objeto de projetos específicos nos programas

de ação de nível regional e sub-regional” (ponto 2 e ponto 4, artigo 42º). Para além disto, a divulgação das APPS situadas nos respetivos concelhos fica à responsabilidade do município.

Por consequência, sendo áreas frágeis devido à sua condição, a edificação das APPS encontra-se condicionada, sendo que nas inseridas “em solo rústico, com exceção dos aglomerados rurais, são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento e obras de edificação” (n.º 1, artigo 60.º). Excetuam-se as seguintes condições:

- a) “Obras de conservação e obras de escassa relevância urbanística (...);
- b) Obras de reconstrução de edifícios destinados a habitação própria permanente ou a atividade económica objeto de reconhecimento de interesse municipal, quando se mostrem cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições:
 - i. Ausência de alternativa de realocação fora de APPS;
 - ii. Afastamento à estrema do prédio nunca inferior a 50 m, podendo o mesmo ser obtido através de realocação da implantação do edifício, sem prejuízo de situações de impossibilidade absoluta com ausência de alternativa habitacional, expressamente reconhecidas pela câmara municipal competente;
 - iii. Medidas de minimização do perigo de incêndio rural a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 50 m em redor do edifício;
 - iv. Adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo (...);
 - v. Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivo logradouro;
- c) Obras com fins não habitacionais que pela sua natureza não possuam alternativas de localização, designadamente infraestruturas de redes de defesa contra incêndios, vias de comunicação, instalações e estruturas associadas de produção e de armazenamento de energia elétrica, infraestruturas de transporte e de distribuição de energia elétrica e de transporte de gás e de produtos petrolíferos (...);
- d) Obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:
 - i. Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS;
 - ii. Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios;
 - iii. Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;
 - iv. Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico.” (n.º 2, artigo 60º).

Também a edificação que se propõe fora faz APPS seguem alguns condicionamentos, assim, as “obras de construção ou ampliação de edifícios em solo rústico fora de aglomerados rurais, quando se situem em território florestal ou a menos de 50 m de territórios florestais devem cumprir as seguintes condições cumulativas:

- a) *Adoção pelo interessado de uma faixa de gestão de combustível com a largura de 50 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios;*
- b) *Afastamento à extrema do prédio, ou à extrema de prédio confinante pertencente ao mesmo proprietário, nunca inferior a 50 m;*
- c) *Adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, de acordo com os requisitos estabelecidos por despacho do presidente da ANEPC e a constar em ficha de segurança ou projeto de especialidade no âmbito do regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios, de acordo com a categoria de risco, sujeito a parecer obrigatório da entidade competente e à realização de vistoria;*
- d) *Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivo logradouro.*

2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, quando a faixa de gestão de combustível integre rede secundária estabelecida no programa sub-regional ou territórios não florestais, a área destes pode ser contabilizada na distância mínima exigida.

3 - Nas obras de ampliação de edifícios inseridos exclusivamente em empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural, e nas obras de construção ou ampliação de edifícios destinados exclusivamente às atividades agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal (...) ou de edifícios integrados em infraestruturas de produção, armazenamento, transporte e distribuição de energia elétrica, ou ao transporte de gás, de biocombustíveis e de produtos petrolíferos, pode o município, a pedido do interessado e em função da análise de risco subscrita por técnico com qualificação de nível 6 ou superior em proteção civil ou ciências conexas, reduzir até um mínimo de 10 m a largura da faixa prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1, desde que verificadas as restantes condições previstas no mesmo número e obtido parecer favorável da comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais, aplicando-se o disposto nos n.os 3 e 4 do artigo anterior.

4 - O disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 aplica-se também às obras de reconstrução de edifícios.” (n.º 1, 2, 3 e 4 do artigo 61.º)

Também as atividades estão condicionadas nas APPS, sendo que nos concelhos onde se verifique uma perigosidade muito elevada ou máxima, estão proibidas as atividades que justifiquem concentração populacional em território florestal, sejam atividades culturais, desportivas ou outros eventos organizados; proibida a utilização de equipamentos florestais de recreio, a utilização de aeronaves não tripuladas e outro tipo de instrumentos aéreos dirigíveis, bem como a permanência e a circulação em áreas florestais publicas

ou comunitárias, incluindo a rede viária abrangida (n.º 1, artigo 68.º). Desta lista apenas se excetuam “o acesso, circulação e permanência de residentes permanentes ou temporários e de pessoas que aí exerçam atividade profissional ou que prestem assistência a pessoas vulneráveis” bem como a “circulação de pessoas cujo acesso a residência permanente ou temporária ou a locais de trabalho não ofereça itinerários alternativos”. Para além destes, também se excluem os meios de proteção e socorro, emergência e de segurança.

A Portaria n.º 1056/2004, de 19 de agosto, determina que todas as freguesias do concelho estão enquadradas na denominada Zona Crítica de Dão-Lafões, onde se reconhece ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios. É de referir que estão incluídas nesta zona crítica os dois perímetros florestais que integram o concelho: Perímetros Florestais da Serra de S. Miguel e S. Lourenço e da Serra de Leomil.

Com vista a proceder a uma avaliação de possíveis conflitos entre áreas de perigosidade de incêndio rural nas classes alta e muito alta, incluídas nas Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) com a proposta de solo urbano. Deste exercício resultou um conjunto alargado de casos de interseção, porém grosso modo, apresentam uma área inferior a 1000 m², o que quer dizer que a maior parte dos polígonos têm uma dimensão pouco significativa, facilmente explicável pelo elevado número de pixéis isolados com classificação alta ou muito alta.

Assim, a atual proposta de revisão do PDM apresenta na Planta de Condicionantes II, a cartografia da perigosidade de incêndio rural, assim como estabelece, no presente relatório e no regulamento, regras e condicionalismos associados a edificabilidade em solo rústico, nas classes alta e muito alta de perigosidade, encontram-se demonstradas no n.º 2 do artigo 24º do Regulamento.

2.3 RISCOS TECNOLÓGICOS

No âmbito dos incêndios urbanos, o risco concentra-se nos aglomerados com maior densidade populacional, sendo que se distribui por todas as freguesias pertencentes ao concelho, sendo que se destacam as seguintes localidades: Cerdeira e Vila Cova à Coelheira; Vila Nova de Paiva e Fráguas; Lousadela e Queiriga; Touro, Póvoa e Adomingueiros; e Pendilhe.

No âmbito dos acidentes rodoviários, a suscetibilidade é mais elevada nas principais estradas do concelho, como é o caso da ER 225, EN 323 e a EN 329, algumas estradas municipais localizadas na freguesia de Touro (fator da morfologia) e na União das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas (fator da densidade populacional). Na maioria dos casos, o excesso de velocidade, proporcionado pelas características geométricas das vias, é um dos principais fatores para a ocorrência de acidentes. Outro fator de destaque é a formação sazonal de gelo.

No âmbito dos acidentes e incêndios industriais, apesar da existência de um posto de armazenamento de combustível no concelho de Vila Nova de Paiva, não existem instalações SEVESO (Decreto-Lei n.º 150/2015, 5 de agosto), nem atividades prevenção e controlo integrados da poluição condicionadas à obtenção de licença ambiental.

Apesar de não existir até agora estas instalações SEVESO, o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, indica que *“devem ser mantidas distâncias de segurança adequadas entre os estabelecimentos abrangidos pelo presente decreto-lei e as zonas residenciais, locais de utilização pública, vias de comunicação e, quando aplicável, as zonas ambientalmente sensíveis”*.

Ao nível municipal, deverão ser as câmaras municipais a assegurar a manutenção das distâncias de segurança, quando procedem à elaboração, revisão e alteração de PMOT ou ao licenciamento, autorização ou aceitação de comunicação prévia de operações urbanísticas situadas nas zonas de perigosidade dos estabelecimentos, nomeadamente de vias de circulação, de locais de utilização pública e de zonas residenciais, que possam estar na origem de um acidente grave ou aumentar o risco da sua ocorrência ou de agravar as suas consequências (n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto).

Caso os estabelecimentos, onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores ao limiar estabelecido no anexo I do Decreto-lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, encontram-se abrangidos por este regime e pelo procedimento de licenciamento ambiental, que, na sua essência, assenta sobre a minimização dos impactes negativos sobre o homem e sobre o ambiente de determinadas atividades e processos. A exploração/funcionamento das atividades abrangidas pelo procedimento de licenciamento ambiental, como sejam as atividades abrangidas pelo regime de prevenção de acidentes graves, está condicionado à obtenção de uma Licença Ambiental, que por sua vez tem como uma das condições necessárias para a sua emissão, a prévia aprovação do Relatório de Segurança.

Ainda no caso de procedimentos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), a apreciação relativa à compatibilidade de localização, nomeadamente o pedido e o parecer, bem como a consulta pública, é feita em sede de Avaliação de Impacte Ambiental aplicando-se os prazos previstos nesse regime.

Em suma, caso exista a pretensão de instalação de uma empresa que manuseie substâncias perigosas e suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, são salvaguardados pelos procedimentos a que os operadores estão sujeitos até à sua implantação, como é o caso da sujeição ao procedimento de AIA, de licenciamento ambiental, obrigatoriedade de elaboração de planos de emergência internos, entre outros.

CAPÍTULO XII - ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Peças desenhadas de referência para o capítulo
Planta de Ordenamento I – Classificação e Qualificação do solo
Planta de Ordenamento II – Salvaguardas

1 ENQUADRAMENTO

As alterações climáticas afetam o globo de forma geral e acarretam uma série de consequências que têm impacto sobre a saúde e o bem-estar das pessoas. Assim, não sendo Vila Nova de Paiva uma exceção, poderá sofrer um conjunto de impactos, quer sobre o território, quer sobre os sistemas naturais e humanos que o compõem.

Neste contexto, o território e os instrumentos de gestão territorial enfrentam desafios referentes às alterações climáticas – bem como demográficas, socioeconómicas e tecnológicas – que requerem uma atuação diferenciada e uma renovada capacidade de planejar e lidar com a incerteza (CCDR-LVT, 2019).

A 2.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva compreende a importância de abordar a temática das alterações climáticas no planeamento do ordenamento do território, o qual permitirá evidenciar as condições específicas do território concelhio bem como tomar decisões considerando a análise dos efeitos das alterações climáticas no mesmo. Por outro lado, também permitirá otimizar as respostas, evitando formas de uso, ocupação e transformação do solo que acentuem a exposição aos impactos mais significativos, tirando partido das condições específicas para providenciar soluções mais sustentáveis.

O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) publicou em 2022 o 6.º relatório de avaliação, que apresenta as evidências científicas relativas à influência da atividade humana no sistema climático, assim como o resultado de que o aquecimento global é inequívoco. O relatório do IPCC ressalta a elevada probabilidade das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) serem a principal causa do aquecimento observado no século XX, o que resultará num aumento da temperatura do sistema climático e tornará mais provável a existência de impactos irreversíveis para as populações e ecossistemas. Alerta, sobretudo, para as medidas de adaptação, dado que existem evidências crescentes de consequências negativas. O âmbito de aplicação das políticas de mitigação e de adaptação terão de garantir o envolvimento de todos no seu planeamento e avaliação.

Desde os anos 90 do século passado que o reconhecimento e a necessidade de resposta às alterações climáticas têm marcado várias iniciativas políticas - internacionais, europeias e nacionais e locais.

Das políticas internacionais destacam-se a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC, 1992) para a mitigação e a adaptação; e o Protocolo de Quioto (1997), o qual obrigou os países desenvolvidos a uma diminuição média de 5% das suas emissões durante o período de 2008-2012 em relação a 1990.

Relativamente às iniciativas de âmbito europeu, pode-se mencionar a publicação do Livro Verde – “Adaptação às alterações climáticas na Europa – Possibilidades de ação da União Europeia” (2007), Livro Branco – “Adaptação às Alterações Climáticas: Para um Quadro de Ação Europeu” (2009) e o desenvolvimento da Plataforma Europeia sobre Adaptação às Alterações Climáticas (CLIMATE-ADAPT) (2012), que constitui um instrumento interativo de suporte à adaptação às alterações climáticas.

Ao nível nacional destaca-se a aprovação do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC, 2004), posteriormente revisto em 2006 e 2008. Para além destes, Portugal foi pioneiro a nível europeu na adoção de uma Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC, 2010) e inovou no estabelecimento do Fundo Português de Carbono (FPC) enquanto instrumento financeiro do Estado para atuação na área das alterações climáticas. Com este quadro de políticas, Portugal assegurou o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de alterações climáticas no âmbito do Protocolo de Quioto.

A partir da ratificação do Acordo de Paris (2015), a comunidade internacional visa dar uma resposta global e eficaz à necessidade urgente de “travar” o aumento da temperatura média global e desenvolver estratégias diante os desafios ligados às alterações climáticas. O Acordo de Paris pretende alcançar a descarbonização das economias mundiais e estabelece como um dos seus objetivos limitar o aumento da temperatura média global a níveis bem abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C, reconhecendo que isso reduzirá significativamente os riscos e impactos das alterações climáticas.

1.1 Estratégias Nacionais de Atuação

No horizonte 2030, foi estabelecida para a UE, uma redução de emissões para 2030 de pelo menos 40% em relação a 1990 (com reduções nos setores abrangidos pelo CELE de 43% face a 2005 e de 30% nos restantes sectores), uma meta de 27% de energias renováveis e uma meta indicativa para a eficiência energética de 27%. Foi ainda estabelecida uma nova meta para as interconexões energéticas de 15% da capacidade de interligação, por forma a assegurar a plena participação de todos os Estados-Membro no mercado interno da energia.

Atualmente, os principais instrumentos da política climática nacional focam-se em duas vertentes:

- No que diz respeito à **vertente da mitigação**, salienta-se o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) e pelo Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), aprovados respetivamente, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho e Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho.
- No que se refere à **adaptação**, destacam-se a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de Julho, e o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto, estando em elaboração o projeto do Roteiro Nacional para a Adaptação 2100 (RNA 2100), focado na avaliação da vulnerabilidade do território Português às alterações climáticas a mais longo prazo.

A ENAAC 2020, prorrogada até 2025, estabelece objetivos e o modelo para a implementação de soluções para a adaptação de diferentes setores aos efeitos das alterações climáticas: agricultura, biodiversidade, economia, energia e segurança energética, florestas, saúde humana, segurança de pessoas e bens, transportes, comunicações e zonas costeiras.

O RNC 2050 com o objetivo de explorar trajetórias que conduzam à neutralidade carbónica, de identificar os principais vetores de descarbonização e de estimar o potencial de redução dos vários setores da economia nacional (energia, transportes, resíduos e agricultura, florestas). O RNC2050 demonstra que a neutralidade carbónica até 2050 é económica e tecnologicamente viável, e assenta numa redução de emissões entre 85% e 90% até 2050, face a 2005, e numa compensação das restantes emissões através do sumidouro proporcionado pelas florestas e outros usos do solo.

O P-3AC que visa implementar medidas de adaptação, identificando as intervenções físicas com impacto direto no território (segundo objetivo da ENAAC 2020). A operacionalização do P-3AC é assegurada através de duas abordagens paralelas para promover ações de adaptação, uma a curto prazo (constituição de um guia orientador com o propósito de mobilização dos instrumentos de financiamento existentes através da abertura de avisos específicos) e outra a médio prazo (também será orientador no sentido de apoiar exercícios de definição de políticas e instrumentos de política; definir referências para futuros instrumentos de financiamento; e promover a implementação de ações de carácter mais estrutural que contribuam para reduzir a vulnerabilidade do território e da economia aos impactos das alterações climáticas).

O PNEC 2030, o principal instrumento de política energética e climática para a década 2021-2030, estabelece as metas ambiciosas, mas exequíveis, para o horizonte 2030, nacionais de redução de emissões de gases com efeito de estufa (45% a 55%, em relação a 2005), de incorporação de energias renováveis (47%) e de eficiência energética (35%), interligações (15%), segurança energética, mercado interno e m investigação, inovação e competitividade e concretiza as políticas e medidas para uma efetiva aplicação das orientações constantes do RNC2050 e para o cumprimento das metas definidas. Adicionalmente, o

PNEC 2030 estabelece metas setoriais de redução de emissões de GEE, por referência às emissões registadas em 2005: 70 % no setor dos serviços; 35 % no setor residencial; 40 % no setor dos transportes; 11 % no setor da agricultura; 30 % no setor dos resíduos e águas residuais.

Recentemente foi aprovada a Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), que vem consolidar os objetivos, princípios e obrigações para os diferentes níveis de governação para a ação climática através de políticas públicas e estabelece novas disposições em termos de política climática. Este diploma vem estabelecer a obrigatoriedade de desenvolvimento de novos instrumentos da política climática: os Planos Regionais de Ação Climática e os Planos Municipais de Ação Climática (aprovados até fevereiro de 2024).

A Lei de Bases do Clima adotou, entretanto, novas metas de redução de GEE, nomeadamente:

- Eliminação dos intervalos anteriormente previstos no PNEC 2030 para as metas de 2030 e 2050, estipulando o limite máximo desse intervalo como a meta a atingir;
- Um intervalo para o sumidouro líquido de CO₂ e a ser atingido entre 2045 e 2050;
- A possibilidade de antecipação da meta da neutralidade carbónica para 2045, mediante novos estudos.

São estabelecidos variados instrumentos económicos e financeiros para a ação climática, desde o IRS Verde a programas de descarbonização da Administração Pública ou a obrigatoriedade de os agentes do sistema financeiro terem em conta o risco e impacto climático nas decisões de financiamento. Além destes instrumentos transversais, são clarificados instrumentos de política setorial do clima para os seguintes temas/sectores: transição energética, transportes, materiais e consumo, cadeia agroalimentar, estratégias de sequestro de carbono, educação climática, investigação, desenvolvimento e inovação, cooperação internacional e economia verde e transição justa.

No que se refere ao ordenamento do território, têm-se verificado a urgência em integrar nestes a temática das alterações climáticas, por se tratar de uma política pública com impacto na capacidade de adaptação do território e da sociedade aos efeitos das alterações climáticas, além de ser um meio fundamental para a concretização da adaptação às alterações climáticas.

Desta forma, a política de ordenamento do território e de urbanismo apoia-se num sistema de gestão territorial, com o qual apoia-se especialmente através:

- Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), que visa assegurar uma organização e utilização do território nacional e define os fins da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (artigo 2.º), realça-se para este efeito os seguintes: d) Aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos, combater os efeitos da

erosão, minimizar a emissão de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência energética e carbónica; j) Prevenir riscos coletivos e reduzir os seus efeitos nas pessoas e bens.

- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - RJIGT (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em redação atual) que desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, visando assegurar uma coesão territorial e a correta classificação do solo, disponibilizando um ambiente sustentável e adequadamente infraestruturado. Destaca-se que programas e planos territoriais devem identificar: b) Os recursos e valores naturais; c) As áreas perigosas e as áreas de risco; d) As áreas agrícolas e florestais; e) As áreas de exploração de recursos energéticos e geológicos; e f) A estrutura ecológica; demonstrando poder dar respostas de adaptação (formas de uso, ocupação e transformação do solo) adequada que minimizem a exposição aos impactos mais significativos.
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), que estabelece as opções com relevância para a organização do território nacional, já na proposta de alteração / revisão do PNPOT (2019) a temática das alterações climáticas assume maior relevância, quer na Estratégia Territorial, onde foram contempladas as Mudanças Climáticas, quer na ponderação de Vulnerabilidade Críticas que condicionam o Modelo Territorial, quer no Programa de Ação estabelecendo medidas e diretrizes em diversos domínios, sendo que, dos 10 Compromissos para o Território se destacam: - Adaptar os territórios e gerar resiliência; e - Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos.
- O concelho de Vila Nova de Paiva pelo é um dos 14 concelhos abrangidos pelo Plano de Ação Intermunicipal para as Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões (PIAAC-VDL, 2017) instrumento que visa definir um quadro de ação para adaptação do território da CIM de Viseu e Dão Lafões às alterações climáticas. O PIAAC- VDL pretende, assim, “promover a integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento intermunicipal e municipal”, criando uma adaptação transversal aos setores e atores, de modo a reforçar a resiliência territorial e preparando a comunidade para os desafios advindos das alterações climáticas.

2 DIRETRIZES AO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO

O planeamento e ordenamento do território tem um papel fundamental na resposta às alterações climáticas ao abordar as suas causas e as suas consequências, uma vez que, as alterações dos usos e ocupação do solo podem ter impactos no clima e as alterações climáticas podem influenciar os usos futuros do solo. Para além disso, o ordenamento do território através da gestão do uso do solo, é considerado um relevante instrumento capaz de estabelecer medidas de adaptação às alterações climáticas (ações de

mitigação ou de adaptação). No caso específico do Planeamento ao nível municipal, este confere aos governos locais um grau de legitimidade para que definam as ações climáticas no seu território (Gomes, 2017).

O grande desafio para o planeamento territorial será o de promover uma redução do grau de exposição às alterações do clima, desenvolvendo a capacidade de reduzir os acontecimentos que as provocam, impulsionando a mitigação dos GEE e, simultaneamente, a adaptação aos impactos dessas alterações (Gomes, 2017).

A adaptação climática decorre da redução, quer dos impactos, quer da vulnerabilidade do território, aumentando simultaneamente a sua capacidade de absorção desses impactos. Assim, um planeamento de adaptação climática deve estabelecer medidas com ação pró-ativa ou antecipatória, e ação reativa, que ocorre após o evento, ou seja, se a “atitude” antecipatória não for suficiente na absorção dos impactos causados pelo fenómeno climático, o plano deverá estabelecer medidas para agir de forma reativa.

De acordo com Wheeler (2008), os planos futuros de ordenamento do território desenvolvidos de forma a tentar aproximar o planeamento à adaptação para a alteração do clima devem:

- ❖ Definir objetivos que resolvam adequadamente o problema;
- ❖ Promover o enquadramento do planeamento de longo prazo em que o progresso dos objetivos deve ser monitorizado e estes revistos sempre que necessário;
- ❖ Definir um conjunto de medidas para adaptar às alterações climáticas;
- ❖ Implementar ações por meio de compromisso com recurso a regulamentos e incentivos para reduzir os impactos;
- ❖ Definir estratégias para aprofundar a consciência pública da necessidade de mudanças no seu comportamento.

Importa destacar que enquanto o “planeamento territorial com vista à adaptação não for sistemático e padronizado de acordo com algumas práticas já desenvolvidas pelos governos locais, integrando os possíveis impactos climáticos em mapas de risco do município, os novos processos de planeamento e de criação de planos não terão grande influência nas ações de planeamento local” (Gomes, 2017).

Assim, as medidas de adaptação através do ordenamento do território devem considerar, entre outros:

- ❖ Os riscos de inundação, erosão costeira, incêndios, ondas de calor e secas, ponderando os seus impactos face às alterações climáticas e estabelecendo regulamentos ao uso do solo que tenham em consideração a necessária salvaguarda de pessoas e bens.
- ❖ O design e construção de novos edifícios e planeamento dos espaços públicos que sejam resilientes às alterações climáticas, em especial as ondas de calor.

- ❖ A valorização dos serviços dos ecossistemas no âmbito de regulação climática, provisão alimentar e proteção de habitats, destacando-se a relevância de definição e concretização das Estruturas Ecológicas Municipais e Urbanas e a criação de infraestruturas verdes.
- ❖ A promoção de uma gestão eficiente dos recursos hídricos, quer em termos qualitativos quer quantitativos.

Em termos de mitigação, segundo Gomes (2017), as medidas que devem ser adotadas através do ordenamento incluem:

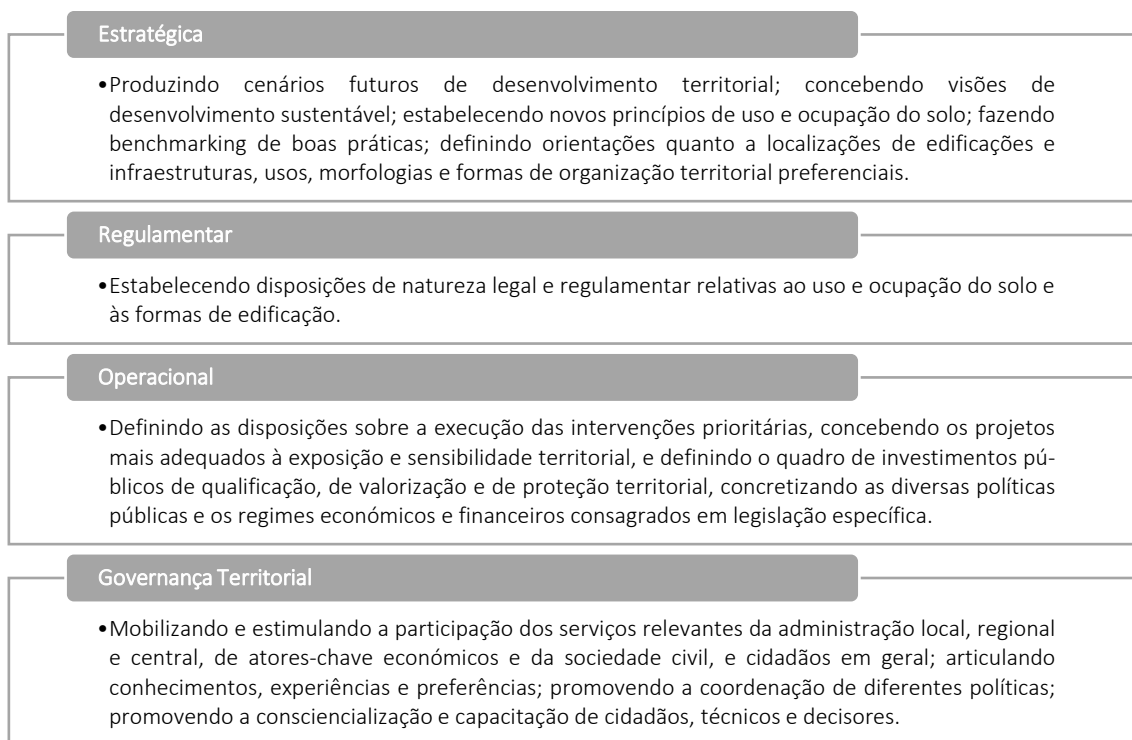
- ❖ A redução das viagens através da otimização da distribuição territorial de pessoas e das suas atividades, com a minimização da distância entre os locais de residência e os locais de trabalho, serviços e lojas, através de regulamentos dos usos do solo que, entre outros, limitem a dispersão urbana, promovam a criação de maior capacidade de transporte público e incentivem a utilização de outros meios de transporte, como bicicletas ou mesmo andar a pé.
- ❖ O desenvolvimento das fontes de energia renováveis, através do estabelecimento de critérios para a localização e exploração de parques de produção de energia a partir de fontes renováveis e de incentivos para a utilização de fontes de energia renovável nos edifícios e espaços públicos.
- ❖ A eficiência energética dos edifícios, através regulamentação das operações urbanísticas, criando incentivos para os projetos que promovam soluções mais eficientes.
- ❖ A valorização e restauração dos serviços dos ecossistemas e criação de infraestruturas verdes, numa perspetiva de potenciação da captura de carbono.

Importa destacar no âmbito do planeamento e ordenamento do território, que o planeamento do uso do solo é uma ferramenta fulcral para influenciar as emissões dos GEE, contudo verifica-se uma necessidade de determinar qual a forma ideal e capaz de mitigar os impactos humanos sobre as alterações climáticas (Gomes, 2017).

Contudo, apesar das diferentes práticas de planeamento demonstrarem caminhos comuns, ainda existem conflitos involuntários, tonando-se num desafio para a relação entre as ações de adaptação e mitigação, como por exemplo: a prática de desenho urbano em que, a necessidade de densificar os espaços urbanos na promoção da mitigação pode incompatibilizar-se com a necessidade de “bolsas” de espaço para a implementação da maioria das medidas de adaptação (Hamin, 2011).

Diante dos desafios inerentes ao planeamento e ordenamento do território, importa realçar a necessidade de desenvolver novas práticas de planeamento que se configurem mais dinâmicas e evolutivas, que considerem simultaneamente várias escalas temporais e a possibilidade de uma monitorização e avaliação efetiva.

De acordo com o ClimAdaPT. Local (2016), de uma forma geral, podem ser identificadas quatro formas principais de intervenção através do ordenamento do território ao nível municipal para promover a adaptação às alterações climáticas apresentadas no esquema a seguir.



Fonte: Adaptado do ClimAdaPT. Local (2016).

3 DIRETRIZES PARA O CONCELHO DE VILA NOVA DE PAIVA

De acordo com o P-3AC, elencam-se os principais impactos e vulnerabilidades gerais às alterações climáticas (algumas inter-relacionadas entre si), que pela sua expressão atual e tendências de agravamento futuro se considera serem passíveis de atuação prioritária com vista à sua redução ou minimização através de medidas de adaptação:

- ❖ Aumento da frequência e da intensidade de incêndios rurais;
- ❖ Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor;
- ❖ Aumento da frequência e da intensidade de períodos de secas e de escassez de água;
- ❖ Aumento da suscetibilidade à desertificação;
- ❖ Aumento da temperatura máxima;
- ❖ Aumento da frequência e da intensidade de eventos de precipitação extrema.

De acordo com o Plano de Ação Intermunicipal para as Alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões (PIAAC-VDL, 2017), as projeções climáticas apontam para um aumento de temperatura média anual, com o aumento quer das temperaturas máximas, quer das temperaturas mínimas, inclusive com o ligeiro aumento da frequência de dias muito quentes, que irá ser gradual ao longo do século, o que levará ao aumento das ondas de calor e de períodos de seca.

Relativamente à precipitação, o cenário é de uma redução generalizada, incluindo uma diminuição do número de dias de precipitação, ainda que com a previsão de uma maior intensidade, o que poderá gerar o aumento das cheias e inundações.

Para abordar a adaptação às referidas alterações, o PIAAC-VDL apoia-se em três princípios fundamentais: equidade setorial, equidade territorial e equidade intergeracional.

No âmbito do ordenamento do território, o PIAAC-VDL admite que lhe podem ser apontados seis atributos que facilitem o processo de adaptação às alterações climáticas:

- i. *“Planear a atuação sobre assunto de interesse coletivo;*
- ii. *Gerir interesses conflitantes;*
- iii. *Articular várias escalas ao nível territorial, temporal e de governança;*
- iv. *Adotar mecanismos de gestão da incerteza;*
- v. *Atuar com base no repositório de conhecimento;*
- vi. *Definir orientações para o futuro, integrando as atividades de um vasto conjunto de atores.”*

Assim sendo, este processo de adaptação pode ser promovido através de quatro métodos distintos, que devem ser considerados nos conteúdos dos planos territoriais: estratégica (definindo orientações quanto à localização de edificações e infraestruturas), regulamentar (estabelecendo disposições regulamentares legais), operacional (determinando disposições e adequações à sensibilidade territorial) e governação territorial (mobilizando, estimulando e articulando a consciencialização dos atores económicos e sociedade civil no geral).

No âmbito municipal, em 2025 foi aprovado o Plano Municipal de Ação Climática de Vila Nova de Paiva, que está alinhado com o PIAAC-VDL, e que representa uma oportunidade para alinhar e integrar as políticas e planos internacionais, europeus e nacionais ao concelho de Vila Nova de Paiva.

Este plano, identifica as vulnerabilidades do território ao clima atual, de maneira a compreender qual poderá ser a capacidade de resposta relativamente às consequências futuras de eventos climáticos extremos.

Quadro 50 | Impactos e fatores críticos face às alterações climáticas futuras

Setor	Condição futura	Impactos e fatores críticos
Agricultura	Desfavorável	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de água e capacidade de rega; Fertilidade do solo e prevenção da erosão; Gestão de risco face aos eventos externos e à maior vulnerabilidade climática; Alteração dos sistemas fitossanitários e de sanidade animal face ao crescimento de condições favoráveis a organismos prejudiciais às culturas, às plantas e aos animais; Disponibilidade de património genético animal e vegetal.
Biodiversidade	Desfavorável	<ul style="list-style-type: none"> Redução de efetivos populacionais; Disrupção do fornecimento de serviços pelos ecossistemas.
Economia	Desfavorável	<ul style="list-style-type: none"> Indústria: <ul style="list-style-type: none"> Aprovisionamento de matérias-primas; Localização geográfica das unidades/complexos industriais. Comércio e Serviços: <ul style="list-style-type: none"> O fator localização poderá implicar restrições no acesso dos cidadãos a determinados bens e serviços. Turismo: <ul style="list-style-type: none"> Forte concorrência entre destinos; Turismo de sol e praia fortemente afetado.
Energia	Desfavorável	<ul style="list-style-type: none"> Priorização do fornecimento de energia (hospitais, forças de segurança, bombeiros, entre outros); Aumentos anómalos do consumo energético face a eventos de temperatura extrema.
Florestas	Desfavorável	<ul style="list-style-type: none"> Ocorrência de incêndios; Aumento do número de pragas e de doenças; Alteração da distribuição geográfica de nichos ecológicos de espécies (perda de vitalidade de povoamentos e da produtividade dos povoamentos florestais).
Recursos hídricos	Desfavorável	<ul style="list-style-type: none"> Redução da disponibilidade de água para abastecimento e rega.
Saúde humana	Desfavorável	<ul style="list-style-type: none"> Doenças associadas à poluição do ar e aeroalergénios; Alterações na distribuição e incidência de doenças transmitidas por vetores; Alterações da disponibilidade e qualidade da água e toxico-infeções.
Segurança de pessoas e bens	Desfavorável	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do risco de catástrofes derivadas de fenómenos climáticos extremos (cheias, ondas de calor, entre outros).
Transportes e comunicações	Desfavorável	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de se registarem, com crescente frequência, fenómenos meteorológicos muito severos que, eventualmente, possam atingir diversas infraestruturas de transportes.

Fonte: PMAC Vila Nova de Paiva, 2025:39-40.

Para além destas, e considerando a necessidade de respostas do ordenamento do território aos desafios das alterações climáticas e tendo em conta as capacidades e limitações de intervenção do planeamento territorial no desenvolvimento da sociedade e no conteúdo material e documental do PDM, foram

selecionadas áreas temáticas com indicação de medidas de adaptação e mitigação a considerar na revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, visando dar resposta do ordenamento do território às alterações climáticas.

Quadro 51 | Áreas temáticas das alterações climáticas e as respostas destas na inserção do planeamento do PDM de Vila Nova de Paiva

Área Temática	Objetivo	Resposta ao PDM de Vila Nova de Paiva	Opções de Adaptação	Formas de Integração
Riscos / Resiliência Territorial	Conhecer e mapear os riscos e considerar os impactos atuais e futuros das alterações climáticas	Estima-se que os riscos atuais sejam agravados com as alterações climáticas pelo que é fundamental conhecer e mapear as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, regulamentar os usos interditos, permitidos e condicionados, na ótica da precaução, prevenção e adaptação e apontar medidas de atuação concretas e operacionalizáveis, a incluir: a identificação de elementos expostos sensíveis a realocar; o uso de soluções verdes, recorrendo aos serviços e funções dos ecossistemas; o desenvolvimento de soluções tecnológicas e/ou construtivas para proteção.	Monitorização da EMAAC prevendo a revisão de objetivos e riscos.	<p>❖ Relatório de Fundamentação: prever opções estratégicas.</p> <p>❖ Relatório Ambiental: prever como critério ou indicadores de avaliação ambiental, e como indicador de monitorização.</p>
			Monitorização do cumprimento das servidões e restrições de uso do solo estabelecidas, em particular no referente aos recursos naturais (e.g.: zonas ameaçadas por cheias, recursos agrícolas, florestais e ecológicos.).	<p>❖ Relatório Ambiental: prevê como aspeto crítico para minimizar efeitos negativos no ambiente.</p>

Área Temática	Objetivo	Resposta ao PDM de Vila Nova de Paiva	Opções de Adaptação	Formas de Integração
			Criação / reforço de espaços verdes, particularmente nas áreas urbanas.	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Regulamento: estabelecer índices e/ou indicadores e/ou parâmetros de referência, urbanísticos e/ou de ordenamento. ❖ Planta de Ordenamento: delimitação de espaços verdes. ❖ Programa de Execução: prever a reabilitação e criação de espaços verdes.
Mobilidade Sustentável	Otimização da distribuição territorial de pessoas e suas atividades, visando a redução de deslocamentos e a opção por modos de transporte mais sustentáveis	<p>O planeamento urbano poderá desempenhar um papel relevante na conceção de um modelo de cidade que emita menos GEE, seja através da poupança energética, seja através de recurso a formas urbanas mais sustentáveis, que rentabilizem os recursos.</p> <p>A organização espacial com mistura de usos e a densidade dos núcleos urbanos são fatores muito relevantes no papel que as cidades desempenham em termos de mitigação, na medida em que o aumento da densidade reduz o consumo energético para climatização em edifícios; e potencia uma mobilidade menos emissora de GEE e de poluentes atmosféricos.</p> <p>Um espaço urbano de usos mistos, tendencialmente mais denso, integrado no que se designa por urbanismo de proximidade, em que se conjugam as várias funções urbanas, diminuindo as distâncias entre elas e promovendo espaços de encontro, é mais provável que influencie opções por modos de deslocação mais sustentáveis, estimulando o uso de transportes públicos e o recurso a modos suaves.</p>	Definição de categorias de solo, com as regras de ocupação e utilização do solo, estabelecendo o aproveitamento do solo em função do uso dominante e estimulando utilizações complementares e compatíveis que favoreçam a multifuncionalidade e do uso do solo.	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Regulamento: estabelecer categorias e utilizações do uso do solo compatíveis com o uso dominante. ❖ Planta de Ordenamento: identificação das categorias. ❖ Relatório Ambiental: verificar a compatibilidade e dos usos do solo.

Área Temática	Objetivo	Resposta ao PDM de Vila Nova de Paiva	Opções de Adaptação	Formas de Integração
Serviços dos ecossistemas	Proteger e valorizar os serviços dos ecossistemas	<p>A ocupação e transformação do uso do solo tem vindo a causar uma redução acentuada na extensão dos habitats naturais e um aumento do seu nível de fragmentação, o que constitui uma ameaça à biodiversidade e tem afetado negativamente as funções desempenhadas pelos ecossistemas na produção de bens e serviços indispensáveis às sociedades humanas.</p> <p>Entre estes bens e serviços enquadram-se a formação e manutenção do solo, o controlo de pragas e doenças, a melhoria da qualidade do ar e da água, a produção de alimentos, entre outros, nomeadamente serviços de regulação climática e captura de carbono, fundamentais no quadro dos atuais cenários de alterações climáticas.</p> <p>Assim, será fundamental melhorar o conhecimento sobre os ecossistemas e seus serviços, procedendo à sua cartografia e avaliação e promover a sua integração nos processos de ordenamento do território tendo em vista a sua proteção e valorização, incluindo do ponto de vista económico.</p> <p>Nesta perspetiva, enquadra-se a necessidade de serem estabelecidas prioridades para a recuperação e promoção da utilização de infraestruturas verdes como uma rede ecologicamente coerente e estrategicamente planeada, com objetivo de melhorar o estado de conservação dos ecossistemas e sua resiliência e contribuem para a conservação da biodiversidade e benefício das populações.</p>	Incentivo ao uso de práticas e de infraestruturas verdes como cisternas, telhados verdes, hortas urbanas.	<p>❖ Regulamento: prever normas de incentivo inerentes à adoção de modos de construção mais sustentáveis.</p> <p>❖ Relatório de Fundamentação: o: prever como opção estratégica e como forma de implementação da EEM.</p>
			Realização e implementação de um Plano de Ação Anual para a limpeza e manutenção das linhas de água e das galerias ripícolas.	<p>❖ Relatório de Fundamentação: o: prever como opção estratégica.</p> <p>❖ Programa de Execução: prever como intervenção prioritária do Município.</p> <p>❖ Plano de Financiamento: prever o investimento.</p>
			Promover a plantação de espécies autóctones.	<p>❖ Transpor orientações do quadro estratégico dos IGT de âmbito regional: programas regionais.</p> <p>❖ Relatório de Fundamentação: o: prever nas opções estratégicas.</p> <p>❖ Relatório Ambiental: prever como aspeto crítico para minimizar efeitos negativos no ambiente.</p>

Área Temática	Objetivo	Resposta ao PDM de Vila Nova de Paiva	Opções de Adaptação	Formas de Integração
Aproveitamento de fontes de energia renovável	Aposta na produção de energia a partir de fontes de energia renovável reduz a necessidade de importar combustíveis fósseis e permitirá uma redução de emissão de GEE.	Segundo o Relatório de Estado do Ambiente, Portugal foi, em 2016, o terceiro país da UE-28 com maior incorporação de energias renováveis na produção de energia elétrica. Esta posição deve-se sobretudo ao contributo das fontes hídrica e eólica. Em 2017, a produção eólica foi responsável por 50,8% da energia elétrica produzida, seguindo-se a componente hídrica. Neste quadro, importará preparar os IGT, quer através da identificação de áreas com potencial energético endógeno, quer através do estabelecimento de diretivas de planeamento e da regulamentação de condições e critérios para a exploração, armazenamento e transporte de energia produzida a partir de fontes renováveis. Importa também incentivar e regulamentar o aproveitamento de energias renováveis em meio urbano, em particular aplicadas em edifícios e estruturas urbanas.	Monitorização da implementação do Plano de Ação para a Energia Sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Regulamento: prever normas de incentivo inerentes à adoção de energias renováveis associadas a edifícios. ❖ Relatório de Fundamentação: prever nas opções estratégicas. ❖ Relatório Ambiental: prever como critério ou indicadores de avaliação ambiental, e como indicador de monitorização.

Área Temática	Objetivo	Resposta ao PDM de Vila Nova de Paiva	Opções de Adaptação	Formas de Integração
Eficiência ambiental (energética, hídrica, de solo e materiais)	Reduzir o consumo de recursos primários	<p>As políticas e medidas destinadas a incrementar a eficiência ambiental (otimização da utilização dos recursos naturais primários (energéticos, hídricos, solo e materiais)), constituem um vetor fundamental para fazer face às alterações climáticas, seja do ponto de vista da adaptação, promovendo a eficiente utilização de recursos limitados, seja do ponto de vista da mitigação, porquanto contribuem para a redução do consumo energético e inerente redução de emissões de CO₂.</p> <p>Os instrumentos de planeamento territorial, através do estabelecimento de opções de uso do solo e padrões de funcionamento e organização do território que potenciem a concentração e reabilitação urbana e economias de partilha, poderão contribuir para a concretização destes objetivos.</p> <p>Esta contribuição poderá também passar pelo estabelecimento de regras e parâmetros para o licenciamento das operações urbanísticas que incentivem a adoção de soluções de eficiência energética, hídrica e de materiais nos novos desenvolvimentos territoriais ou na reabilitação e reestruturação de preexistências, assegurando a transição para um modelo de neutralidade carbónica e a introdução de fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação dos recursos, num processo integrado (economia circular).</p>	Desenvolvimento e implementação de um plano de ação para aproveitamento das águas pluviais e reutilização de água residual tratada para diversos usos (e.g.: rega, limpeza de jardins).	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Relatório de Fundamentação: prever como opção estratégica. ❖ Programa de Execução: prever como intervenção prioritária do Município. ❖ Plano de Financiamento: prever o investimento.

Área Temática	Objetivo	Resposta ao PDM de Vila Nova de Paiva	Opções de Adaptação	Formas de Integração
	Contenção da dispersão urbana	A realidade da ocupação dispersa e fragmentada constitui uma realidade crescente e ocupa relevantes áreas do território. Ao aplicar as ações necessárias para limitar a dispersão urbana, trava-se o incentivo a novas construções em novas áreas e a crescente dependência do automóvel individual. Além disso, a multifuncionalidade e a diversidade de usos reduz a necessidade de usar o veículo privado, levando a níveis de congestionamento automóvel e poluição mais baixos, facilitando as viagens pedonais e em bicicleta e, consequentemente, criando bairros mais vivos e com menor impacto ambiental.	<p>Promoção de ações de requalificação e reabilitação urbana.</p> <p>Aproveitamento de áreas intersticiais.</p>	<p>❖ Regulamento: prever normas inerentes à adoção de promoção / incentivo à reabilitação urbana (público e privado).</p> <p>❖ Relatório de Fundamentação: prever nas opções estratégicas.</p> <p>❖ Programa de Execução: prever como intervenção prioritária do Município.</p> <p>❖ Plano de Financiamento: prever o investimento para ações de reabilitação e requalificação.</p>

CAPÍTULO XIII – CONDICIONANTES

Peças desenhadas de referência para o capítulo
Plantas de Condicionantes I – Condicionantes Gerais
Plantas de Condicionantes II - Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança e Serviços Administrativos do SGIFR
Plantas de Condicionantes III – Reserva Ecológica Nacional

1 SERVIÇOS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 97.º do RJIGT, o PDM é constituído por uma planta de condicionantes, onde se encontram identificadas *“as servidões e restrições de utilidade pública em vigor, que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento”*.

Conforme a extinta Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), na sua publicação denominada *“Serviços e Restrições de Utilidade Pública”* (2011), entende-se por servidão administrativa *“o encargo imposto por disposição da lei sobre certo prédio em proveito da utilidade pública de uma coisa. No entanto, este conceito tem evoluído na medida em que, por um lado, a servidão administrativa pode incidir sobre imóvel não considerado prédio ou até sobre um direito e, por outro lado, as servidões administrativas também podem ser constituídas por atos administrativos praticados para o efeito”*. É igualmente importante ter em consideração as principais características destas servidões administrativas, designadamente por:

- ❖ Resultarem de uma imposição legal ou de um ato administrativo praticado por determinada entidade administrativa com competência para tal;
- ❖ Terem subjacente um fim de utilidade pública;
- ❖ Não serem obrigatoriamente constituídas a favor de um prédio, podendo ser constituídas a favor de entidade beneficiária ou de uma coisa;
- ❖ Poderem recair sobre coisas do mesmo dono;
- ❖ Poderem ser negativas (proibir ou limitar ações) ou positivas (obrigar à prática de ações);
- ❖ Serem inalienáveis e imprescindíveis; e
- ❖ Cessarem com a desafetação dos bens onerados ou com o desaparecimento da função de utilidade pública para o qual foram constituídas.

Por sua vez, o conceito de restrição de utilidade pública deve ser entendido como *“toda e qualquer limitação sobre o uso, ocupação e transformação do solo que impede o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno, sem depender de qualquer ato administrativo uma vez que decorre diretamente da Lei”* (DGOTDU, 2011).

Neste contexto, as servidões e restrições de utilidade pública que interferem diretamente com uso do solo do concelho de Vila Nova de Paiva, encontram-se devidamente identificadas na Planta de Condicionantes I e II. A análise desta planta deverá fazer-se conjuntamente com a Planta de Ordenamento, de forma a obter-se uma leitura homogênea dos encargos, condicionantes ou limitações relativas ao uso, ocupação ou transformação do solo, que irão condicionar as iniciativas particulares ou os atos publico-administrativos.

No que ainda diz respeito às servidões administrativas e restrições de utilidade pública, importa referir, que se aplicam os respetivos regimes jurídicos, excetuando nos casos onde exista incompatibilidade, onde prevalecem sobre as regras estabelecidas para o uso das áreas por elas abrangidas, independentemente da sua representação na Planta de Condicionantes.

As servidões e restrições de utilidade pública identificadas no concelho de Vila Nova de Paiva correspondem às que, à data estão em vigor e que instituem alguma limitação ou impedimento a qualquer forma de intervenção no concelho. Refira-se que a identificação dos elementos teve por base o guia da DGOTDU “Servidões e Restrições de Utilidade Pública”, assim como as respostas das entidades à solicitação da informação para a planta de condicionantes. Neste contexto, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública com incidência no concelho de Vila Nova de Paiva são as seguintes:

Quadro 52 | Servidões e restrições de utilidade pública com incidência no concelho de Vila Nova de Paiva

Servidões e restrições de utilidade pública		
RECURSOS NATURAIS	Recursos hídricos	Domínio hídrico
	Recursos geológicos	Concessões Mineiras em Recuperação Ambiental
	Recursos agrícolas	Reserva Agrícola Nacional
		Obras de Aproveitamento Hidroagrícola
	Recursos florestais	Espécies Florestais Protegidas por Regime Legal
		Regime Florestal
		Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança
		Servidões administrativas SGIFR
	Recursos ecológicos	Reserva Ecológica Nacional

Servidões e restrições de utilidade pública		
		Rede Natura 2000
PATRIMÓNIO	Património cultural	Imóveis classificados ou em vias de classificação
INFRAESTRUTURAS	Infraestruturas	Rede elétrica de alta e muito alta tensão
		Rede Rodoviária Nacional e Estradas Regionais
		Estradas e Caminhos Municipais
		Rede Geodésica

2 RECURSOS NATURAIS

2.1 RECURSOS HIDRICOS

2.1.1 DOMÍNIO HÍDRICO

O Domínio Hídrico (DH) diz respeito ao conjunto de bens que pela sua natureza são considerados de uso público e de interesse geral e por essa razão o estabelecimento de um regime de carácter especial aplicável a qualquer utilização ou intervenção das parcelas de terrenos localizados nos leitos das águas do mar, correntes de água, lagos e lagoas bem como as respetivas margens e zonas adjacentes a fim de os proteger (adaptado de DGOTDU, 2011). Nas áreas de domínio público hídrico deve garantir-se o acesso universal à água e a passagem ao longo das águas. Nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 11 de janeiro e alterada pelas Leis n.ºs 78/2013, de 21 de novembro, 34/2014, de 19 de junho e 31/2016, de 23 de agosto), e dos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 11-A/2006, de 23 de fevereiro, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março, 130/2012, de 22 de junho e pelas Leis n.ºs 42/2016, de 28 de dezembro e 44/2017, de 19 de junho), os recursos hídricos são constituídos por todas as águas subterrâneas ou superficiais, leitos e margens respetivos, zonas de infiltração máxima, zonas adjacentes e zonas protegidas.

Em matéria da titularidade dos recursos hídricos, o n.º 1 do artigo 1.º, da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, estabelece que o domínio hídrico público engloba as águas e os respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e as zonas protegidas. Em função da titularidade dos recursos hídricos classificam-se como recursos dominiais, ou pertencentes ao domínio público, e como recursos patrimoniais, pertencentes a entidades públicas ou particulares.

Ainda de acordo com o n.º 1 do artigo 12.º do mesmo diploma legal, os leitos e margens de águas públicas são *“particulares, sujeitos a servidões administrativas: (...) que forem objeto de desafetação e ulterior alienação, ou que tenham sido, ou venham a ser, reconhecidos como privados por força de direitos adquiridos anteriormente, ao abrigo de disposições expressas desta lei, presumindo-se públicos em todos os demais casos”*. Por sua vez, o n.º 2 do artigo 21.º é estabelecido que nessas áreas *“não é permitida a execução de quaisquer obras permanentes ou temporárias sem autorização da entidade a quem couber a jurisdição sobre a utilização das águas públicas correspondentes”*.

Na delimitação dos leitos e margens das águas fluviais considerou-se a base cartográfica homologada, com o devido ajustamento, quando não coincidente, aos cursos de água demarcados no âmbito do processo de elaboração da REN Bruta (Figura 3).

LEGENDA





-  Leitos e margens das águas fluviais
- Cartografia de base homologada**
-  Hidrografia
- Cursos de água da REN**
-  Leito (linha)
-  Leito (polígono)

Figura 3 | Hidrografia da cartografia de base homologada ajustada aos cursos de água da REN



Mais se informa que quando o curso de água da REN estava representado cartograficamente por polígono, este foi considerado ao invés da linha representada na cartografia de base homologada (Figura 4).

Figura 4 | Hidrografia (linha) da cartografia de base homologada ajustada aos cursos de água (polígono) da REN



Ademais desta compatibilização, foram corrigidas lacunas/omissões para que a rede hidrográfica se apresente coerente, nomeadamente por haver descontinuidade entre as linhas de água, tendo por base o recurso a fotointerpretação (DGT, 2018) e a cartografia militar (Figura 5).

Figura 5 | Hidrografia da cartografia de base homologada aferida quando sem continuidade



Sucedeu ainda que houve a necessidade de se estender a representação das linhas de água para além dos limites administrativos, para assegurar que a margem fosse representada integralmente no território de Vila Nova de Paiva, mesmo que o troço do curso de água não se situe no mesmo (Figura 6).

Figura 6 | Hidrografia da cartografia de base homologada estendida para além dos limites administrativos



Identificação:

- ❖ Leitões e margens das águas fluviais. No caso específico do concelho de Vila Nova de Paiva, a margem aplicável é de 10 metros em toda a extensão do domínio hídrico.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ Lei n.º 54/2005, de 29 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006 de 16 de janeiro e alterada pelas Leis n.os 78/2013, de 21 de novembro, 34/2014, de 19 de junho e

31/2016, de 23 de agosto: estabelece a titularidade dos recursos hídricos, englobando as águas e “os respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas”. Condiciona as margens das águas não navegáveis nem fluviáveis com uma largura de 10 metros, sendo a ocupação e utilização condicionada à aprovação da Agência Portuguesa do Ambiente.

- ❖ **Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 11-A/2006, de 23 de fevereiro, alterado pelo Decretos-Leis n.os 60/2012, de 14 de março, 130/2012, de 22 de junho e pelas Leis n.os 42/2016, de 28 de dezembro e 44/2017, de 19 de junho:** aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas. Estabelece a restrição à área do limite da margem até à linha alcançada pela maior cheia, com período de retorno de 100 anos, ou de uma faixa de 100 metros para cada lado da linha da margem do curso de água quando se desconheça aquele limite.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, alterado pelos Decretos-Lei n.os 391-A/2007, de 21 de dezembro, 98/2008, de 4 de junho, 107/2009, de 15 de maio, 245/2009, de 22 de setembro, 82/2010, de 2 de julho e pelas Leis n.os 44/2012, de 29 de agosto, 12/2018, de 2 de março e 97/2018, de 27 de novembro:** estabelece o regime jurídico de utilização dos recursos hídricos.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de outubro:** estabelece o procedimento de delimitação do domínio público hídrico.
- ❖ **Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro:** fixa as regras do regime jurídico de utilização dos recursos hídricos.

Entidade da Tutela

- ❖ Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

2.2 RECURSOS GEOLÓGICOS

2.2.1 CONCESSÕES MINEIRAS EM RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

As áreas minerais abandonadas localizadas na zona de influência de antigas explorações mineiras desativadas (exploração iniciada, antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março) que constituem um fator de risco potencial para a saúde humana ou para a preservação do ambiente e que justifica a intervenção do Estado. Neste contexto e de acordo o disposto no Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, “constitui um dever fundamental do Estado a recuperação das áreas degradadas no território nacional, consagrado, aliás, na Lei n.º 11/87, de 7 de abril (Lei de Bases do Ambiente)”.

Não estando o Estado per si vocacionado para a realização de ações de recuperação e monitorização ambiental de áreas minerais degradadas, concessionou a recuperação ambiental destas áreas a uma empresa pública, ficando desta forma, as referidas áreas sujeitas a possíveis constrangimentos decorrentes do contrato celebrado entre Estado e a empresa concessionária.

Estes espaços constituem um fator de risco potencial para a saúde humana e para a preservação do ambiente, tornando-se assim premente que se conclua a recuperação ambiental destas áreas.

Identificação:

- ❖ No concelho de Vila Nova de Paiva, foi identificada uma área cuja recuperação ambiental que já foi concluída pela EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro: Lagares – Rebentão (Queiriga).

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março, revogado pela Lei n.º 54/2015, de 22 de junho:** estabelece o regime do aproveitamento dos recursos geológicos, definindo que deve estabelecer-se uma Zona de Defesa, onde fica vedada a exploração de massas minerais, em terrenos que circundem “edifícios, obras, instalações, monumentos, acidentes naturais, áreas ou locais classificados de interesse científico ou paisagístico”.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho:** Estabelece o regime jurídico de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas minerais degradadas.

Entidade da Tutela:

- ❖ Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

2.3 RECURSOS AGRÍCOLAS

2.3.1 RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, ao “*ao conjunto das áreas que, em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola*”. Neste contexto, e de forma a proteger o recurso solo e a contribuir para o seu uso sustentado, o n.º 1 do artigo 20.º do referido diploma legal estabelece que nas “*áreas da RAN devem ser afetadas à atividade agrícola e são áreas non aedificandi, numa ótica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural*”.

Considerando o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, nestas áreas ficam interditas “todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da atividade agrícola”, nomeadamente:

- ❖ *“Operações de loteamento e obras de urbanização, construção ou ampliação, com exceção das utilizações previstas no artigo seguinte;*
- ❖ *Lançamento ou depósito de resíduos radioativos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar e deteriorar as características do solo;*
- ❖ *Aplicação de volumes excessivos de lamas nos termos da legislação aplicável, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes;*
- ❖ *Intervenções ou utilizações que provoquem a degradação do solo, nomeadamente erosão, compactação, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade, poluição e outros efeitos perniciosos;*
- ❖ *Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos;*
- ❖ *Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos”.*

Determina o RJRAN que as áreas da RAN são obrigatoriamente identificadas na planta de condicionantes dos PMOT, sendo esse o meio de publicitação e de vinculação dos particulares.

Identificação:

- ❖ Com o início do processo da revisão do PDM, procedeu-se à redelimitação da RAN, nos termos da metodologia da anterior DRAPN, hoje sobre competência da CCDR-C, I.P., estando presente na Planta de Condicionantes I a RAN Final, aprovada pela tutela.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro:** aprova o regime jurídico da RAN, revogando o Decreto-Lei n.º 16/89, de 14 de junho, estabelecendo as ações interditas a estes territórios e os seus regimes de execução, assim como as utilizações para outros fins que não agrícolas.
- ❖ **Portaria n.º 162/2011, de 18 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2011, de 23 de maio:** estabelece os limites e as condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN.

Entidade da Tutela

- ❖ Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural;
- ❖ Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro.

2.3.2 OBRAS DE APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA

Os aproveitamentos hidroagrícolas regem-se pelo regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola (RJOAH), Decreto-Lei nº 269/82, de 10 de julho, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº 86/2002, de 6 de abril.

São consideradas de fomento hidroagrícola as obras de aproveitamento de águas do domínio público para rega, enateiramento ou colmatagem, drenagem, enxugo e defesa dos terrenos para fins agrícolas, adaptação ao regadio das terras beneficiadas, melhoria de regadios existentes e a conveniente estruturação agrária.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ No que respeita à proteção das infraestruturas dos aproveitamentos hidroagrícolas, referir que o artigo 35º do Decreto Regulamentar n.º 84/82 de 4 de novembro, indica que nenhum beneficiário, sem prejuízo do que a lei determinar quanto a certas espécies, poderá efetuar plantações de árvores a menos de 5 m dos elementos das redes de rega e de enxugo.

Entidade da Tutela

- ❖ Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.
- ❖ Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro.

2.4 RECURSOS FLORESTAIS

2.4.1 ESPÉCIES FLORESTAIS PROTEGIDAS POR REGIME LEGAL

As medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira são estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual. De acordo com a alínea q) do artigo 1.º do referido Decreto-Lei entende-se por povoamento de sobreiro, de azinheira ou misto *“a formação vegetal com área superior a 0,50 ha e, no caso de estruturas, com largura superior a 20 m, onde se verifica presença de sobreiros ou azinheiras associados ou não entre si ou com outras espécies, cuja densidade satisfaz os seguintes valores mínimos:*

- i) 50 árvores por hectare, no caso de árvores com altura superior a 1 m, que não atingem 30 cm de perímetro à altura do peito;
- ii) 30 árvores por hectare, quando o valor médio do perímetro à altura do peito das árvores das espécies em causa se situa entre 30 cm e 79 cm;
- iii) 20 árvores por hectare, quando o valor médio do perímetro à altura do peito das árvores das espécies em causa se situa entre 80 cm e 129 cm;

- iv) *10 árvores por hectare, quando o valor médio do perímetro à altura do peito das árvores das espécies em causa é superior a 130 cm”*

Nos povoamentos de sobreiro e azinheira, não são permitidos:

- ❖ *Conversões, salvo as que visem empreendimentos de imprescindível utilidade pública, empreendimentos com relevante e sustentável interesse para a economia local e alterações ao regime de talhadia;*
- ❖ *Corte ou arranque de sobreiros e azinheiras em povoamento ou isolados, sem devida autorização;*
- ❖ *Alterações de uso do solo, por um período de 25 anos, em áreas ocupadas por povoamentos de sobreiro e azinheira que tenham sofrido conversões por: i) terem sido percorridas por incêndios; ii) terem sido realizados cortes ou arranques não autorizados; e iii) ter ocorrido anormal mortalidade ou depreciação do arvoredado em consequência de ações ou intervenções por qualquer forma prejudiciais;*
- ❖ *No terreno onde tenha ocorrido o corte ou arranque ilegal de sobreiros e azinheiras, por um prazo de 25 anos, a conversão não seja imprescindível à utilidade pública, operações relacionadas com edificação, alterações à morfologia do solo ou do coberto vegetal e o estabelecimento de quaisquer novas atividades, designadamente agrícolas, industriais ou turísticas.*

No caso das formações vegetais com área igual ou inferior a 0,50 ha e, no caso das estruturas lineares, àquelas que tenham área superior a 0,50 ha e largura igual ou inferior a 20 m, onde se verifique a presença de sobreiros ou azinheiras associados entre si ou com outras espécies, cuja densidade respeite o estabelecido pela alínea q) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual, que revelem valor ecológico elevado de acordo com os critérios da tutela, aplica-se o disposto no diploma legal que estabelece as medidas de proteção do sobreiro e à azinheira.

Relativamente ao azevinho, sendo atualmente raros os locais onde é possível encontrá-lo de forma espontânea, este constitui uma espécie a proteger. O Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de dezembro, estabelece o enquadramento legal de proteção do azevinho, que proíbe, em todo o território do continente, o arranque, corte total ou parcial, o transporte ou venda do azevinho espontâneo (*Ilex aquifolium* L.), exceto quando é indispensável à realização de obras públicas ou privadas de interesse geral, sendo estas ações fiscalizadas pela entidade competente.

Identificação:

- ❖ Sobreiro, azinheira e azevinho.
- ❖ Corresponde a uma condicionante não cartografada, pelo que a aplicação desta servidão decorre da lei geral, uma vez que não existe registo cartográfico desta espécie que possibilite a sua representação cartográfica

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Decreto-Lei n.º 423/1989, de 4 de dezembro:** estabelece as medidas de proteção ao azevinho espontâneo, *Ilex aquifolium* L. e proíbe o arranque, corte total parcial e a venda do azevinho espontâneo à exceção, mediante licenciamento, indispensável à realização de obras públicas ou privadas de interesse geral.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho:** define as medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira. O arranque ou o corte das espécies em questão, em povoamentos isolados, implica a autorização e a afetação do solo a outros fins fica interdita por 25 anos, nos casos em que os povoamentos sejam destruídos ou fortemente depreciados por intervenção legal.

Entidade da Tutela:

- ❖ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)

2.4.2 REGIME FLORESTAL

Segundo o Decreto de 24 de dezembro de 1901 (publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de Dezembro), o Regime Florestal corresponde ao conjunto de disposições destinadas a assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias, no litoral marítimo (parte IV, artigo 25.º, do Decreto de 24 de dezembro de 1901).

Identificação:

- ❖ **Perímetro Florestal da Serra de Leomil:** No concelho de Vila Nova de Paiva, o Perímetro Florestal ocupa uma área de 3.642,11ha, abrangendo a maioria das freguesias a exceção de Queiriga.
- ❖ **Perímetro Florestal de São Miguel e São Lourenço:** No concelho de Vila Nova de Paiva, o Perímetro Florestal ocupa uma área de 798,12ha na porção Sul do território, nas freguesias de Queiriga e Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Lei n.º 1971, de 15 de julho de 1938:** estabelece as Bases do Povoamento Florestal – Lei do Povoamento Florestal – Regime Florestal.
- ❖ **Decreto de 24/12/1901:** aprova o regime florestal.
- ❖ **Decreto de 24/12/1903:** regulamenta a execução do regime florestal.
- ❖ **Decreto de 11/07/1905:** define as instruções sobre o regime florestal nos terrenos e matas de particulares.

- ❖ **Decreto n.º 39964, Diário da República N.º 277, 1ª Série:** estabelece o Perímetro Florestal da Serra de Leomil.
- ❖ **Decreto de 27 de novembro de 1941, publicado no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 285, de 8 de dezembro de 1941:** afeta como regime florestal parcial ao Perímetro Florestal de São Miguel e São Lourenço.

Entidade da Tutela:

- ❖ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.).

2.4.3 ÁREAS PRIORITÁRIAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA

Devido à elevada abrangência dos espaços florestais no território nacional, que constituem dois terços da sua área, e a maior consciencialização dos efeitos nefastos que os incêndios provocam na floresta portuguesa, são crescentes as medidas e políticas de defesa da floresta contra incêndios com uma perspetiva holística da gestão do território.

De acordo com Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e estabelece as suas regras de funcionamento. O referido diploma indica que *“a perigosidade de incêndio rural identifica os territórios onde os incêndios são mais prováveis e podem ser mais severos, orientando as intervenções de redução da carga combustível e o condicionamento ao incremento de valor em áreas onde a sua exposição implique perdas com elevada probabilidade, sendo avaliada a nível nacional”* (n.º 3 do artigo 41º).

A carta de perigosidade de incêndio rural obrigatoriamente deverá ser integrada na planta de condicionantes dos planos territoriais, conforme definido no n.º 6 do artigo 41º do mesmo diploma. Com entrada em vigor deste diploma, novas disposições as áreas de perigosidade alta e muito alta da planta de perigosidade condicionam a classificação e reclassificação do solo. Em vigor desde 1 de janeiro de 2022, o Decreto-Lei n.º 82/2021 institui áreas prioritárias de prevenção e segurança integram *“os territórios correspondentes às classes de perigosidade «alta» e «muito alta» constituem APPS, identificados na carta de perigosidade de incêndio rural”* (artigo 42º, n.º 1).

O diploma impõe algumas condicionantes a edificação nas áreas prioritárias de prevenção e segurança no seu artigo 60º, nomeadamente:

“1- Nas áreas das APPS correspondentes às classes de perigosidade de incêndio rural «elevada» e «muito elevada», delimitadas na carta de perigosidade de incêndio rural ou já inseridas na planta de condicionantes do plano territorial aplicável, nos termos do n.º 6 do artigo 41.º, em solo rústico, com exceção dos aglomerados rurais, são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento e obras de edificação.”

Correspondem a exceções a interdição estabelecida no número anterior:

- a) *“Obras de conservação e obras de escassa relevância urbanística, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação (...);*
- b) *Obras de reconstrução de edifícios destinados a habitação própria permanente ou a atividade económica objeto de reconhecimento de interesse municipal, quando se mostrem cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições:*
 - i. *Ausência de alternativa de realocização fora de APPS;*
 - ii. *Afastamento à extrema do prédio nunca inferior a 50 m, podendo o mesmo ser obtido através de realocização da implantação do edifício, sem prejuízo de situações de impossibilidade absoluta com ausência de alternativa habitacional, expressamente reconhecidas pela câmara municipal competente;*
 - iii. *Medidas de minimização do perigo de incêndio rural a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 50 m em redor do edifício;*
 - iv. *Adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, de acordo com os requisitos estabelecidos por despacho do presidente da ANEPC e a constar em ficha de segurança ou projeto de especialidade no âmbito do regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios, de acordo com a categoria de risco, sujeito a parecer obrigatório da entidade competente e à realização de vistoria;*
 - v. *Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivo logradouro;*
- c) *Obras com fins não habitacionais que pela sua natureza não possuam alternativas de localização, designadamente infraestruturas de redes de defesa contra incêndios, vias de comunicação, instalações e estruturas associadas de produção e de armazenamento de energia elétrica, infraestruturas de transporte e de distribuição de energia elétrica e de transporte de gás e de produtos petrolíferos, incluindo as respetivas estruturas de suporte, instalações de telecomunicações e instalações de sistemas locais de aviso à população;*
- d) *Obras destinadas a utilização exclusivamente agrícola, pecuária, aquícola, piscícola, florestal ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos, desde que a câmara municipal competente reconheça o seu interesse municipal e verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:*
 - i. *Inexistência de alternativa adequada de localização fora de APPS;*

- ii. *Adoção de medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo uma faixa de gestão de combustível com a largura de 100 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios;*
- iii. *Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;*
- iv. *Inadequação das edificações para uso habitacional ou turístico.” (n.º 2, artigo 61º)*

As condicionantes para as edificações fora da APPS aplicam-se as obras de construção ou ampliação de edifícios em solo rústico fora de aglomerados rurais, quando se situem em território florestal ou a menos de 50 m de territórios florestais, que devem cumprir condições cumulativas elencadas no n.º 1, artigo 62º do mesmo diploma:

- a) *“Adoção pelo interessado de uma faixa de gestão de combustível com a largura de 50 m em redor do edifício ou conjunto de edifícios;*
- b) *Afastamento à extrema do prédio, ou à extrema de prédio confinante pertencente ao mesmo proprietário, nunca inferior a 50 m;*
- c) *Adoção de medidas de proteção relativas à resistência do edifício à passagem do fogo, de acordo com os requisitos estabelecidos por despacho do presidente da ANEPC e a constar em ficha de segurança ou projeto de especialidade no âmbito do regime jurídico de segurança contra incêndio em edifícios, de acordo com a categoria de risco, sujeito a parecer obrigatório da entidade competente e à realização de vistoria;*
- d) *Adoção de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivo logradouro.”*

Identificação:

- ❖ Nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 6/2025, 11 de fevereiro, na presente revisão do PDM, será utilizada a carta de perigosidade de incêndio rural, do PDMFCI de Vila Nova de Paiva vigente.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Aviso (extrato) 6345/2022, de 28 de março:** carta estrutural de perigosidade de incêndio rural.
- ❖ **Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro:** Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 49/2022, de 19 de julho:** Altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.

Entidade da Tutela:

- ❖ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)

2.4.4 SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS DO SGIFR

O artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, refere as servidões administrativas relativas à rede primária de faixas de gestão de combustível, pelas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, pela rede secundária de faixas de gestão de combustível, pela rede de pontos de água e pela RNPV.

Assim, o mesmo artigo refere o seguinte:

a) Na rede primária de faixas de gestão de combustível e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, a tomada de posse administrativa pela entidade responsável pela execução das faixas de gestão de combustível, para execução das faixas de gestão de combustível determinadas nos termos do n.º 4 do artigo 48.º ou dos mosaicos de gestão de combustível determinados nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 52.º, podendo aplicar -se, com as devidas adaptações, o regime das expropriações previsto no Decreto -Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, na sua redação atual;

b) Na rede secundária de faixas de gestão de combustível, o dever de facultar, aos terceiros responsáveis pela execução dos deveres de gestão de combustível a cargo das entidades gestoras das infraestruturas e dos estabelecimentos de atividades económicas, equipamentos e centrais eletroprodutoras, nos termos previstos nos n.os 4 e 5 do artigo 49.º, o acesso aos terrenos necessários para o efeito, mediante notificação com antecedência mínima de 10 dias úteis;

c) Na rede de pontos de água prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 46.º, os deveres de:

i) Facultar o uso dos terrenos necessários para instalação do ponto de água;

ii) Facultar o acesso aos pontos de água por parte das entidades responsáveis pela sua manutenção e permissão de acesso e utilização dos mesmos por parte das forças envolvidas nas fases de prevenção, pré -supressão ou supressão e socorro do SGIFR;

iii) Proceder à manutenção da infraestrutura, executando o corte de árvores ou removendo qualquer estrutura ou instalação que interfira com o acesso e visibilidade do ponto de água, designadamente por meios aéreos, mediante notificação da GNR, devendo o corte ou remoção estar concluídos até ao dia 15 de abril de cada ano;

d) Na RNPV, prevista no n.º 2 do artigo 55.º, os deveres de:

i) Facultar o uso dos terrenos necessários para instalação do posto de vigia;

ii) Facultar o acesso aos postos de vigia por parte da entidade responsável pela sua coordenação ou utilização;

iii) Proceder ao corte de árvores ou à remoção de qualquer estrutura ou instalação que interfira com a visibilidade do posto de vigia, mediante notificação da GNR, devendo o corte ou remoção estar concluídos até ao dia 15 de abril de cada ano;

iv) Obter autorização prévia da GNR relativamente à instalação de equipamentos radioelétricos ou utilização de aeronaves sem motor no espaço de 30 m em redor do posto de vigia, que possa interferir com a qualidade de comunicação radioelétrica, aplicando -se com as devidas adaptações o disposto na subalínea anterior.

Identificação:

- ❖ Rede Primária e Secundária de Faixas de Gestão de Combustível;
- ❖ Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível;
- ❖ Rede de Pontos de Água.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Aviso (extrato) 6345/2022, de 28 de março:** carta estrutural de perigosidade de incêndio rural.
- ❖ **Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro:** Estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento.

Entidade da Tutela:

- ❖ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)

2.5 RECURSOS ECOLÓGICOS

2.5.1 RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

De acordo com o n.º 1 do artigo 2.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), na sua redação atual, esta reserva é entendida como a “*estrutura biofísica que integra o conjunto de áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial*”, sendo ainda definida como “*uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com objetivos desse regime nos vários tipos de áreas*” (n.º 2 do artigo 2.º).

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20.º do referido regime jurídico, os “usos e as ações de iniciativa pública ou privada” interditos nas áreas afetas à REN são:

- ❖ “Operações de loteamento;
- ❖ Obras de urbanização, construção ou ampliação;
- ❖ Vias de comunicação;
- ❖ Escavações e aterros;
- ❖ Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo, das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais e de ações extraordinárias de proteção fitossanitária previstas em legislação específica.”

Excecionam-se desta interdição geral os usos e as ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais da REN (n.º 2 do artigo 20.º do RJREN). Integradas nessa exceção encontram-se as operações de loteamento, desde que as áreas abrangidas por REN “não sejam destinadas a usos ou ações incompatíveis com objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais” (n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro). Face ao exposto, em oposição ao legalmente estipulado para a RAN, as áreas de REN podem localizar-se dentro dos perímetros urbanos identificados em PMOT, desde que apresentem usos compatíveis com os seus objetivos.

Identificação:

- ❖ Com o início do processo de revisão do PDM, procedeu-se à delimitação da REN do concelho, nos termos da legislação vigente. Desta forma, a REN representada em Planta de Condicionantes autónoma.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 63-B/2008, de 21 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 239/2012, de 02 de novembro, 96/2013, de 19 de julho e 80/2015, de 14 de maio e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto: estabelece o Regime Jurídico da REN (RJREN), identificando os “usos e as ações de iniciativa pública ou privada” interditos nas áreas afetas à REN, designadamente (n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 124/2019): “Operações de loteamento; Obras de urbanização, construção e ampliação; Vias de comunicação; Escavações e aterros; Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo, das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais e de ações extraordinárias de proteção fitossanitária previstas em legislação específica”.

- ❖ **Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro:** define os mecanismos administrativos relativos à viabilização dos usos compatíveis com o RJREN.
- ❖ **Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro:** define as situações de usos ou ações consideradas compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.
- ❖ **Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro:** define as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas em REN ao nível municipal.

Entidade da Tutela:

- ❖ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDRC).

2.5.2 REDE NATURA 2000

A Rede Natura 2000 (RN 2000) pode ser entendida como *“uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Diretivas n.º 79/409/CEE (Diretiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda da biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia”* (ICNF, I.P.).

A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e as áreas classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE), estabelecidas em resultado da transposição para o direito nacional do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro. As ZEC foram criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, visando contribuir para garantir a conservação dos habitats naturais e das espécies faunísticas e florísticas e as ZPE foram estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, com o intuito de assegurar, fundamentalmente, a conservação das espécies de aves e respetivos habitats.

Identificação:

- ❖ PTCON0059 Rio Paiva, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 76/2000, de 5 de Julho, e classificado como Zona Especial de Conservação conforme Decreto Regulamentar n.º 1/2020, publicado em Diário da República n.º 53/2020, de 16 de março, Série I.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro:** transpõe para a legislação nacional a Diretiva Habitats e a Diretiva Aves.

- ❖ **Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 53-A/2008, de 22 de setembro e alterado pelos Decretos-Leis n.º 242/2015, de 15 de outubro e 42-A/2016, de 12 de agosto:** estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
- ❖ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho:** aprova o Plano Setorial da Rede Natura 2000.
- ❖ **Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março:** procede à classificação dos sítios de importância comunitária do território de Portugal Continental (conforme designado em seu Anexo I), como zonas especiais de conservação.

Entidade da Tutela:

- ❖ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P).

3 PATRIMÓNIO

3.1 PATRIMÓNIO CULTURAL

3.1.1 IMÓVEIS CLASSIFICADOS OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, constitui a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, determinando que *“integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”* (n.º 1 do artigo 2.º).

Identificação:

No concelho de Vila Nova de Paiva existem 7 imóveis classificados – 2 Monumento Nacional e 5 Imóveis de Interesse Público – e 3 Imóvel em Vias de Classificação.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro:** Lei de Bases do Património Cultural e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho:** estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro:** decreta o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda. Estabelece que os bens imóveis em vias de classificação beneficiam de uma zona geral de proteção ou uma zona especial de proteção provisória; e os imóveis classificados tem uma zona geral de proteção e podem beneficiar de uma ZEP. Esta zona geral de proteção *“tem 50 metros contados dos limites externos do bem imóvel”* e *“quando o limite da zona geral de proteção abrange parcialmente um bem imóvel, considera-se o mesmo sujeito na sua totalidade ao regime aplicável aos bens imóveis situados na zona de proteção”*.

Entidade da Tutela:

- ❖ Património Cultural, I.P.;
- ❖ Unidade Orgânica de Cultura da CCDRC, I.P., como entidade da tutela das Zonas Gerais de Proteção e das Zonas Especiais de Proteção dos elementos patrimoniais classificados.

4 INFRAESTRUTURAS

4.1 INFRAESTRUTURAS

4.1.1 REDE ELÉTRICA DE ALTA E MUITO ALTA TENSÃO

As redes elétricas de serviço público têm o objetivo de garantir a segurança de abastecimento de energia a todo o País têm de acordo com a legislação em vigor associadas servidões administrativas de modo a permitir e facilitar o seu estabelecimento e garantir a segurança total de pessoas e de bens.

Com o licenciamento das infraestruturas da RNT ficam constituídas servidões de utilidade pública nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2006, na sua redação atual (dada pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro), que menciona a necessidade de a entidade responsável "pelas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão e em alta tensão providencie a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados" (alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º). A alteração introduzida pela Lei n.º 76/2017 a este diploma, veio ainda estabelecer a obrigatoriedade da entidade responsável pelas linhas de distribuição de energia elétrica em média tensão providenciar a gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7 m para cada um dos lados [alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º].

A REN - Rede Elétrica Nacional, S.A. é concessionária da Rede Nacional de Transporte de eletricidade (RNT), que inclui as linhas e subestações e postos de corte de tensão superior a 110 kV, as interligações as instalações necessárias para operar a rede e a rede de telecomunicações em segurança.

Por outro lado, a E-REDES é a concessionária da Rede Nacional de Distribuição de eletricidade (RND) que inclui as infraestruturas de tensão igual ou inferior a 110 kV.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936 alterado pelos Decretos-Leis n.º 40722/1956, de 2 de agosto, 446/76, de 5 de junho, 517/80, de 31 de outubro, 272/92, de 3 de dezembro, 101/2007 de 2 de abril e 96/2017, de 10 de agosto, pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio e pela Lei n.º 30/2006, de 11 de julho:** Aprova o regulamento de Licenças para Instalações Elétricas.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 43335, de 19 de novembro de 1960:** determina a existência de servidões de passagem para instalações de redes elétricas. Aplicável à constituição de servidões por força do artigo n.º 68 do Decreto-Lei n.º 182/95.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho:** determina a existência de corredores de proteção para linhas de alta tensão.

- ❖ **Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro:** aprova o Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão
- ❖ **Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.os 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, 83/2014, de 23 de maio, 10/2018, de 14 de fevereiro e 14/2019, de 21 de janeiro e pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto:** refere a necessidade de a entidade responsável “pelas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em muito alta tensão e em alta tensão providencie a gestão do combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados”.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro alterado pelos Decretos-Leis n.º 104/2010, de 29 de setembro, 78/2011, de 20 de junho, 75/2012, de 26 de março, 112/2012, de 23 de maio, 215-A/2012, de 8 de outubro, 215-A/2012, de 8 de outubro, 178/2015, de 27 de agosto e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro:** estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização da eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto alterado pelo Decretos-Leis n.os 237- B/2006, de 18 de dezembro, 264/2007, de 24 de julho, 23/2009, de 20 de janeiro, 104/2010, de 29 de setembro, 215-B/2012, de 8 de outubro, 38/2017, de 31 de março, 152-B/2017, de 11 de dezembro, 76/2019, de 3 de junho, e pela Lei n.º 7- A/2016, de 30 de março e 114/2017, de 29 de dezembro:** identifica o regime de concessão da Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica.
- ❖ **Decreto Regulamentar n.º 1/1992, de 18 de fevereiro:** aprova o Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão.

Pelos vários decretos, os afastamentos mínimos resultantes dos Regulamentos de Segurança são restrições que devem ser observadas aquando da instalação das redes elétricas ou no ato do licenciamento de edificações a localizar na proximidade das linhas elétricas existentes.

Entidade da Tutela:

- ❖ Rede Elétrica Nacional S.A.
- ❖ E-REDES.

4.1.2 REDE RODOVIÁRIA NACIONAL E ESTRADAS REGIONAIS

Os terrenos ao longo das estradas são sujeitos a um regime de servidões que visa proteger estas vias de ocupações que podem afetar a visibilidade e a segurança da circulação, assim como assegurar a possibilidade de futuros alargamentos das vias, a executar das obras de beneficiação inerentes.

A constituição de servidões relativas às estradas que foram classificadas no atual Plano Rodoviário Nacional e às estradas regionais segue o regime previsto na Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. Relativamente às servidões nas estradas que foram classificadas anteriores ao PRN, mas que não constam do atual PRN (Estradas Desclassificadas) e ainda não foram entregues aos municípios aplicam-se as disposições da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril.

De acordo com a Lei n.º 34/2015, de 27 de abril são previstas zonas de servidão *non aedificandi* com as seguintes dimensões:

- ❖ Para os IP: 50 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca menos de 20 m da zona de estrada;
- ❖ Para os IC: 35 m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca menos de 15 m da zona de estrada;
- ❖ Para as EN e restantes estradas a que se aplica o referido estatuto: 20 m para cada do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca menos de 5 m da zona da estrada;
- ❖ Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas.

Identificação:

- ❖ No concelho de Vila Nova de Paiva aplicam-se as servidões às vias sob gestão da IP, S.A e ainda às que encontram-se sob gestão do município mas ainda encontram-se classificadas no PRN (EN329, EN323, ER225 e ER329).

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Lei n.º 34/2015, de 27 de abril:** aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto:** redefine o Plano Rodoviário Nacional e cria as estradas regionais.

Entidade da Tutela:

- ❖ Infraestruturas de Portugal, S.A.

4.1.3 ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS

As estradas e caminhos municipais estabelecem a ligação entre os vários concelhos, os principais lugares e as malhas urbanas principais e as vias nacionais, tendo como principal função a articulação das várias malhas existentes no território concelhio, proporcionando uma considerável melhoria na mobilidade, ao evitarem o tráfego causado pelo atravessamento no interior dos núcleos urbanos. Estas vias possuem faixas

de proteção cujo objetivo é assegurar a segurança do trânsito, possibilitando a realização de futuros alargamentos e obras de beneficiação.

Nas zonas *non aedificandi* podem ser admitidas:

- ❖ Construções a efetuar dentro dos aglomerados, quando para os mesmos existam planos de urbanização ou planos de pormenor aos quais essas construções devam ficar subordinadas;
- ❖ Construções simples, especialmente de interesse agrícola, à distância mínima de 5 ou 4 metros do eixo, consoante se trate de estradas ou caminhos municipais;
- ❖ Construções junto de estradas e caminhos municipais com condições especiais de traçado em encostas de grande declive, de acordo com os regulamentos;
- ❖ Obras de ampliação ou de alteração em edifícios e vedações existentes, situados no todo ou em parte nas faixas *non aedificandi*, quando não esteja prevista a necessidade de os demolir em futuro próximo para melhoria das condições de trânsito;
- ❖ Vedações.

Identificação:

- ❖ Estradas e Caminhos Municipais do concelho de Vila Nova de Paiva.

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961, alterada pelo Decreto-Lei n.º 360/77, de 01 de setembro:** apresenta o Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais, estabelecendo as zonas de servidão *non aedificandi*, delimitadas de cada lado da estrada por uma linha que dista do seu eixo 6 m para as estradas e 4,6 m para os caminhos municipais, podendo estas distâncias serem alargadas até 8 m e 6 m, para cada lado do eixo da via, respetivamente para as estradas e caminhos municipais.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 42271, de 20 de maio de 1959:** procede à classificação de todas as Estradas Municipais, existentes e propostas.
- ❖ **Decreto-Lei n.º 45552, de 30 de janeiro de 1964:** procede à classificação de todos os Caminhos Municipais, existentes e propostos.

Entidade da Tutela:

- ❖ Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

4.1.4 REDE GEODÉSICA

A Rede Geodésica Nacional (RGN) é composta por um conjunto de vértices geodésicos, também denominados de marcos geodésicos, que constituem os referenciais oficiais para os trabalhos de georreferenciação realizados em território nacional.

A constituição de servidões relativas à sinalização geodésica e cadastral, vértices ou marcos geodésicos, segue o regime previsto pelo Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril. De acordo com este diploma legal os marcos geodésicos têm zonas de proteção determinadas, caso a caso, em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais. Contudo, a extensão desta zona de proteção terá, no mínimo, um raio de 15 m, onde são restritas as plantações, construções ou outras obras ou trabalhos que impossibilitem a visibilidade.

Identificação:

Quadro 53 | Vértices Geodésicos presentes no concelho de Vila Nova de Paiva:

Nome	Folha 50k	M (m)	P (m)	Alt. Ort. Topo (m)	Alt. Ort. Base (m)
Abelha	14D	32862.83	128978.00	821.60	817.58

Fonte: Parecer DGT

Legislação/Restrições ao uso do solo:

- ❖ **Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril:** estabelece as zonas de proteção aos marcos geodésicos no mínimo de um raio de 15 m.

Entidade da Tutela:

- ❖ Direção-Geral do Território (DGT).

CAPÍTULO XIV - CONFORMIDADE DA PROPOSTA DO PLANO: IGT DE ÂMBITO SUPERIOR

Um dos objetivos dos planos diretores municipais é estabelecer a articulação com políticas setoriais com incidência local (alínea c, artigo 75.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, redação atual).

Assim sendo, este capítulo visa a apresentação da conformidade/compatibilização da presente revisão do plano, com as demais orientações dos instrumentos de gestão territorial de grau hierárquico superior, nomeadamente:

1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
2. Programa Regional Ordenamento Florestal do Centro Litoral;
3. Plano Nacional da Água/Plano de Gestão de Região Hidrográfica;
4. Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro;
5. Plano Rodoviário Nacional;
6. Plano Sectorial da Rede Natura 2000.

1 PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Aprovada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, a revisão do PNPOT constitui um instrumento de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica e de âmbito nacional.

Esta revisão “*contempla uma nova Estratégia e Modelo Territorial, um novo Programa de Ação para o horizonte 2030 com 50 medidas e um novo regime de gestão, acompanhamento e monitorização, capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de política e de promoção do próprio PNPOT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais, financiados por programas nacionais e comunitários*” (DGT, 2019)⁶.

De acordo com a Estratégia e Modelo Territorial do PNPOT⁷, os desafios territoriais, identificados a partir dos princípios orientadores de coesão territorial, representam as grandes orientações estratégicas do PNPOT, nomeadamente:

- ❖ D1 – Gerir os recursos naturais de forma sustentável;
 - Valorizar o capital natural;
 - Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano;
 - Aumentar a resiliência socioecológica;
- ❖ D2 – Promover um sistema urbano policêntrico;
 - Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa;
 - Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna;
 - Promover a qualidade urbana;
- ❖ D3 – Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial;
 - Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral;
 - Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização;
 - Promover o desenvolvimento transfronteiriço;
- ❖ D4 – Reforçar a conectividade interna e externa;
 - Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica;
 - Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade;
 - Dinamizar as redes digitais;

⁶ <https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/pnpot> (acedido a 19 de abril de 2022)

⁷ https://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/SQ_Vconc_PNPOT_0.pdf (acedido a 19 de abril de 2022)

- ❖ D5 – Promover a governança territorial;
 - Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível;
 - Promover redes colaborativas de base territorial;
 - Aumentar a Cultura Territorial.

No Programa de Ação do PNPOT são referidas as diretrizes de conteúdo dos Planos Diretores Municipais (PDM) e que são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 54 | Diretrizes do PNPOT para os PDM

Diretrizes de Conteúdo do PNPOT para os PDM	Inclusão na Proposta de revisão do PDM de Vila Nova de Paiva
Explicitar a estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento de desenvolvimento territorial preconizado, explicando a coerência do modelo com as orientações de ordenamento do território nacionais e regionais, bem como com as orientações específicas de natureza setorial e especial aplicáveis e identificando as inerentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas.	Relatório da Proposta do Plano
Assumir a Avaliação Ambiental estratégica do PDM como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade, bem como para a articulação dos PROT com os PDM em matéria de definição de âmbito e de sistema de indicadores de monitorização e avaliação.	Relatório da Proposta do Plano
Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico	Relatório da Proposta do Plano Planta de Ordenamento I Regulamento
Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental e descarbonização, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.	Relatório da Proposta do Plano Planta de Ordenamento I
Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes.	Planta de Ordenamento I Programa de Execução e Plano de Financiamento
Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura	Planta de Ordenamento I Planta de Ordenamento II Regulamento
Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a realocar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala adequada e as macro vulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPOT e desenvolvidas pelos PROT.	Planta de Ordenamento II Planta de Condicionantes I Planta de Condicionantes II Planta de Condicionantes III

Diretrizes de Conteúdo do PNPOT para os PDM	Inclusão na Proposta de revisão do PDM de Vila Nova de Paiva
Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas, identificando em cada situação tipo a sua articulação com os instrumentos de planeamento florestal e de prevenção e combate de incêndios.	Planta de Condicionantes II Regulamento
Garantir a diminuição da exposição ao risco na ocupação da orla costeira, interditando por princípio e fora das áreas urbanas, novas edificações que não se relacionem diretamente com a fruição do mar e a contenção das ocupações edificadas em zonas de risco dando prioridade à retirada de construções de génese ilegal, que se encontrem nas faixas mais vulneráveis do litoral.	Não se aplica.
Desenvolver abordagens e integrar estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a conservação da natureza, em particular em áreas classificadas e a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem.	Planta de Ordenamento II Planta de Condicionantes I Planta de Condicionantes III Regulamento
Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico. O solo rústico deve tendencialmente limitar-se a acolher as atividades económicas relacionadas com as utilizações que lhe são próprias, seguindo as diretrizes que, para o efeito, estejam contempladas nos Programas Regionais. Por outro lado, as novas construções destinadas a habitação, devem cingir-se ao solo urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa, nestas últimas nos termos das orientações dos Programas Regionais e salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.	Todos os elementos do plano.
Identificar os passivos ambientais e o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.	Relatório da Proposta do Plano Programa de Execução e Plano de Financiamento
Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade.	Relatório da Proposta do Plano Planta de Ordenamento I Programa de Execução e Plano de Financiamento
Identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais e estabelecer os requisitos de conciliação de usos e de exploração, sem prejuízo da manutenção do seu entretanto aproveitamento agrícola, florestal ou outro, que não condicione uma opção futura.	Planta de Ordenamento I Regulamento
Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.	Planta de Património Cultural Planta de Ordenamento II Programa de Execução e Plano de Financiamento

Fonte: PNPOT – Primeira Revisão, 2019

2 PROGRAMA REGIONAL ORDENAMENTO FLORESTAL CENTRO LITORAL

A Lei n.º 33/96, de 17 de agosto, alterada pelo Decreto de Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro, estabelece a Lei de Bases da Política Florestal, e é claro ao referir no n.º 1 do artigo 5.º que a *“organização dos espaços florestais se faz, em cada região, através de planos de ordenamento florestal, numa ótica de uso múltiplo e de forma articulada com os planos regionais e locais de ordenamento do território”*.

Sendo um IGT de hierarquia inferior, deverá o PDM de Vila Nova de Paiva integrar e ter em consideração as normas e os objetivos definidos nos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) no que diz respeito à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais.

O território concelhio de Vila Nova de Paiva é abrangido pelo PROF do Centro Litoral (PROF-CL), aprovado pela Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, alterada pela Declaração de Retificação n.º 16/2019 - DR n.º 73/2019, Série I de 12 de abril, alterada pela Portaria n.º 18/2022, de 5 de janeiro, posteriormente retificada pela Declaração de Retificação n.º 7-A/2022, de 4 de março. O PROF-CL ocupa a totalidade do concelho Vila Nova de Paiva, com área total de 17.553,29ha, o que representa apenas 1,33% da área de todo o plano.

O PROF- CL tem como objetivo estratégico os seguintes pontos:

- a) *“Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;*
- b) *Especialização do território;*
- c) *Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;*
- d) *Internacionalização e aumento do valor dos produtos;*
- e) *Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;*
- f) *Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.”* (n.º 3, artigo 4.º)

O PROF-CL divide a região em 20 sub-regiões homogéneas (SRH), e define cinco funções gerais que possuem o mesmo nível de prioridade, nomeadamente:

- Função Produção;
- Função Proteção;
- Função Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- Função Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores;
- Função Recreio e valorização da paisagem.

Posteriormente, para cada uma das sub-regiões homogéneas são atribuídas três funções gerais, de acordo com as suas características. Desta forma, o quadro seguinte apresenta as funções das sub-regiões que abrangem o território concelhio de Vila Nova de Paiva, assim como a sua aplicação no PDM.

Seguindo as orientações do PROF e da entidade da tutela, foram criadas as seguintes categorias de espaços florestais: conservação, produção e mistos de uso silvícola e agrícola. Dando assim compatibilidade com as funções estabelecidas para as sub-regiões.

Quadro 55 | Funções das sub-regiões homogéneas incidentes no concelho de Vila Nova de Paiva

Sub-região homogénea	Função	Aplicação na Revisão do PDM
Riba Paiva	<ul style="list-style-type: none"> - Produção - Proteção - Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores 	<p><u>Definição de espaços florestais de:</u></p> <p>Conservação – que correspondem às áreas de uso ou vocação florestal integradas nas áreas da Rede Natura 2000 não incluídas na categoria de espaços naturais e paisagísticos.</p> <p>Produção – que correspondem às áreas de uso ou vocação florestal destinadas ao aproveitamento do potencial produtivo nos termos autorizados pelas entidades de tutela.</p> <p>Mistos de uso silvícola e agrícola – que correspondem às áreas agroflorestais, em que os usos silvícolas, silvopastoris e agrícolas ocorrem de forma alternada e são funcionalmente complementares, integrando como usos dominantes, a par do uso florestal, os usos silvopastoris e agrícolas.</p>
Floresta da Beira Alta	<ul style="list-style-type: none"> - Produção - Proteção - Silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores 	
Terras Altas e Paiva	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos - Produção - Proteção 	

Com vista à obtenção de um ordenamento florestal que vise o equilíbrio económico, ambiental, e social dos espaços florestais, e permita prosseguir os objetivos da Estratégia Nacional para as Florestas, os PROF definem as espécies florestais a privilegiar. Deve ter-se em atenção que, nas áreas ocupadas por espécies do Grupo I, só podem ser efetuadas reconversões para outra espécie igualmente do Grupo I. A sua identificação visa orientar a escolha das espécies que mais se adequam ao território quando se pretenda instalar, expandir ou reverter povoamentos florestais. Nas SRH do concelho de Vila Nova de Paiva, as espécies que devem ser privilegiadas são as seguintes:

Quadro 56 | Espécies a privilegiar nas sub-regiões homogéneas incidentes no concelho de Vila Nova de Paiva

SRH	GRUPO I	GRUPO II
Riba Paiva	i) Carvalho-alvarinho (<i>Quercus robur</i>);	i) Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>);

SRH	GRUPO I	GRUPO II
	ii) Carvalho -americano (<i>Quercus rubra</i>); iii) Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>); iv) Cerejeira -brava (<i>Prunus avium</i>); v) Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>); vi) Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>); vii) Sobreiro (<i>Quercus suber</i>).	ii) Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>); iii) Cedro -do -Oregon (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>); iv) Nogueira (<i>Juglans regia</i>); v) Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>); vi) Pseudotsuga (<i>Pseudotsuga menziesii</i>).
Floresta da Beira Alta	i) Carvalho-alvarinho (<i>Quercus robur</i>); ii) Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>); iii) Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>); iv) Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>); v) Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>); vi) Nogueira (<i>Juglans regia</i>); vii) Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>); viii) Sobreiro (<i>Quercus suber</i>).	i) Carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>); ii) Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>); iii) Cedro-do-Buçaco (<i>Cupressus lusitanica</i>); iv) Cedro-do-Oregon (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>); v) Cerejeira-brava (<i>Prunus avium</i>); vi) Nogueira-preta (<i>Juglans nigra</i>); vii) Pinheiro-manso (<i>Pinus pinea</i>); viii) Pseudotsuga (<i>Pseudotsuga menziesii</i>).
Terras Altas e Paiva	i) Carvalho-alvarinho (<i>Quercus robur</i>); ii) Carvalho-americano (<i>Quercus rubra</i>); iii) Castanheiro (<i>Castanea sativa</i>); iv) Cerejeira-brava (<i>Prunus avium</i>); v) Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i>); vi) Medronheiro (<i>Arbutus unedo</i>); vii) Nogueira (<i>Juglans regia</i>); viii) Pinheiro-bravo (<i>Pinus pinaster</i>); ix) Sobreiro (<i>Quercus suber</i>).	i) Carvalho-negral (<i>Quercus pyrenaica</i>); ii) Carvalho-português (<i>Quercus faginea</i>); iii) Cedro-do-Oregon (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>); iv) Pseudotsuga (<i>Pseudotsuga menziesii</i>).

No que se refere aos corredores ecológicos, estes correspondem a infraestruturas ecológicas de suporte a paisagens e ecossistemas com funções de proteção de habitats para fauna e flora.

No que se refere aos corredores ecológicos, estes correspondem a infraestruturas ecológicas de suporte a paisagens e ecossistemas com funções de proteção de habitats para fauna e flora e que constituam ligações funcionais entre populações e possam servir funções sociais e culturais promotoras do valor cultural e paisagístico, propiciando oportunidades para atividades de recreio, lazer e educação ambiental.

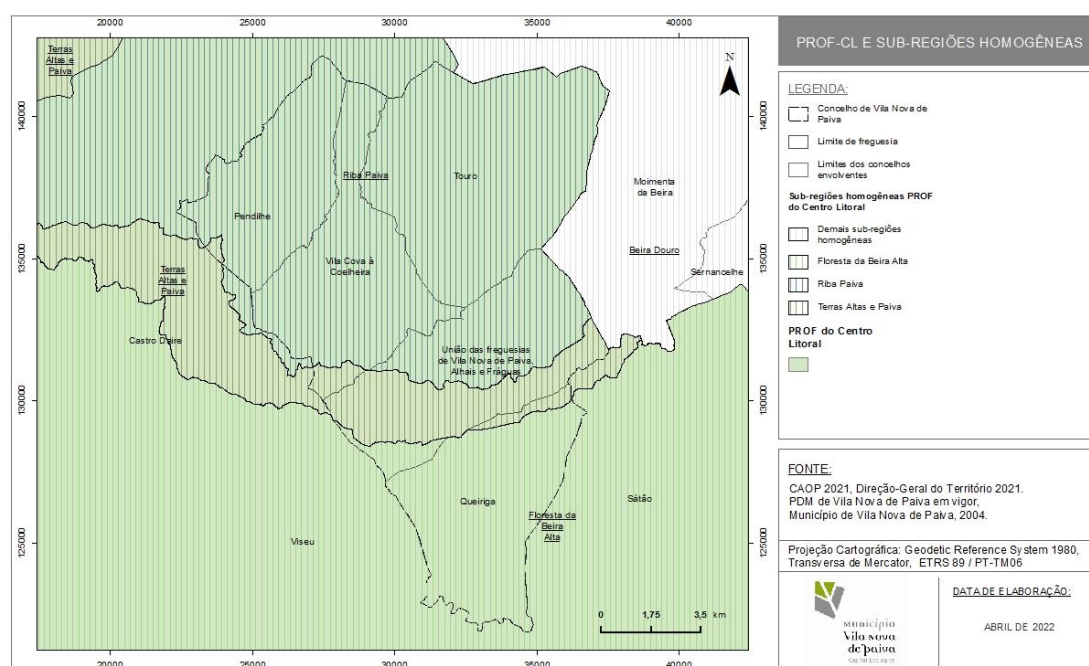
Devido às suas características, estes possuem um grau de importância assinalável ao nível dos PMOT, tal como os n.º 2 e 3 do artigo 9.º da Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, na sua redação atual, referem:

2. *“As intervenções florestais nos corredores ecológicos devem respeitar as normas de silvicultura e gestão para estes espaços, as quais se encontram identificadas no Capítulo E, do Documento Estratégico do PROF e referenciadas no Anexo I, do presente Regulamento.*
3. *Os corredores ecológicos devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos planos territoriais municipais (PTM) e planos territoriais intermunicipais (PTIM).”*

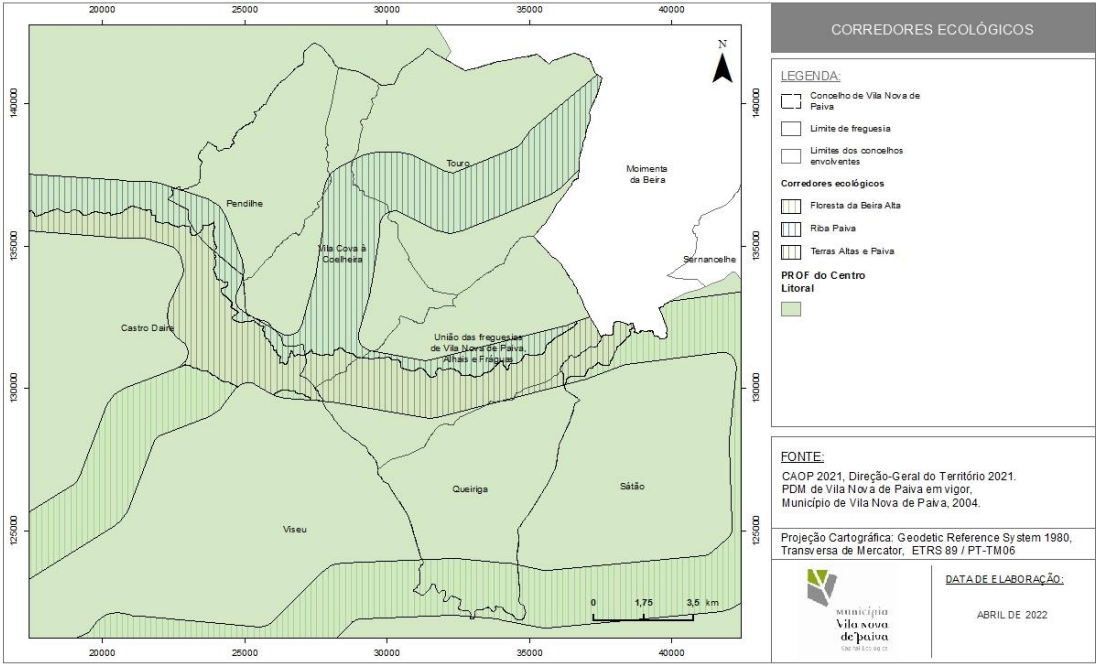
Foram incluídos na estrutura ecológica do concelho de Vila Nova de Paiva (ver capítulo VI - Estrutura Ecológica Municipal) os corredores ecológicos identificados pelo PROF-CL, nomeadamente, da Riba Paiva, Floresta da Beira Alta e Terras Altas do Paiva.

Concluindo, considera-se que foi garantida a correta compatibilização da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva e o PROF-CL, através da inclusão dos corredores ecológicos na EEM, assim como se teve em consideração as funções das SRH na definição dos espaços florestais.

Mapa 13 | Cartograma da incidência do PROF-CL e sub-regiões homogêneas no concelho de Vila Nova de Paiva



Mapa 14 | Cartograma da incidência dos corredores ecológicos do PROF-CL no concelho de Vila Nova de Paiva



3 PLANO DE GESTÃO DE REGIÃO HIDROGRÁFICA

O Plano Nacional da Água (PNA) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro, é o *“instrumento de gestão das águas, de natureza estratégica, que estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação dessa política, a aplicar pelos planos de gestão de bacias hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas”* (Artigo 28.º da Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro).

O PNA definiu grandes opções estratégicas a serem aplicadas em particular pelos planos de gestão de região hidrográfica para o período 2022-2027 e os programas de medidas que lhes estão associados. Assim, no quadro abaixo são apresentados os objetivos do PNA correlacionando-os com os objetivos do PGRH-RH3 e os resultados esperados por estes.

O concelho de Vila Nova de Paiva encontra-se abrangido pelo PGRH-RH3, em quase toda a totalidade do território e pelo PGRH-RH4, abrangendo praticamente toda a freguesia de Queiriga, publicados na Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril. Os PGRH são um instrumento de planeamento das águas que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da bacia hidrográfica.

No âmbito da prossecução do bom planeamento e gestão dos recursos hídricos, os PGRH definiram um conjunto de objetivos estratégicos, dos quais se destaca *“atingir e manter o bom estado/potencial das massas de água”*. Neste sentido importa realizar uma breve caracterização do estado das massas de água do concelho, tendo por base os dados do PGRH 3.º ciclo:

- Massas de água superficiais (rios):
 - Rio Mau [PT03DOU0462]: estado/potencial ecológico – razoável; estado químico – bom; estado global – inferior a bom. Tendo reduzido o estado global face aos períodos anteriores.
 - Rio Paiva [PT03DOU0453]: estado/potencial ecológico – razoável; estado químico – bom; estado global – inferior a bom. Tendo mantido o estado global face ao período anterior.
 - Rio Paiva [PT03DOU0469]: estado/potencial ecológico – medíocre; estado químico – bom; estado global – inferior a bom. Tendo reduzido o estado global face aos períodos anteriores.
 - Rio Covo [PT03DOU0468]: estado/potencial ecológico – bom; estado químico – desconhecido; estado global – bom e superior. Tendo mantido o estado global face aos períodos anteriores.

- Ribeiro do Rebentão [PT04VOU0518]: estado/potencial ecológico – bom; estado químico – bom; estado global – bom e superior. Tendo mantido o estado global face aos períodos anteriores.
- Rio Vouga [PT04VOU0520]: estado/potencial ecológico – bom; estado químico – bom; estado global – bom e superior. Tendo melhorado o estado global face aos períodos anteriores.
- Massas de água subterrâneas:
 - Maciço antigo indiferenciado da bacia do Douro [PT03A0X1]: estado quantitativo Bom (mas em risco); estado químico Bom (mas em risco); estado global Bom. Mantém a classificação nos três períodos em análise.
 - Maciço antigo indiferenciado da bacia do Vouga [PT04A0X1]: estado quantitativo Bom; estado químico Bom ; estado global Bom. Mantém a classificação nos três períodos em análise

Analisando os valores obtidos, observa-se que as massas de água superficiais que abrangem o território concelhio na RH3 apresentam um estado negativo, já que só uma massa de água (Rio Covo) apresenta um estado bom e superior. Por sua vez, as massas de água inseridas na RH4 apresentam um estado global muito favorável, apresentando todas um estado bom e superior.

Tendo em consideração a situação os PGRG indicam algumas ações que deverão ser executadas de forma a melhorar o estado das massas de água, porém no concelho de Vila Nova de Paiva não se regista nenhuma intervenção prevista. Isto demonstra que os impactos negativos nas massas de água que atravessam o concelho, não estão localizados no concelho e Vila Nova de Paiva mas sim nos concelhos vizinhos (em São Pedro do Sul está previsto a implementação de melhorias na rede de saneamento e ETAR de Pindelo; e no concelho de Sernancelhe a implementação de melhorias na ETAR de Lamosa para cumprimento do TURH).

Contudo, e apesar do concelho não apresentar grandes impactes negativos nas massas de água, considera-se ainda relevante que se estabeleça medidas de melhoria do armazenamento e distribuição da água nesta região, de forma a que no futuro e tendo em conta as projeções das alterações climáticas não existirem problemas, através da eficiência de utilização da água com a redução dos consumos globais em zonas de maior stress hídrico e potenciar a poupança resultante em outras atividades económicas.

A diminuição da pressão sobre os recursos hídricos assume-se como fundamental para a boa manutenção do ciclo da água. Neste contexto, entende-se que a proposta de ordenamento do território auxiliará neste processo, permitindo a salvaguarda das áreas de recargas de aquíferos, ao garantir a permeabilidade dos

solos e a capacidade de infiltração, as adequadas captações e sistemas de abastecimento, através da afetação do solo a categorias de espaço que o possibilitem e da respetiva regulamentação.

4 PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO

Importa à partida esclarecer que a proposta do presente PDM teve por base a proposta de 2011 do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de março, no quadro de referência da antiga Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU)⁸, uma vez que era a versão disponível aquando do início do procedimento. Apesar do PROT-C não se encontrar aprovado, o mesmo é um instrumento fundamental de articulação entre o PNPOT, com os instrumentos de política setorial com expressão territorial e os instrumentos de planeamento municipal, representando um quadro orientador que assume uma natureza estratégica, propondo um modelo de organização e estruturação do território.

Contudo, na sequência da aprovação do PNPOT, foi publicada a Resolução de Conselho de Ministros nº 177/2021, de 17 de dezembro, através da qual o Governo comete à CCDR Centro, I.P. a elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C). Este processo culminou na consulta pública que decorreu entre 3 de março a 11 de abril de 2025, porém ainda não foi publicado (mas na página da CCDR-C já partilhou a versão do PROT-C após a discussão pública).

Mesmo com essa condicionante, neste ponto foi feita a articulação da proposta com este ‘novo’ PROT-C, destacando os sistemas territoriais e as diretrizes para a elaboração do PDM.

Sendo o PROT um plano bastante exaustivo e detalhado, do qual se faz em seguida apenas uma muito breve súmula, frisa-se que as suas orientações estarão sempre subjacentes ao desenvolvimento dos princípios e propostas de intervenção a apresentar no âmbito do processo de revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, independentemente do facto de a elas se fazer referência ou não no presente documento.

Foram identificados sete desafios transversais e 29 opções estratégicas de base territorial, organizadas pelas seguintes áreas temáticas: Sistema Económico, Sistema Social, Sistema Natural, Sistema de Mobilidade e Energia e Sistema Urbano.

⁸ Lei nº 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei nº 54/2007, de 31 de agosto.

Desafios Transversais:

- DT1. Afirmar o posicionamento estratégico da Região e a sua projeção nas redes globais
- DT2. Responder aos desafios da demografia
- DT3. Responder às alterações climáticas
- DT4. Impulsionar a economia do conhecimento, a circularidade e a reindustrialização
- DT5. Promover redes e competências digitais
- DT6. Fomentar a governação, a descentralização e a participação pública
- DT7. Estimular a identidade territorial e o multiculturalismo

Opções Estratégicas:**Sistema Económico**

- SE1. Reforçar a interação do SCT com o tecido económico e social
- SE2. Apoiar a qualificação e a capacidade exportadora da base económica da região
- SE3. Promover as atividades económicas do futuro
- SE4. Aumentar a competitividade do setor do turismo
- SE5. Promover a base económica dos territórios de mais baixa densidade

Sistema Social

- SS1. Promover a autonomia e a cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência
- SS2. Aumentar a equidade no acesso aos cuidados de saúde
- SS3. Melhorar os níveis de acesso à habitação
- SS4. Reforçar a oferta educativa de qualidade e a formação ao longo da vida
- SS5. Melhorar a oferta cultural e a qualidade de vida

Sistema Natural

- SN1. Gerir o solo e os recursos geológicos
- SN2. Fomentar a conservação da natureza e da biodiversidade
- SN3. Gerir os recursos hídricos
- SN4. Fortalecer o setor agroflorestal
- SN5. Ordenar as zonas costeiras
- SN6. Diminuir a suscetibilidade aos riscos

Sistema de Mobilidade e Energia**Mobilidade**

- SM1. Reforçar a capacidade de transporte de mercadorias
- SM2. Melhorar o acesso às grandes infraestruturas de transporte e a inclusão nos corredores de âmbito nacional e internacional
- SM3. Aumentar a acessibilidade e a conectividade intrarregional
- SM4. Fomentar sistemas de transportes sustentáveis nos subsistemas territoriais
- SM5. Promover a eletrificação, a digitalização e a integração modal

Energia

- SEN1. Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa
- SEN2. Aumentar a contribuição de energia renovável no consumo de energia final
- SEN3. Diminuir o consumo global de energia final e das emissões de gases com efeito de estufa
- SEN4. Aumentar a eficiência energética no abastecimento público de água
- SEN5. Promover o aumento da literacia energética

Sistema Urbano

- SU1. Promover a sustentabilidade e a qualidade urbana
- SU2. Aumentar a cooperação interurbana e rural-urbana enquanto fator de coesão regional
- SU3. Reforçar a integração dos centros urbanos nas redes nacionais e globais

A concretização do Modelo Territorial da Região Centro segue os DT e as OEBT identificadas e vai sustentar-se em cinco Sistemas Territoriais: o Sistema Económico; o Sistema Social; o Sistema Natural; o Sistema de Mobilidade e Energia e o Sistema Urbano. Os Sistemas evidenciam estratégias territoriais direcionadas tendo em vista a promoção da inovação e da competitividade territorial, o reforço da qualidade de vida e da coesão social, o aumento da conectividade internacional e da mobilidade regional e local, a promoção da sustentabilidade energética e o fomento de uma estruturação urbana polinucleada que reforça a atratividade e os relacionamentos interurbanos e urbano-rurais.

A este nível, Vila Nova de Paiva está localizado na sub-região de Viseu Dão Lafões, numa zona de transição para a região norte, onde os aglomerados apresentam relativa fragilidade regional de especialização funcional e base económica. Em termos de interação e cooperação interinstitucional, Vila Nova de Paiva encontra-se polarizado para o sistema urbano de Viseu Dão Lafões, especialmente para a cidade da Viseu.

Começando pelo sistema económico, Vila Nova de Paiva trata-se de um território de baixa densidade demográfica e económica, para além da dinâmica de terciarização largamente assente no comércio local e nos serviços pessoais e sociais, bem como no turismo, possui ainda uma economia de base rural onde preponderam atividades como a agricultura e a pecuária, detendo, na ligação com o ramo agroalimentar, uma larga gama de produtos de excelência agroalimentar (DOP e IGP) de reconhecimento comunitário, contribuindo para a segurança alimentar do país e suportando a paisagem associada ao turismo de natureza e rural. Outra das atividades é a silvicultura, frequentemente inserida em fileiras transformadoras a jusante, como a produção de pasta/papel e de biocombustíveis. Estes territórios têm como principal trunfo diferenciador o vasto património natural e cultural que constitui um elemento-chave para promover o desenvolvimento económico competitivo e sustentável com base na valorização dos seus recursos endógenos.

Passando para o sistema social, o território de Vila Nova de Paiva é marcado por uma forte recessão demográfica, acentuado o envelhecimento e a diminuição da população em idade ativa. Consequentemente também se verifica o isolamento social, muitas vezes acompanhados por situações de fragilidade individual. A população residente tem tendencialmente menores níveis de escolaridade e acessibilidade aos serviços essenciais, nomeadamente de saúde, sociais e de educação. Aqui, os custos com a habitação são inferiores, ainda que a qualidade da oferta possa nem sempre corresponder aos níveis exigíveis de conforto habitacional. As políticas de base territorial no domínio social devem atender às necessidades diferenciadas e responder aos objetivos de equidade e reforço da coesão socio-territorial, potenciando os níveis de bem-estar e de qualidade de vida de todos os cidadãos. Na educação, é preciso equacionar a diminuição de estudantes, recentemente contrariada pelo recente surto migratório, e a má acessibilidade a algumas escolas, por isso talvez apostar em novas formas de ensino. Na saúde e nos cuidados sociais, sobretudo direcionados à população idosa, é prioritário repensar a oferta, promovendo novos modelos de prestação de serviços (prestação de cuidados em regime ambulatorio).

Seguindo para o sistema natural, a região Centro integra um importante conjunto de áreas de elevado valor ecológico/ambiental/hidrológico, apresentando, contudo, fatores de degradação e poluição ambiental que afetam de forma significativa os recursos e valores naturais. A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) é parte integrante do modelo territorial e consiste no conjunto de áreas com valores naturais e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, tanto na ótica do suporte à vida natural como às atividades humanas. É, no essencial, constituída por áreas nucleares, nas quais se integram as áreas classificadas (Áreas Protegidas, ZPE e ZEC da Rede Natura 2000, IBAs, etc.) e outras áreas sensíveis (povoamentos de folhosas autóctones, zonas húmidas, sistemas dunares e arribas costeiras, entre outras) e corredores ecológicos, classificados em estruturantes (linhas de água principais e zona costeira) e secundários (corredores ecológicos dos PROF). Neste sentido, na revisão do PDM de Vila Nova de Paiva foram tidas em melhor consideração a ERPVA, incluindo as áreas afetadas à RN2000 e corredores ecológicos do PROF-CL na estrutura ecológica municipal.

Quanto ao sistema de riscos e vulnerabilidades, o concelho de Vila Nova de Paiva integra o Espaço Maciço Central e Beira Serra Sul, um espaço que apresenta uma elevada incidência dos processos climáticos e meteorológicos extremos, que determinam uma elevada suscetibilidade à seca, às ondas de calor e de frio, e a incêndios rurais. Assim, na delimitação das áreas edificáveis teve-se em consideração as áreas com perigosidade a incêndios alta e muito alta.

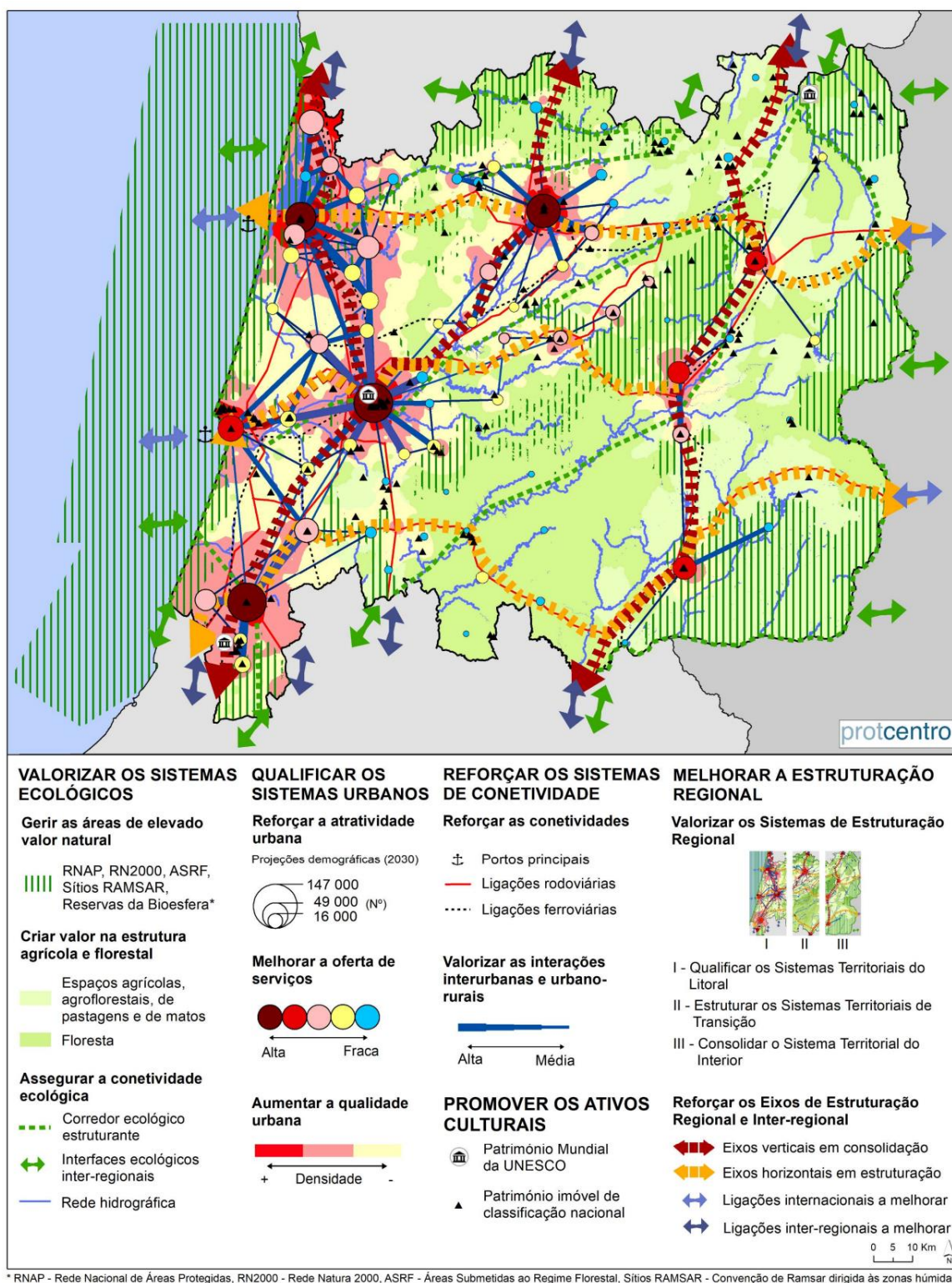
Sobre o sistema de mobilidade, as políticas para a promoção da qualidade de vida e da mobilidade sustentável devem incidir na diminuição da dependência do transporte individual, priorizando a mobilidade ativa e suave nos centros urbanos, a mobilidade sustentável nos movimentos pendulares, e as soluções de mobilidade flexível e partilhada nos territórios de baixa densidade.

O sistema de energia, tem duas dimensões: a do aumento da contribuição de energia renovável para o abastecimento; a da promoção de hábitos de poupança e aumento da eficiência energética, ambas conducentes à redução do consumo. No caso de Vila Nova de Paiva, é um território com forte vocação para a produção de energia eólica e onde se deve apostar no aumento da eficiência energética do parque edificado.

Por fim, o sistema urbano, a estruturação do sistema urbano regional assenta em três níveis de centros urbanos: centros urbanos; subsistemas territoriais e rede urbanas. O concelho de Vila Nova de Paiva surge no sistema urbano regional de Viseu como um centro urbano de estruturação local. Encontra-se muito próximo de uma zona cuja intenção é o reforço da conectividade com o exterior, assim insere-se nos sistemas urbanos dos territórios de transição que é preciso estruturar. Nestes territórios os desafios focam-se no reforço do relacionamento urbano-rural, na criação de condições geradoras de maior vitalidade e viabilidade dos sistemas, inovando na qualificação urbana e na atratividade residencial e económica, promovendo intervenções que qualifiquem e promovam uma maior articulação entre o capital natural e cultural..

Da integração dos diversos sistemas apresentados resulta o Modelo Territorial do PROT-C ilustrado na figura seguinte.

Figura 7 | Modelo Territorial



* RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas, RN2000 - Rede Natura 2000, ASRF - Áreas Submetidas ao Regime Florestal, Sítios RAMSAR - Convenção de Ramsar dirigida às zonas húmidas.

O concelho de Vila Nova de Paiva no caso da estruturação regional, enquadra-se nos sistemas territoriais de transição que tem um papel importante na redução da segmentação territorial. No sistema de Viseu de Dão Lafões deve-se apostar em ações de regeneração e qualificação que promovam um urbanismo de proximidade, reforçando a atratividade residencial, a qualidade dos espaços públicos e a mobilidade sustentável. A persistência, de carências habitacionais e de espaços segregados, deve impulsionar estratégias mais concertadas em termos intermunicipais.

Por sua vez, os ativos territoriais (património cultural e natural, termalismo ou enoturismo) justificam uma estratégia intermunicipal de oferta turística. É fundamental reordenar a cobertura vegetal para melhorar a conservação dos solos e reduzir a vulnerabilidade aos incêndios, valorizar o capital natural e conservar os ecossistemas e as paisagens, protegendo e qualificando o solo e a biodiversidade. A agricultura familiar continua a ter uma grande representatividade nas explorações agrícolas, desempenhando uma função económica que importa preservar e renovar.

Quanto aos projetos previstos, destacam-se os seguintes:

- ❖ Projeto 16 – Aldeia Lar: criação de uma aldeia lar que tem como orientações complementar a residência com a construção de lares para idosos institucionalizados e a oferta de serviços de apoio permanente ou ambulatório à população; atrair novos residentes e criar condições para uma boa interação destes com a comunidade local; garantir o acesso a serviços locais (restaurantes, cafés, mercearias, cuidados pessoais); programar atividades para idosos de forma a promover a sua qualidade de vida, nas dimensões física, cultural e social.
- ❖ Subprojeto 19.1 – Novo Baldio – espaço de preservação, valorização e inovação: tem como objetivo encontrar novos modos de gerir e explorar a propriedade coletiva, concertando formas crescentemente interativas de intervenção dos compartos com experiências onde o conhecimento e as tradições locais se cruzem com conhecimento científico e inovação tecnológica, numa síntese intergeracional guiada pelos princípios da sustentabilidade e respeito pelo equilíbrio dos ecossistemas.

Por fim, a proposta de PROT-C apresenta um conjunto de diretrizes a nível local (PDM), apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 57 | Diretrizes do PROT-C para o PDM à escala local

DIRETRIZES	APLICAÇÃO RPDM
NE.IGT.1. Reforçar o cariz estratégico do PDM assente numa visão integrada do território, libertando-o de conteúdos urbanísticos excessivos e tornando mais qualificada, eficiente e adaptativa a gestão urbanística e incluir, na esfera da sua operacionalização, as diretrizes programáticas para o uso, ocupação e transformação do solo e os mecanismos para a sua execução programada, no respeito pelo princípio da sustentabilidade financeira.	Considera-se que de uma forma geral a proposta vai de encontro com esta diretriz, através do desenvolvimento do programa de execução e plano de financiamento.

DIRETRIZES	APLICAÇÃO RPDM
NE.IGT.2 Reforçar a dinâmica de elaboração de Planos de Urbanização e de Pormenor e/ou Unidades de Execução, à escala territorial adequada e em função das necessidades e objetivos das intervenções, considerando que a qualidade do desenho urbano e da urbanização são dimensões fundamentais do funcionamento das áreas urbanas e do seu relacionamento com as áreas rurais, contribuindo para a sustentabilidade e eficiência do uso de recursos, para a atratividade territorial e para qualidade de vida dos habitantes.	Não aplicável.
NE.IGT.3. Assumir a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade, bem como para a articulação com o PROT em matéria de definição de âmbito e de sistema de indicadores de monitorização e avaliação.	Foi realizada a AAE no presente processo.
NE.IGT.4. Delimitar a Estrutura Ecológica Municipal, integrando as Áreas Nucleares e os Corredores Ecológicos da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), assim como as áreas de RAN, REN, Domínio Hídrico, áreas de floresta autóctone e outras áreas de mais-valia ambiental, à escala adequada.	Foi delimitada a EEM segundo estas orientações.
NE.IGT.5. Promover o planeamento e gestão integrada da Zona Costeira apoiado na política de adaptação ao nível da ocupação urbana.	Não aplicável.
NE.IGT.6. Fomentar o aproveitamento multifuncional do solo rústico com acolhimento de atividades que contribuam para a sua diversificação e dinamização económica e social, promovendo a integração de utilizações compatíveis e salvaguardando a sustentabilidade ambiental e paisagística, bem como a biodiversidade desses espaços.	A proposta de ordenamento dá resposta a estas orientações, tendo-se optado por uma qualificação do solo diferenciada, com várias categorias; permitir atividades compatíveis e impor condicionantes de acordo com o valor ecológico e paisagístico.
NE.IGT.7. Identificar e incorporar a análise dos diversos riscos, cartografando a escalas adequadas as respetivas áreas e, em função da tipologia de risco, regulamentar os usos e as ocupações compatíveis, designadamente através do seu condicionamento ou proibição.	Na planta de ordenamento II e plantas de condicionantes estão identificadas as áreas de risco com maior significado no concelho.
NE.IGT.8. Melhorar a articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal, de gestão da paisagem e de defesa da floresta e combate de incêndios, identificando medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersa, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas.	Seja em sede de relatório de plano como no regulamento foi feita a devida articulação entre o PROF.
NE.IGT.9. Promover a manutenção dos sistemas agro-silvo-pastoris e manter ou recuperar os mosaicos de paisagem agrícola e florestal, reconhecendo a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, turístico, social e económico e estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.	A proposta de ordenamento dá resposta a estas orientações, já que se definiram espaços mistos de uso silvícola e agrícola.
NE.IGT.10. Garantir que em áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos, os usos são planeados e adaptados à natureza desses territórios, nomeadamente assegurando a sua permeabilidade e capacidade de infiltração e que o planeamento da ocupação e usos do solo consideram as disponibilidades hídricas existentes e salvaguardam a qualidade dos recursos hídricos.	As áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos foram delimitadas na REN, e as áreas excluídas deste sistema foi integrado na planta de ordenamento II como zonas de máxima infiltração, com normas regulamentares associadas.

DIRETRIZES	APLICAÇÃO RPDM
NE.IGT.11. Controlar a artificialização do solo, privilegiando a concentração da edificação e a rentabilização das infraestruturas e equipamentos, a colmatção de vazios urbanos e solos expectantes, a reabilitação do edificado e privilegiar a disponibilização de áreas necessárias para novos usos e atividades a partir de solos já artificializados.	Considera-se que a proposta de ordenamento dá resposta a esta diretriz, já que garantiu a consolidação dos aglomerados, não sendo propostas áreas de expansão fora dos núcleos mais dinâmicos.
NE.IGT.12. Recensear e delimitar os aglomerados populacionais com especial valor cultural, patrimonial e paisagístico e promover a sua salvaguarda, reabilitação, valorização e multifuncionalidade, impedindo o seu esvaziamento ou gentrificação.	Não aplicável.
NE.IGT.13. Adotar em sede de planos territoriais regras de edificação qualitativas e de carácter tipomorfológico, em particular nas áreas centrais, históricas e com frentes urbanas consolidadas e de maior densidade dos aglomerados populacionais, de forma a garantir a preservação da qualidade urbanística intrínseca desses locais e do património arquitetónico.	Não aplicável.
NE.IGT.14. Os locais de grande acessibilidade, tais como nós de autoestradas e estações da Linha de Alta Velocidade (LAV) devem ser objeto de planos territoriais municipais ou intermunicipais, que garantam o ordenamento da ocupação urbana.	Não aplicável.
NE.IGT.15. Delimitar e programar as áreas destinadas ao uso habitacional com base nas estratégias municipais, nas dinâmicas demográficas e na evolução do parque habitacional e incentivar a habitação a custos controlados.	Não aplicável.
NE.IGT.16. Evitar que as novas áreas habitacionais sejam implantadas de forma segregada no território, devendo, pelo contrário, ter-se em conta a integração social e dotar o solo urbano de relevância progressivamente igualitária.	Considera-se que a proposta de ordenamento dá resposta a esta diretriz, já que garantiu a consolidação dos aglomerados, não sendo propostas áreas de expansão fora dos núcleos mais dinâmicos.
NE.IGT.17. Fomentar a criação e ampliação de espaços verdes urbanos integrando, na sua conceção, a reabilitação e valorização dos ecossistemas aquáticos (rios, lagoas e zonas húmidas) de modo a aumentar a capacidade de retenção e infiltração das águas pluviais e a prevenir a erosão hídrica das margens, contribuindo para a redução do risco de cheias em contexto urbano.	Considera-se que a proposta de ordenamento dá resposta a esta diretriz, veja-se que foram definidos espaços verdes no centro urbano de Touro e na Vila, na envolvente do rio Paiva e rio Touro.
NE.IGT.18. Garantir que as operações de reclassificação de solo rústico para urbano não desvirtuem a estratégia e o modelo de organização territorial municipal; a reclassificação do solo rústico para urbano deve, prioritariamente, ocorrer na contiguidade do espaço urbano.	Não aplicável.
NE.IGT.19. Na fundamentação dos procedimentos de elaboração, alteração e revisão de Planos Territoriais deve ser avaliado o grau de execução das reservas de solo e identificadas as que caducaram por falta de concretização no prazo legalmente previsto, bem como as regras a que essas áreas passarão a estar sujeitas, devendo ainda ser reavaliada a pertinência de novas reservas de solo para equipamentos coletivos, considerando as características da procura efetiva gerada em todo o sistema urbano e as condições de acessibilidade existentes.	Não aplicável. Sendo um PDM de primeira geração e falta de informação vetorial, não foi possível efetuar essa avaliação.

DIRETRIZES	APLICAÇÃO RPDM
NE.IGT.20. No solo rústico, privilegiar a edificabilidade nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa, assegurando a sua revitalização ou reorganização.	A proposta define aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa com essa finalidade.
NE.IGT.21. Fora dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa, os PDM devem conter regras que tornem efetiva a excecionalidade da ocupação do solo rústico com novas construções para habitação.	Nos espaços florestais e agrícolas apenas é permitida a edificação de habitação para quem exerça atividade agrícola ou atividades conexas ou complementares à atividade agrícola.
NE.IGT.22. Os novos empreendimentos turísticos em solo rústico, exceto se inseridos em Aglomerados Rurais, devem ser admitidos nas seguintes tipologias: a) Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI) e b) Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT).	Regulamento já prevê a construção de Empreendimentos Turísticos Isolados.
NE.IGT.23. A delimitação dos aglomerados rurais deve ter em consideração a concentração de edificação, assim como a disponibilidade de infraestruturas e de serviços de proximidade; estes aglomerados devem ser regulamentados de forma a garantir a sua qualificação como espaços de articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural, podendo contemplar áreas de expansão controladas, quando se verifiquem dinâmicas demográficas que o justifiquem desde que não contribuam para a dispersão.	A definição de aglomerados rurais cumprem esses princípios.
NE.IGT.24. As áreas de edificação dispersa correspondem a espaços existentes, sem funções urbanas prevalecentes, com características híbridas e uma ocupação de carácter urbano-rural, devendo ser objeto de um regime de uso do solo que garanta a sua contenção e promova a sua densificação e infraestruturação com recurso a soluções apropriadas.	A definição das áreas de edificação dispersa cumprem esses princípios.
NE.IGT.25. Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de descarbonização, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.	Não aplicável.
NE.IGT.26. Ordenar a atividade da indústria extrativa, identificando áreas de exploração compatíveis com os valores naturais e com a presença humana e acautelar os eventuais conflitos de utilização do solo que possam criar obstáculos à sua exploração.	Não aplicável. Não foram identificadas áreas de indústria extrativa.
NE.IGT.27. Integrar o regime das áreas classificadas e as orientações de gestão do Plano Setorial da Rede Natura 2000, bem como as diretrizes da Comissão Europeia para o desenvolvimento das atividades extrativas nessa rede.	Foi garantida a devida conformidade com o Plano Setorial da Rede Natura 2000.
NE.IGT.28. Identificar e reduzir as pressões e ameaças específicas sobre os valores naturais, tendo em vista prevenir, travar e, quando possível, reduzir a deterioração do seu estado de conservação.	Não aplicável.
NE.IGT.29. Identificar os valores patrimoniais em Cartas de Património atualizadas e estabelecer as medidas de proteção, salvaguarda e valorização para o património arquitetónico e arqueológico.	Foi realizado um novo inventário do património, que está explanado nas diferentes peças do plano.

5 PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

O Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000) foi constituído pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de junho, e alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto.

As principais alterações instituídas pelo PRN 2000 foram a reclassificação de algumas estradas nacionais e a criação de uma nova categoria viária, as estradas regionais, que correspondem às “*comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à rede rodoviária nacional*” (n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de junho).

A rede rodoviária nacional é constituída pela **rede nacional fundamental** (constituída por itinerários principais) e **rede nacional complementar** (constituída itinerários complementares e estradas nacionais). O PRN 2000 inclui, ainda, uma rede nacional de autoestradas (artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de junho). As restantes estradas integram a rede rodoviária municipal mediante protocolos celebrados entre a Junta Autónoma das Estradas e as câmaras municipais.

De acordo com o PRN2000, o concelho de Vila Nova de Paiva, é atravessado pelos seguintes troços:

- ❖ Rede Rodoviária Nacional (RRN) sob jurisdição da IP
 - Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais -EN)
 - EN329, entre Vila Nova de Paiva (entroncamento da EN323) e o limite de concelho de Sátão.
- ❖ Rede Rodoviária Nacional (RRN) sob jurisdição do Município
 - Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais -EN)
 - EN323, entre o limite de concelho de Moimenta da Beira e Vila Nova de Paiva (entroncamento da EN329).
- ❖ Estradas Regionais (ER) sob gestão do Município
 - ER225, entre o limite de concelho de Castro Daire e Vila Nova de Paiva (entroncamento da ER329).
 - ER329, entre a ER225 e Vila Nova de Paiva.

Efetivamente, qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na rede rodoviária nacional, nas estradas regionais e nas estradas nacionais (EN) desclassificadas sob a jurisdição da IP, deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação da IP, S.A.

A proposta da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva está em conformidade com o PRN 2000, com as salvaguarda e condicionamentos demonstrados no artigo 75º do Regulamento. Além disso a presente

proposta cumpre as disposições regulamentares de proteção das estradas do PRN 2000, na Lei nº 34/2015, de 27 de abril, com a definição da zona de servidão *non aedificandi*.

6 PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000

A conformidade da presente proposta como o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000), ocorreu em documento autónomo, nomeadamente no “Relatório de Conformidade com a Rede Natura 2000” (VOL. V), e na Carta de Valores Naturais (Rede Natura 2000 - Zona Especial de Conservação PTCON0059 - Habitats Naturais e Seminaturais; VOL.IV)

CAPÍTULO XV - INDICADORES QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

Nos termos do artigo 57.º da Lei de Bases das Políticas Públicas do Solo, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBPPSOTU – Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual), todos os planos devem definir parâmetros e indicadores que permitam monitorizar a respetiva estratégia, objetivos e os resultados da sua implementação. O presente capítulo consubstancia o sistema de monitorização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva, de forma a concretizar a avaliação da implementação das políticas de planeamento previstas.

O ordenamento do território é um ato contínuo e cíclico de planeamento, programação, execução e avaliação. Este processo exige certamente um sistema de acompanhamento e monitorização eficiente e capaz de identificar os efeitos significativos da execução dos planos.

Nesse sentido, estabelece o RJIGT no n.º 4 do artigo 97.º, a obrigatoriedade de fixação de indicadores qualitativos e quantitativos, que se destinam a sustentar a avaliação e a monitorização dos planos territoriais e do seu respetivo conteúdo documental, cujos resultados dependem diretamente os processos de alteração e de revisão dos planos. Efetivamente procurou-se selecionar um conjunto de indicadores de sustentabilidade relevantes para a explicação do processo de implementação do plano e passíveis de serem medidos.

Posto isto, de modo a avaliar diferentes vertentes, para efeitos de monitorização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva, explora-se uma metodologia que não se rege unicamente pela avaliação da execução material dos instrumentos de planeamento, mas que considera as demais dinâmicas que ocorrem no território, tais como, correlações entre fenómenos ambientais, sociais, económicos e culturais. Seguindo este princípio, compreende-se a importância de uma cuidada e correta seleção de indicadores, de modo a não negligenciar informação considerada relevante para o processo de planeamento; para além de se permitir que, uma vez tomados como instrumentos de apoio à decisão, se conclua com maior eficiência e adequação dos planos e respetivas políticas, a fim de que a longo prazo, se promova uma melhor qualidade de vida e bem-estar da população.

O processo de seleção de indicadores, inerente ao sistema de monitorização, deve respeitar um conjunto de critérios, estes devem ser objetivos, praticáveis e verificáveis que fundamentem a escolha realizada, tais como os que, a seguir, se apresentam e se consideram pertinentes:

- *“existência de dados base;*
- *possibilidade de intercalibração;*

- *possibilidade de comparação com critérios legais ou outros padrões/metasp existentes;*
- *facilidade e rapidez de determinação e interpretação;*
- *grau de importância e validação científica;*
- *sensibilidade do público alvo;*
- *custo de implementação;*
- *possibilidade de ser rapidamente atualizado.” (DGA, 2000, pg. 14)*

Assim se considera, de elevada importância, a existência de dados rigorosos e coerentes, criados por entidades homologadas; a comparabilidade, quer a nível territorial, quer a nível temporal; a clareza e a objetividade dos indicadores, de forma a facilitar a interpretação de resultados por todo e qualquer utilizador; a pertinência dos dados no contexto em análise; e, ainda, a garantia de recolha e de atualização sistemática da informação.

No quadro seguinte encontram-se elencados um conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos definidos para a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, conforme o estipulado no n.º 4 do artigo 97.º do RJIGT, assim como as suas respetivas unidades de medida, o valor de referência (possíveis de apurar à data) e meta a alcançar. Efetivamente procurou-se selecionar um conjunto de indicadores de sustentabilidade relevantes para a explicação do processo de implementação do plano e passíveis de serem medidos.

A análise destes indicadores pode e deve ser complementada com o conjunto de indicadores definidos no âmbito do Relatório Ambiental. No seu conjunto, permitem uma excelente base de análise e de ponderação na elaboração do Relatório do Estado do Ordenamento do Território que o município deve elaborar nos termos da lei.

Quadro 58 | Indicadores para efeitos de monitorização da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva

DOMÍNIO	INDICADOR (unidade de medida)	VALOR REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	META
Infraestruturas Urbanas	Adesão ao serviço aos sistemas públicos de abastecimento de água (%)	83,4% (2022)	ERSAR	Anual	PENSAARP 2030 –2026 de 92% e para 2030 de 95%
	Construção / Ampliação da rede de abastecimento de água (km)	s/d	CMVNP	Trienal	100% das intervenções previstas
	Adesão ao serviço aos sistemas públicos de drenagem de águas residuais (%)	70% (2022)	ERSAR	Anual	PENSAARP 2030 –2026 de 92% e para 2030 de 95%
	Construção / Ampliação da rede de saneamento (km)	s/d	CMVNP	Trienal	100% das intervenções previstas
	Perdas reais de água na rede pública (l/(ramal.dia))	s/d	ERSAR	Anual	Inferior a 100 l/(ramal.dia)
	Acessibilidade do serviço de recolha seletiva multimaterial (%)	s/d	ERSAR	Anual	Manter valores próximos do 60%
	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (Kg/hab.)	375 (2022)	INE	Anual	Reduzir a produção de resíduos por habitante de 15% em peso até 2030 ⁹
	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	16 (2022)	INE	Anual	Aumentar para 60% até 2030 ¹⁰

⁹ Meta estabelecida pelo PERSU 2030.

¹⁰ Meta inferior do que estabelecida pelo PERSU 2030, o qual estabelece para 2025 a taxa de 55% e 2030 a taxa de 60% para metas de preparação para a reutilização e reciclagem.

DOMÍNIO	INDICADOR (unidade de medida)	VALOR REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	META
Dinâmica Urbana	Edifícios licenciados para nova construção (N.º)	13 (2022)	CMVNP	Bienal	Aumentar
	Edifícios licenciados para ampliação e reconstrução	3 (2022)	CMVNP	Bienal	Aumentar
	Fogos de Habitação Social (N.º/%)	44 fogos (2022)	CMVNP	Bienal	Execução da totalidade de ações estabelecidas na Estratégia Local de Habitação
	Edifícios públicos requalificados (N.º)	s/d	CMVNP	Bienal	Aumentar
	Espaços verdes públicos reabilitados (m²)	s/d	CMVNP	Bienal	Aumentar
	Execução do estudo ou plano para desenvolvimento da UOPG 2 (%)	s/d	CMVNP	Bienal	100%
Rede de Equipamentos	Taxa de ocupação dos equipamentos sociais existentes (%)	67,8% (2022)	CMVNP	Anual	75%
	Equipamentos coletivos construídos/reabilitados (N.º)	s/d	CMVNP	Trienal	Aumentar
Mobilidade e acessibilidade	Investimentos na conservação/beneficiação da rede viária (euros)	s/d	CMVNP	Anual	Aumentar
	Rede ciclável/pedonal criada (km)	s/d	CMVNP	Anual	Aumentar
	Postos de uso público para carregamento de veículos elétricos (N.º)	2	EDP	Anual	Aumentar
Socioeconómica	População residente (%)	4753	INE	Anual	Não perder população

DOMÍNIO	INDICADOR (unidade de medida)	VALOR REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	META
		(2023)			
	Taxa de desemprego (%)	8,43% (2021)	INE	Anual	Diminuir
	Índice de envelhecimento (N.º)	344 (2023)	INE	Anual	Diminuir
	Taxa de natalidade (‰)	5,7‰ (2023)	INE	Anual	Aumentar
Atividade Económica	Execução dos espaços de atividade económica propostos (%)	s/d	CMVNP	Trienal	90%
	Execução do estudo ou plano para desenvolvimento da UOPG 1 (%)	s/d	CMVNP	Trienal	100%
	Empresas instaladas no concelho (N.º)	579 (2022)	INE	Anual	Aumentar
	Pessoal ao serviço das empresas (N.º)	1136 (2022)	INE	Anual	Aumentar
	Volume de negócios das empresas (Euros)	100.917.642,00 (2022)	INE	Anual	Aumentar
Turismo	Estabelecimentos de alojamento local (N.º)	14 (Jan.2026)	TdP (RNT)	Anual	Aumentar

DOMÍNIO	INDICADOR (unidade de medida)	VALOR REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	META
	Empreendimentos turísticos (N.º)	0 (Jan.2026)	TdP (RNT)	Anual	Aumentar
	Oferta de estabelecimentos de animação turística (N.º)	1 (Jan.2026)	TdP (RNAAT)	Anual	Aumentar
	Capacidade de Empreendimentos Turísticos (N.º de camas)	0 (Jan.2026)	TdP (RNT)	Anual	Aumentar
	Capacidade de estabelecimentos de Alojamento Local (N.º de utentes)	125 (Jan.2026)	TdP (RNT)	Anual	Aumentar
	Edifícios reconvertidos para alojamento local (N.º)	s/d	CMVNP/ TdP (RNT)	Trienal	Aumentar
	Itinerários e/ou percursos pedestres construídos (km)	s/d	CMVNP	Trienal	Aumentar
Património	Imóveis classificados (N.º)	7 (2024)	CMVNP/PC	Trienal	Concluir os procedimentos de classificação dos imóveis que se encontram em vias de classificação.
	Intervenções nos imóveis patrimoniais (N.º)	s/d	CMVNP/PC	Trienal	Aumentar
	Atividades de promoção e valorização do património e da identidade local (N.º)	s/d	CMVNP	Trienal	Aumentar
Valorização dos recursos naturais	Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior	Águas Superficiais: 50%	APA	Quinquenal	100% das massas de água atingir o estado “bom e superior”

DOMÍNIO	INDICADOR (unidade de medida)	VALOR REFERÊNCIA	FONTE DA INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE	META
		Águas Subterrâneas: 100% (APA, 2024)			
	Níveis de qualidade do ar (estado)	Bom	QualAr (APA)	Anual	Manter
	Edifícios expostos a níveis de ruído superiores aos limites legais (inseridos em zonas de conflito) (N.º)	160 habitações (CMVNP)	CMVNP	Quinquenal	Não aumentar
	Ocorrências de incêndios rurais (N.º)	8 (2023)	ICNF, I.P.	Anual	Diminuir
	Área percorrida por incêndios rurais (ha)	40 ha (2023)	ICNF, I.P.	Anual	Diminuir
	Edifícios em áreas suscetíveis a inundação (N.º)	27 habitações (CMVNP)	CMVNP	Quinquenal	Não aumentar
	Medidas de mitigação e adaptação para as alterações climáticas implementadas (N.º)	s/d	CMVNP	Quinquenal	Aumentar

CAPÍTULO XVI – ARTICULAÇÃO COM A AAE

O Relatório Ambiental, realizado no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), contém um conjunto de recomendações que devem ser ponderadas durante a elaboração da proposta de Plano, visando a adoção de abordagens de desenvolvimento mais sustentáveis. No quadro subsequente, sistematiza-se como as considerações ambientais foram integradas ao Plano.

RECOMENDAÇÃO	ARTICULAÇÃO COM O PLANO
FCD 1 Recursos Naturais	
1. Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta e valorização paisagística	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
2. Promover intervenções de valorização das áreas ribeirinhas, em especial ao longo da ZEC Rio Paiva	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
3. Definir e gerir algumas restrições nos acessos e usos das margens e zonas envolventes dos cursos de água onde irão desenvolver ações de valorização e recuperação, de modo a que a pressão do aumento turístico não pressione na utilização dos recursos hídricos	Estas áreas encontram-se integradas na REN, e o seu regime jurídico já estabelece as normas restritivas que assegurem a manutenção do equilíbrio ecológico.
4. Implementar uma rede de percursos pedonais e estabelecer com os municípios vizinhos uma estratégia de valorização da biodiversidade, da paisagem potenciando o turismo na região	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
5. Promover ações de florestação/reflorestação das áreas aridas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones ou com espécies adaptadas às características edafoclimáticas, seguindo as orientações do PMDFCI	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
6. Delinear estratégia para a recuperação dos regadios tradicionais que apresentam um estado de degradação considerável, sendo necessário obras de reabilitação com vista à redução das perdas de água, à melhoria da eficiência do seu uso; à melhoria das condições de vida	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
FCD 2 Coesão Territorial	
1. Fomento da centralidade e a nuclearização das áreas urbanas nomeadamente através do reforço de serviços/comércio de proximidade, agilização de licenciamento e eventual discriminação positiva a nível de taxas urbanísticas	Pretendeu-se através da hierarquia urbana proceder a uma valorização de alguns aglomerados urbanos em detrimento a outros. Aqui destaca-se Vila Nova de Paiva/Alhais que reúne grande parte dos serviços e comércio de proximidade, contudo também Vila Cova à Coelheira, Touro, Pendilhe, Queiriga deverão ser os outros aglomerados onde se deverá fomentar o reforço de serviços e comércio de proximidade.
2. Criação de mecanismos de incentivo (por exemplo, redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.

RECOMENDAÇÃO	ARTICULAÇÃO COM O PLANO
3. Potenciar a criação de novas vias pedonais e de ciclovias, de forma a aumentar a mobilidade concelhia através de modos suaves e contribuir para o desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
4. Adotar medidas de melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada na via pública, nos acessos e edifícios habitacionais e públicos, bem como, em passeios, espaços de recreio e lazer, discriminados em legislação específica	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
5. Introduzir tecnologias de energia renovável na iluminação pública, bem como introduzir medidas de racionalização energética em edifícios de administração pública	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
6. Reforço dos sistemas multimunicipais para uma melhor gestão das redes de saneamento, tratamento e valorização de resíduos urbanos	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
7. Monitorizar a capacidade de oferta e tipologias de equipamentos sociais face às necessidades e características da população abrangida	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
FCD 3 Geração de Valor e Identidade Local	
1. Criar benefícios fiscais ou financeiros a nível municipal, de modo a atrair e a premiar o tecido empresarial que sigam modelos de boas práticas	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
2. Promover a implementação de sistemas de gestão ambiental nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
3. Promover o recurso a práticas de regadio que promovam o uso eficiente da água e a remodelação das infraestruturas de rega para diminuição das perdas, incluindo a sua modernização com implementação de métodos e sistemas de rega mais eficientes	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
4. Incentivar recursos de financiamento para introdução de novas economias rurais e novas oportunidades emergentes, inovadoras e sustentáveis	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
5. Potenciar a criação de empresas relacionadas com touring cultural, animação cultural, etc, bem como promover ações de marketing com o objetivo de atração e acolhimento empresarial no setor do turismo em espaço rural	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
6. Manter o inventário do património arqueológico e arquitetónico atualizado, de forma a perceber a evolução do estado de conservação dos mesmos	Na presente revisão foi efetuada uma atualização do património arqueológico.
FCD 4 Riscos	
1. Gerir o coberto florestal do concelho através ações de limpeza e plantação planeada (preferencialmente, utilizando espécies	Foi criada a categoria de espaços florestais de proteção, que correspondem a áreas de uso ou vocação florestal

RECOMENDAÇÃO	ARTICULAÇÃO COM O PLANO
autóctones), bem como potenciar a plantação de vegetação nas zonas de maior declive para reduzir o risco de erosão	sensíveis devido à ocorrência de fatores de risco de degradação ecológica, e edificação é excecional.
2. Incentivar os privados a cumprirem com as regras estabelecidas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, como é o caso da limpeza dos terrenos e a criação da faixa de gestão de combustível	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental. As normas de gestão do espaço florestal está estabelecido no SGIFR e que terá o Município que cumprir em sede própria.
3. Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.
4. Manter a identificação e monitorização das áreas suscetíveis aos riscos analisados, assim como designar medidas de mitigação e adaptação do território concelhio quanto às alterações climáticas	Estas áreas encontram-se integradas na REN, e o seu regime jurídico já estabelece as normas restritivas que assegurem a manutenção do equilíbrio ecológico. No presente relatório tem um capítulo foi definido e escrito um capítulo destinado às Alterações Climáticas, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas, promovendo articulação com o PMAC.
5. Promover a eficiência energética dos edifícios, e a emissão de certificados energéticos para projetos de reabilitação de edifícios	Embora a pertinência da recomendação, ela não tem enquadramento dentro daquilo que é a elaboração da proposta do Plano no seu conteúdo documental.

BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, CIPOT (2019). *Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Vila Nova de Paiva*, setembro de 2019, Vila Nova de Paiva, Portugal.

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva (2020). *Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território*. Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, março de 2020, Vila Nova de Paiva, Portugal.

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva (2021). *Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Vila Nova de Paiva, 2022 a 2030*, outubro de 2021, Vila Nova de Paiva, Portugal.

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva & BizFuture (2025). *Plano Municipal de Ação Climática de Vila Nova de Paiva*. Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, janeiro de 2025, Vila Nova de Paiva, Portugal.

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva (2025). *Estudos de Caracterização e Diagnóstico para o Município de Vila Nova de Paiva*. Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, novembro de 2025, Vila Nova de Paiva, Portugal.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2011). *Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro*, proposta de maio de 2011, Coimbra.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2025). *Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro*, proposta, Coimbra.

Gomes, Susana Alexandra Carneiro (2017). *O Papel do Planeamento Urbano na Mitigação das Alterações Climáticas*, Faculdade de Engenharia do Porto, setembro de 2017.

Wheeler (2008). *State and municipal climate change plans: The first generation*. Journal of the American Planning Association, 74: pp. 481-496.

HAMIN, Elisabeth M. (2011) - *Integrating adaptation and mitigation in local climate change planning*. in Ingram e Hong, Eds. (2011) *Climate change and land policies*. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, pp. 122-143.

ClimAdaPT.Local – Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (2016). *Manual – Integração das Opções de Adaptação nos Instrumentos de Gestão Territorial de Âmbito Municipal – Elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas*, 2016.

CEDRU (2017). *Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas - Viseu Dão Lafões*, 2017.

PÁGINAS

APA – Agência Portuguesa do Ambiente, disponível em: <https://apambiente.pt/> e <https://sniamb.apambiente.pt/>

Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, disponível em: <http://cm-vnpaiva.pt/>

CCDR Centro – Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, disponível em: <https://www.ccdrc.pt/pt/>

DGT – Direção-Geral do Território, disponível em: <http://www.dgterritorio.pt/>

ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, disponível em: <http://www.ersar.pt/pt>

ICNF, I.P. – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, disponível em: <https://www.icnf.pt/>

IP, S.A. – Infraestruturas de Portugal, disponível em: <http://www.infraestruturasdeportugal.pt/>

INE – Instituto Nacional de Estatística, disponível em: <https://www.ine.pt/>

SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, disponível em: <https://snirh.apambiente.pt>

Turismo de Portugal, disponível em: <https://www.turismodeportugal.pt/>

Património Cultural, disponível em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/>